



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EVANILDE SILVA DA COSTA

**A IDEIA DE UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA NO PLANEJAMENTO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2012-2019)**

Belém – PA
2022

EVANILDE SILVA DA COSTA

**A IDEIA DE UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA NO PLANEJAMENTO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2012-2019)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Qualificação no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Edilene da Silva Ribeiro.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Belém – PA
2022

EVANILDE SILVA DA COSTA

**A IDEIA DE UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA NO PLANEJAMENTO
INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2012 A 2019)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos avaliativos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Edilene da Silva Ribeiro.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Edilene da Silva Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^o. Dr. André Rodrigues Guimarães (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^o. Dr. João Ferreira de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Goiás – UFG

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837u Costa, Evanilde Silva da.

A universidade empreendedora: uma análise de possíveis evidências na Universidade Federal do Pará, com referência nos parâmetros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico / Evanilde Silva da Costa. — 2022.
257 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2022.

1. Educação Superior. 2. Reforma do Estado. 3.
Empreendedorismo. 4. Universidade Empreendedora. I.
Título.

CDD 370.7118115

A minha família por todo apoio e incentivo para
que esse trabalho se tornasse possível.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, que dá sabedoria e concede conhecimento e entendimento, pelos objetivos de vida que tem colocado em meu coração e por ter me dado forças e engajamento para concretizá-los.

A prof^a Dr^a Fabiola Bouth Grello Kato, que, com suas aulas no curso de Pedagogia, Turma 315/noturno, inspirou-me na decisão definitiva sobre a linha de pesquisa do mestrado.

A prof^a Dr^a Maria Edilene da Silva Ribeiro, pela parceria, orientação e importantes contribuições ao longo deste trabalho.

Ao Prof^o Dr^o João Ferreira de Oliveira, por compor a banca avaliadora desta dissertação e pelas contribuições que foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

Ao Prof^o Dr^o André Rodrigues Guimarães, pelo aceite em integrar a banca avaliadora e trazer importantes contribuições para a conclusão deste trabalho.

A Ana Paula Batista da Silva Brito, pela empatia, prestatividade e ajuda, quando solicitei sua análise sobre o meu projeto de pesquisa, dando contribuições que colaboraram numa fase tão importante para uma recém graduada, aspirante ao mestrado.

Aos (as) colegas contemporâneos (as) do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior da UFPA (Gepes), por compartilhar comigo suas experiências e aprendizados.

Aos colegas de trabalho, da UFPA, pela compreensão e empatia na minha jornada de conciliar rotina laboral e estudos.

A todos (as), meu sincero agradecimento!

EPÍGRAFE

“A ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital”.

(BRAVERMAN, 1987, p. 138).

RESUMO

Esta pesquisa tem como centralidade a universidade empreendedora, cujo *locus* de análise é a Universidade Federal do Pará (UFPA). Teve como objetivo geral analisar possíveis evidências do modelo de universidade empreendedora no planejamento institucional da UFPA, tendo como referência os parâmetros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012), cuja concepção enfraquece a função social da educação superior. Na metodologia optou-se pela investigação qualitativa, com estudo de caso na UFPA, cuja delimitação temporal abarca o período de 2012 a 2019. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para o estudo teórico, que subsidiou o entendimento sobre as principais categorias teóricas, e a análise documental. Os dados analisados foram extraídos dos seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015 e 2016-2025, Relatórios de Gestão (2012-2019), o Guia Orientador para Universidades Empreendedoras da OCDE (2012). Os resultados evidenciam que a disseminação da lógica empreendedora vem ocorrendo em meio à crise do capital, sobretudo com os altos índices de desemprego. O Estado neoliberal, na adoção das orientações dos organismos internacionais, introduz o empreendedorismo por meio de políticas públicas nas universidades e estas vêm inserindo a concepção empreendedora em seus marcos regulatórios que perpassam pelo planejamento, gestão, princípios, finalidade, dentre outros aspectos. Há presença de características relacionadas à universidade empreendedora nos documentos institucionais da Universidade como desenvolvimento regional, parceria público-privada, estrutura de apoio ao empreendedorismo, internacionalização, e indicadores de avaliação de impacto sobre aspectos relacionados ao conceito, com destaque para a propriedade intelectual. Chegou-se à conclusão de que a UFPA apresenta a implementação de programas e ações que, se não a classificam em sua totalidade como uma universidade empreendedora, indicam que ela está se inserindo nessa lógica, pois apresenta elementos que correspondem, parcialmente, aos parâmetros de universidade empreendedora, conforme disseminado por organismos internacionais e pelo Estado neoliberal, o que indica que o empreendedorismo vem sendo disseminado por dentro desta instituição, aproximando-a de uma organização social, o que reflete na priorização das exigências do mercado, implicando negativamente no fomento ao desenvolvimento socialmente referenciado.

Palavras-chave: Educação superior; Reforma do Estado; Empreendedorismo; Universidade Empreendedora.

ABSTRACT

This research has as its theme the entrepreneurial university, whose locus of analysis is the Federal University of Pará. Its general objective is to investigate, in the context of the crisis of capital and the neoliberal State reform, the dissemination of the entrepreneurial university and to analyze which are the approximations and evidences of this model in the UFPA, strengthening the market logic and weakening its social function. In the methodology it was opted for qualitative research, with a case study at UFPA, having as temporal delimitation the period from 2012 to 2019. Initially, a bibliographic survey was conducted for the theoretical study, which subsidized the understanding about the main theoretical categories, and the documentary analysis. The analyzed data were extracted from the following documents: Institutional Development Plan (IDP) 2011-2015 and 2016-2025, Management Reports (2012-2019), the OECD Guidance for Entrepreneurial Universities (2012). The results show that the dissemination of the entrepreneurial logic has been occurring in the midst of the capital crisis, especially with the high unemployment rates. The neoliberal State, adopting the guidelines of international organizations, introduces entrepreneurship through public policies in universities, and these universities have inserted the entrepreneurial conception in their regulatory frameworks that go through planning, management, principles, purpose, among other elements. There is the presence of characteristics related to the entrepreneurial university in the institutional documents of the university, such as regional development, public-private partnership, entrepreneurial support structure, internationalization, and indicators of impact evaluation on aspects related to the concept, especially intellectual property. The conclusion was reached that the UFPA presents the implementation of programs and actions that, if they do not classify it in its entirety as an entrepreneurial university, indicate that it is inserting itself in this logic, since it presents elements that partially correspond to the parameters of the entrepreneurial university, as disseminated by international organizations and the neoliberal state, which indicates that entrepreneurship has been disseminated within this institution, bringing it closer to a social organization, which reflects in the prioritization of market demands and at the expense of fostering socially referenced development.

Keywords: College education; Entrepreneurship; Entrepreneurial University; State Reform; neoliberal state.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Áreas que caracterizam a universidade empreendedora	98
Figura 2 – Evolução de pedidos de patentes depositadas e concedidas, no Brasil e no exterior, no período de 2001 a 2019, na UFPA	151

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Taxa média anual do desemprego X taxa do empreendedorismo, no Brasil (2019)	
.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro (1948-1980)	52
Gráfico 2 – Participação da indústria de transformação e da extrativa mineral no PIB brasileiro de 1995 a 2018	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções escritas sobre empreendedorismo na universidade no período de (2005 a 2018)	18
Quadro 2 – Nº de publicações sobre empreendedorismo na universidade por temática (2005 a 2018)	19
Quadro 3 – Documentos selecionados para análise documental	29
Quadro 4 – Evolução da definição de empreendedorismo	31
Quadro 5 – Empreendedorismo: principais linhas de pensamento	36
Quadro 6 – Características comuns atribuídas aos empreendedores pelos comportamentalistas	38
Quadro 7 – Principais temas de pesquisa sobre empreendedorismo	40
Quadro 8 – Conjunto de reformas trabalhistas no Governo de Michel Temer	56
Quadro 9 – Políticas públicas regulatórias de que incentivam as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)	62
Quadro 10 – Conceitos de universidade empreendedora	89
Quadro 11 – Parâmetros para caracterizar a Universidade Empreendedora	99
Quadro 12 – Competências das coordenadorias da Agência de Inovação Tecnológica – Universitec da UFPA	129
Quadro 13 – Serviços prestados pelos laboratórios do PCT-Guamá	131
Quadro 14 – Consultorias e serviços tecnológicos disponibilizados pela UFPA, por área de conhecimento	136
Quadro 15 – Premiações internacionais recebidas pela UFPA	144

LISTA DE SIGLAS

ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BCB	Banco Central do Brasil
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDRV	Companhia Vale do Rio Doce
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSAD	Conselho Superior de Administração
CONSUN	Conselho Superior Universitário
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EC	Emenda Constitucional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FADESP	Fundação de Amparo ao Desenvolvimento e a Pesquisa
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
GEPES	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Índice de Cidades Empreendedoras
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IIPCT	Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MARE	Ministério de Administração de Reformas do Estado
MEC	Ministério da Educação
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PCT - Guamá	Parque de Ciência e Tecnologia Guamá
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNI	Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
PPP	Parceria Público-Privada
PROMOVE	Programa de Mobilização e Valorização das Engenharias
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – EMPREENDEDORISMO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONCEITUAL	31
1.1 Aspectos históricos e conceituais sobre o empreendedorismo	31
1.2 Capitalismo em crise e reformas do Estado neoliberal: o empreendedorismo no Brasil	48
CAPÍTULO 2 – A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO NEOLIBERAL: POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES E MODELOS EM DISPUTA	68
2.1 Reformas neoliberais e políticas públicas para a educação superior	68
2.2 O Future-se e o empreendedorismo: ameaça às universidades públicas	81
2.3 Os modelos de universidade em disputa: aportes teóricos	87
2.4 O modelo de Universidade Empreendedora, segundo a OCDE	98
CAPÍTULO 3 – EMPREENDEDORISMO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFPA: APROXIMAÇÕES E EVIDÊNCIAS	104
3.1 Desenvolvimento Regional	104
3.2 Captação de Recursos Públicos e Privados	113
3.3 Educação Empreendedora	120
3.4 Estrutura de Apoio ao Empreendedorismo	125
3.5 Parceria com a Sociedade Civil e Organizações Públicas e Privadas	133
3.6 Internacionalização	137
3.7 Indicadores de desempenho relacionados a atividades empreendedoras	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

O tema e o objeto de investigação

Ao pesquisar sobre “**A ideia de universidade empreendedora no planejamento institucional da Universidade Federal do Pará (2012 - 2019)**” compreende-se que o conceito de universidade empreendedora surge em meio à crise do capital, especialmente a partir da década de 1970, e do fomento ao empreendedorismo, que tem surgido como uma “solução” aos problemas socioeconômicos. Nesse contexto, torna-se fundamental o campo de produção do conhecimento para a produtividade e a competitividade na concorrência mundial. A universidade pública, então, passa a receber novas demandas alinhadas à inovação e ao empreendedorismo sob o argumento do desenvolvimento econômico.

Desse modo, vê-se que a universidade empreendedora é um conceito que expressa o alcance das ciências sociais pela econômica, através do espraiamento da ideologia do empreendedorismo, cujo termo surgiu na esfera econômica, mas passou a ser estudado pelas ciências humanas, principalmente após o interesse do capital pelas áreas sociais, em que se destaca a educação superior (COSTA, 2009). Ademais, a crise do capitalismo da década de 1970 criou condições para o fortalecimento do discurso empreendedor e da cultura empreendedora que está sendo propagada por todas as esferas sociais, inclusive na Nova Administração Pública (OSBORNE; GAEBLER, 1995) e, dentro desta, nas universidades públicas federais.

Frisa-se que essa investigação parte do princípio de que o empreendedorismo, na atualidade, constitui-se uma ideologia neoliberal. Em termos conceituais, levando-se em conta a corrente teórica que delimita a inovação como elemento fundamental do termo empreendedorismo é observado, nesta investigação, como uma ideologia do capital que pretende transformar a *sociedade de consumo em uma sociedade de empresas*, através de *políticas de subjetivação* e, assim, modificar a percepção dos indivíduos sobre suas escolhas e atitudes em relação a si mesmos e aos seus pares, para estabelecer a relação de competitividade entre si (COSTA, 2009; FRIGOTTO, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

Ademais, não se pode perder de vista que o desenvolvimento e a inovação têm sido colocados como uma função da universidade contemporânea, com o argumento do desenvolvimento econômico. Essa é uma tendência mundial que se apresenta como consequência da globalização, em que os países devem fomentar seu potencial científico e tecnológico para se lançarem no mercado concorrencial internacional.

Assim, o desenvolvimento de novas tecnologias alinhado ao desenvolvimento econômico é tida como uma estratégia institucional, mas, ao absorver esta demanda, a universidade, enquanto espaço público e *instituição socialmente referenciada* (CHAUI, 1999), produtora de conhecimento em *prol do bem-viver dos povos*, é *redefinida*, privatizada em sua função social, uma vez que se converte o quadro docente e de funcionários em empreendedores (LEHER, 2019).

As motivações para a realização da pesquisa

Esta pesquisa sobre o empreendedorismo e a educação superior, balizada na Reforma do Estado neoliberal, cujo foco de análise é a Universidade Federal do Pará (UFPA), teve algumas motivações. A primeira, de âmbito pessoal, emergiu ainda durante a formação acadêmica em Pedagogia¹. Essa vivência oportunizou o conhecimento sobre as políticas públicas educacionais que têm reformado o ensino superior brasileiro, orientadas por organizações multilaterais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente após a adoção do neoliberalismo enquanto doutrina da político-econômica. A partir de então, decidiu-se continuar os estudos dedicados às reformas da educação superior, particularmente no que tange às políticas públicas voltadas para esse nível de ensino.

Dentre as políticas públicas mais recentes para o ensino superior, o Programa Future-se² surgiu no mesmo ano de ingresso no mestrado, o que contribuiu para confirmar a escolha sobre o tema de pesquisa centrado na universidade empreendedora, pois este programa, apresentado no governo ultraliberal de Jair Messias Bolsonaro, explicita em um de seus eixos a proposta a disseminação ou aprofundamento do empreendedorismo nas universidades. Logo, além do contexto histórico que envolve esse conceito, no Brasil, está em tramitação de uma política pública que pretende acelerar o processo de “modernizar” as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Desse modo, interessa para esse estudo demonstrar, do ponto de vista do campo da educação e de maneira mais reflexiva e crítica, as implicações desse modelo universitário para universidades públicas federais.

Outra motivação surgiu com a vinculação desta investigação ao projeto de pesquisa “Educação Superior na Amazônia: Gestão e formação em tempos de empreendedorismo”, que está alinhado ao projeto mais amplo intitulado “Pesquisa em Educação na Amazônia: História,

¹ Realizado na UFPA, no período de 2015 a 2018.

² Este Programa foi proposto pelo Projeto de Lei nº 3.076 de 2020 (BRASIL, 2020).

Política, Formação de professores e Diversidade cultural”, aprovado no Programa de Cooperação Acadêmica (Procad/Amazônia – Edital 021/2018), envolvendo pesquisadores de três universidades da Região Norte da Amazônia, quais sejam: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Destaca-se a relevância acadêmica dessa investigação pela incipiência de pesquisas sobre o tema nas ciências humanas e, particularmente, na educação. A revisão da literatura acerca do empreendedorismo na universidade pública federal brasileira foi realizada em julho de 2019, considerando no levantamento o período de 2005 a 2018. O objetivo foi conhecer de que forma as teses e dissertações defendidas nos Programas e Pós-Graduação das Universidades Federais têm abordado o tema do empreendedorismo e quais as principais temáticas pesquisadas sob a ótica das diferentes áreas do conhecimento. A base de dados selecionada foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A triagem das publicações foi realizada utilizando a palavra-chave “empreendedorismo na universidade”.

Na primeira parte da revisão, demonstra-se o quantitativo de trabalhos encontrados por área de conhecimento, instituição e ano. Na segunda parte, mostram-se os objetos de estudo ou dimensões sobre a temática que vêm sendo privilegiadas nos estudos pesquisados e as referências metodológicas dos autores, buscando mapear o tema universidade empreendedora.

O empreendedorismo na universidade nas teses e dissertações, por área de conhecimento, instituição e ano (2005 a 2018)

De acordo com os critérios de pesquisa adotados, as publicações permitiram construir o seguinte quadro de distribuição do número de publicações.

Quadro 1 – Produções escritas sobre empreendedorismo na universidade no período de (2005 a 2018)

Área de conhecimento	Instituição/Ano	Quant.
Administração	UFBA (2010, 2014); UFC (2015); UFES (2017); UFJF (2018); UFMG (2011); UFPE (2016); UFRGS (2010, 2018); UFSC (2014)	10
Ciências sociais	UFCG (2013); UFRRJ (2008)	2
Economia	UFES (2018)	1
Engenharias	UFRN (2018); UFPE (2012); UFSC (2008)	3
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais	UFP (2018)	1
Gestão / Sistema de Gestão	UFF (2016); UFPE (2015); UFRN (2018)	3
História	UFSC (2016)	1

TIC	UFSC (2016)	1
Serviço social	UFAL (2016)	1
Sociologia	UFRGS (2010, 2012, 2017)	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletado na CAPES (2019).

Seguindo as diretrizes metodológicas, foram encontradas 26 publicações entre os anos de 2005 e 2018. As áreas de conhecimento com maior número de pesquisas relacionadas ao tema “Empreendedorismo na universidade” são a Administração, com 10 trabalhos; seguidas da Engenharia, Gestão e/ou Sistemas de Gestão e Sociologia com 03 produções acadêmicas; Ciências Sociais com 02 estudo publicadas; e Economia, Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, História, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Serviço Social com apenas 01 estudo cada.

Após verificar as áreas que mais se dedicaram, no período, a estudar a temática voltada para o empreendedorismo acadêmico, houve interesse por identificar os temas mais investigados pelos autores das pesquisas, a fim de verificar em que aspectos e concepções o objeto empreendedorismo na educação superior é abordado, considerando os Programas de Pós-Graduação dos quais se originam.

Nesse sentido, veja-se os trabalhos publicados no período, por temática, conforme a Quadro 2.

Quadro 2 – Nº de publicações sobre empreendedorismo na universidade por temática (2005 a 2018)

Temáticas	Nº de publicações
Funcionalidade do empreendedorismo para o capital na contemporaneidade	1
Incubadora de empresa como fomento ao empreendedorismo	8
Relação universidade-empresa	1
Comercialização da ciência por meio da transferência de tecnologia	1
Política de apoio ao empreendedorismo	1
Relação Tríplice Hélice: universidade-empresa-governo	4
Educação empreendedora	1
Formação de universidade empreendedora	6
Neoliberalismo acadêmico	2
Significado histórico-político da ideologia do empreendedorismo	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletado na CAPES (2019).

Como se percebe, a temática mais abordada nas publicações foi, primeiramente: *Incubadora de empresa como fomento ao empreendedorismo*. Este tem sido o tema com mais

destaque nas pesquisas de teses e dissertação dos Programas de Pós-Graduação das Universidades Públicas Federais, com 8 publicações. Em seguida, a *formação de universidade empreendedora*, que também aparece em destaque com 6 trabalhos. A *Relação Tríplice Hélice: universidade-empresa-governo* aparece em 4 estudos, o que representa algo relevante. Sobre *neoliberalismo acadêmico* (2), *Funcionalidade do empreendedorismo para o capital na contemporaneidade* (1), *Relação universidade-empresa* (1), *Comercialização da ciência por meio da transferência de tecnologia* (1), *Política de apoio ao empreendedorismo* (1), *Educação empreendedora* (1), *Significado histórico-político da ideologia do empreendedorismo* (1) foram outros temas centrais pesquisados, porém em pouca quantidade.

O levantamento de estudos sobre a temática revelou a incipiência de pesquisas no campo da Educação, prevalecendo produções acadêmicas realizadas nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Ademais, identificou-se como lacuna investigativa, no respectivo recorte metodológico da revisão da literatura, poucos trabalhos com uma abordagem mais refletiva e crítica sobre o empreendedorismo na educação superior e nenhum na área da Educação, o que reforça a importância acadêmica e social desta dissertação.

Assim, evidenciou-se, ao longo das análises, a necessidade de estudos sobre a temática na área das Ciências Humanas, especialmente na Educação, pois se considera a necessidade de investigar, de forma reflexiva e crítica, o real significado do empreendedorismo na lógica neoliberal, os desdobramentos dessa nova forma de organização do trabalho para a classe trabalhadora no que tange à garantias e segurança trabalhistas e previdenciárias, a questão pedagógica da formação acadêmica voltada ao empreendedorismo, tendo em vista a formação de profissionais que devem atuar na sociedade, e as implicações da interação entre universidade-empresa, levando em conta a função social da universidade. Ou seja, há um vasto espaço de análise investigativa que pode ser produzido pela área da Educação, especialmente quanto aos processos de reformas do ensino superior.

A problematização e o problema central do estudo

Diante disso, é importante problematizar como essa lógica vem se contextualizando no cenário brasileiro que fomenta o empreendedorismo nos anos recentes. Nesse sentido, destaca-se a subordinação econômica do Brasil na economia mundial e o desemprego como um dos elementos que compõe o conjunto de fatores que cria condições para o aumento das atividades empreendedoras (ANTUNES, 2020). Todavia, essa análise remete a um período mais antigo, por volta de 1785, quando D. Maria I, rainha de Portugal, proibiu a criação de indústria na

colônia brasileira, sob o argumento de que faltaria mão-de-obra para os cultivos da lavoura e da exploração de minérios. Logo, restou ao Brasil assumir a posição de importador de mercadorias do comércio inglês que, por sua vez, dominava a político-econômica mundial naquele período. O *status* de *semicolônia* permaneceu mesmo após a independência do país, em 1822 (SANTANA, 2018).

Até mesmo na Era Vargas (1930 – 1945), quando começaram a surgir indústrias importantes para a soberania nacional, como a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CDRV) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), verifica-se que estas já nasceram submissas ao imperialismo norte-americano, pois foram criadas, durante a Segunda Guerra Mundial, para fornecer ferro e aço aos Estados Unidos da América (EUA), suprindo as suas necessidades na guerra (SANTANA, 2018). Já nos anos 1950 e 1960, a indústria automobilística predominou com a atuação de multinacionais como a Ford, a General Motors e a Volkswagen, no Sudeste do Brasil. Para Fernandes (1975), essa fase da indústria nacional é denominada como *moderno imperialismo*, pois as empresas locais, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram sendo absorvidas pelas norte-americanas e europeias, com o aceite da burguesia brasileira.

Esse contexto evidencia a falta de um projeto de desenvolvimento que defenda a soberania nacional e esteja comprometido com os interesses sociais coletivos do país. Dessa maneira, as políticas públicas são definidas pelos interesses político-econômico das frações sociais dominantes no Brasil, as quais estão alinhadas à hegemonia internacional (LEHER, 2019).

Em continuidade ao processo de desindustrialização iniciado nas décadas de 1950 e 1960 (SANTANA, 2018), a adoção do neoliberalismo como doutrina da político-econômica, no início de 1990, implicou na redução significativa da capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial ao se investir em cadeias produtivas que privilegiam os ganhos de produtividade e a competitividade internacional. Acrescenta-se, ainda, a reestruturação produtiva em resposta à abertura comercial, que levou ao enxugamento dos quadros efetivos das empresas e induziu a classe trabalhadora para o setor de serviços e da terceirização (ANTUNES, 2020).

Esse histórico econômico e, especificamente, das transformações no mundo do trabalho no Brasil, ajudam a compreender a sua permanente subordinação econômica enquanto país periférico do capitalismo. E esse cenário, segundo Antunes (2020), cria condições para que o discurso do empreendedorismo ganhe força na atualidade, pois ele passa a ser apresentado como uma “solução” para o problema do desemprego, o que é comprovado pelas avaliações do

Monitoramento de Empreendedorismo Global ou *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), cuja pesquisa indica que – nos países onde a renda média é menor – a taxa de empreendedorismo é mais elevada. Soma-se a isso as várias reformas legislativas das últimas décadas que aprofundaram a calamidade da desocupação, ao mesmo tempo, em que surgem políticas de regulamentação e estímulo ao empreendedorismo, inclusive nas universidades públicas.

No que tange às políticas de fomento ao empreendedorismo, destacam-se a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 1972, para apoiar o empreendimento de pequenas empresas; o Programa de Apoio aos Parques Tecnológicos, em 1984, cuja finalidade foi apoiar a transferência de conhecimentos produzidos nas universidades para o setor empresarial; a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), criada em 1987, para coordenar o movimento de incubadoras de empresas; a criação, em 2003, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), para apoiar e incentivar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) para se lançarem, de maneira competitiva, no mercado internacional, entre outras.

Esses esforços têm resultado no aumento da atividade empreendedora no Brasil, cuja taxa vem crescendo nos últimos anos. Em 2019, por exemplo, o *empreendedorismo total* chegou a 37,8%, o que significa 53,5 milhões de brasileiros empreendedores entre 18 e 64 anos, representando um crescimento de 6,4 pontos percentuais em relação a 2018, explicada pela baixa redução no nível de desemprego. Muitos são classificados como *empreendedores por necessidade* e, em 2019, representavam quase 90% do total de empreendedores brasileiros que iniciaram um negócio próprio devido ao desemprego (GEM, 2019). Se observada a faixa etária, a maior taxa de empreendedorismo está entre o segundo público mais destacado no índice de desemprego da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são os jovens entre 24 e 34 anos (IBGE, 2019; GEM, 2019), confirmando que o empreendedorismo vem sendo uma forma de sobrevivência econômica para os desempregados (TAVARES, 2018; ANTUNES, 2020).

Diante desse contexto de política econômica neoliberal e reformas do Estado, especialmente a partir do início de 1990, os discursos em favor do empreendedorismo estão se disseminando por toda a esfera social brasileira, inclusive na Administração pública, principalmente porque, com a redução do financiamento estatal para as políticas públicas sociais, as instituições governamentais são induzidas a se readequarem ao cenário de *permanente estado de crise econômica* (COSTA, 2009) e a buscarem formas de diversificar suas fontes de recursos para, assim, tornarem-se autossustentáveis (REIS, 2017). E essa

circunstância é uma das portas de entrada do empreendedorismo nas universidades públicas federais, conforme se verá na conceituação do termo a seguir.

A história da universidade, particularmente no Brasil, demonstra a predominância de dois modelos: *napoleônico*, voltado para a formação profissional; e o *humboldtiano*, centrado na pesquisa (SGUISSARDI, 2006). Desde o surgimento dos primeiros estabelecimentos de ensino superior, observa-se a disputa entre os interesses sociais e o privado, além de um conjunto de reformas que foram organizando a educação superior de acordo com cada período.

As primeiras universidades surgiram pela aglutinação de faculdades isoladas, especialmente de Medicina, Direito e Engenharia e, com o passar dos anos, foram surgindo cursos voltados para as ciências humanas. Mas, de modo geral, a educação superior brasileira se desenvolveu com base na universidade de ensino ou de pesquisa, ou pelo hibridismo de ambas as concepções dentro da mesma instituição (CUNHA, 2000; DURHAM, 2005; SGUISSARDI, 2006), como foi o caso da UFPA (CHAVES, MAUÉS, MEDEIROS, 2006).

No século XXI, identifica-se uma nova concepção universitária, voltada para o empreendedorismo, porém não apenas no ensino, cuja finalidade é a preparação dos jovens para a criação de negócios próprios como alternativa de subsistência laboral e como um reflexo da importância que a teoria do Capital Humano tem representado para o capital (COSTA, 2009).

O conhecimento, como um todo, tornou-se fundamental diante da competição global, o que significa que as universidades públicas estão sendo envolvidas nesse processo de subsidiar o desenvolvimento econômico, através de sua capacidade estrutural e científica, e, assim, elevar o país ao nível concorrencial compatível com as potências econômicas mundiais. E, assim, o desenvolvimento socioeconômico se tornou a *terceira missão da universidade*, juntamente com o ensino e a pesquisa, e institui a *universidade empresarial*, através da *capitalização do conhecimento*, o que exige a maior aproximação entre universidade e indústria (AUDY, 2006; ETZKOWITZ, 1998). Todavia, um desenvolvimento que não tenha compromisso com o interesse social coletivo, compromete a essência da universidade, de problematizar e buscar soluções para os problemas que comprometem a qualidade de vida dos cidadãos (LEHER, 2019).

A universidade empreendedora se dissemina nesse cenário. Mas não se trata de um conceito recente, pois o termo foi cunhado, pela primeira vez, por Clark em 1998 (RUIZ; MARTENS, 2019). Verifica-se, através dos estudos destas autoras, o crescimento quanto à abordagem desse novo modelo de universidade em todo o mundo, bem como diferenciadas propostas para a sua implementação. Na literatura sobre o tema, as recomendações teóricas vão

desde a institucionalização da diversificação das fontes de recursos para que a universidade não dependa exclusivamente do financiamento do Estado, até a orientação sobre a formação de capacidades empreendedoras em nível superior, além do incentivo ao engajamento de professores e demais funcionários em atividades voltadas para o empreendedorismo (CLARK, 2006; ETZKOWITZ, 1998; GIBB; HANNON, 2006; OCDE, 2012; AUDY, 2006; RUIZ; MARTENS, 2019), conforme se discute no Capítulo 2.

A OCDE (2012), verificando a diversidade e, muitas vezes, incompreensões sobre o conceito, elaborou um guia intitulado *A Guiding Framework for Entrepreneurial Universities* (Um Guia Orientador para Universidades Empreendedoras), que sintetiza o que se pode observar na ampla literatura que aborda a temática. O guia apresenta parâmetros que caracterizam uma universidade empreendedora e está dividido em sete áreas: *Liderança e Governança; Capacidade Organizacional, Pessoal e Incentivos; Desenvolvimento de empreendedorismo no ensino; Caminhos para empreendedores; Universidade - negócios/relações externas para troca de conhecimento; A Universidade Empreendedora como instituição internacionalizada; Medindo o impacto da Universidade Empreendedora* (tradução nossa). Cada área está relacionada a parâmetros que, em geral, representam respectivamente: institucionalização do empreendedorismo na estratégia institucional e apoio ao desenvolvimento socioeconômico e regional; diversificação das fontes de financiamento e menor dependência de recursos estatais; oferta do ensino de empreendedorismo; incentivo de práticas empreendedoras por alunos, funcionários e professores; parceria entre universidade e indústrias/empresas, sociedade e setor público; internacionalização da universidade; estabelecimento de indicadores para a coleta e a avaliação dos resultados da implementação das ações anteriores.

A Organização não conceitua especificamente a universidade empreendedora, mas demonstra atividades que levam as IES a se transformarem nessa perspectiva. Ou seja, com as orientações do guia, a OCDE (2012) instrui mecanismos através dos quais as universidades podem implementar o empreendedorismo em sua estrutura organizacional, administrativa e acadêmica. Partindo desse documento, que sintetiza a conceituação observada na literatura adotada neste trabalho, e sabendo que o Brasil, frequentemente, segue as práticas recomendadas por essa Organização como as mais bem aplicadas pelos países desenvolvidos, este estudo se propôs analisar possíveis elementos característicos de universidade empreendedora no planejamento institucional da UFPA.

Nesta pesquisa, tem-se como **problema central** a seguinte questão: Com base na Reforma do Estado neoliberal e nas recomendações dos organismos internacionais, em especial da OCDE (2012), é possível evidenciar, no Planejamento Institucional da UFPA, elementos característicos da concepção de universidade empreendedora, a qual aproxima a educação superior da lógica de desenvolvimento do mercado e enfraquece a sua função social?

O estudo está orientado pelas **questões norteadoras**: 1) Que ideia de empreendedorismo relacionada ao ensino superior vem sendo disseminada no contexto da Reforma do Estado neoliberal; 2) Qual o alinhamento político e econômico entre as políticas públicas dos governos neoliberais, a Reforma do Estado e a disseminação do empreendedorismo nas universidades? 3) Quais políticas públicas recentes para a educação superior incidem sobre o modelo de universidade empreendedora? 4) Qual a concepção de universidade empreendedora, segundo a literatura e, especialmente, a OCDE (2012)? 5) É possível evidenciar elementos de uma universidade empreendedora no Planejamento Institucional da UFPA, tendo como referência a concepção do termo pela OCDE (2012)?

Objetivos da investigação

Como **objetivo geral**, este trabalho tem o propósito de analisar possíveis evidências do modelo de universidade empreendedora nos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFPA, no período de 2012 a 2019, tendo como referência a concepção do termo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012), cuja concepção enfraquece a função social da educação superior.

Os **objetivos específicos** são: 1) Analisar, no contexto da Reforma do Estado neoliberal, a disseminação da ideia de empreendedorismo na educação superior; 2) Identificar as políticas públicas recentes para a educação superior que fomentam a implementação da ideia de universidade empreendedora, no Brasil; 3) Caracterizar o modelo de universidade empreendedora a partir da literatura que discute o tema, com destaque para a concepção da OCDE (2012); 4) Analisar possíveis elementos característicos de universidade empreendedora na UFPA, no considerando como referência da OCDE (2012), cuja concepção enfraquece a função social da universidade pública.

Metodologia

A metodologia adotada para análise dos dados considerou a abordagem da **pesquisa qualitativa**. Para Patton 1986 (apud ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 131) a principal característica da pesquisa qualitativa:

[...] é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva” ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (grifos dos autores).

Desse modo, esta investigação parte de análises que buscam evidenciar se há características de universidade empreendedora na UFPA, através da análise textual dos documentos selecionados e a partir das interrelações contextuais socioeconômicas e de determinações políticas que refletem em sua organização e atuação institucional.

O **estudo de caso**, tem como lócus de investigação a Universidade Federal do Pará, que de acordo com o seu *site* institucional, foi criada após a autorização pela Lei nº 3.191, em 2 de julho de 1957, após cinco anos de tramitação legislativa. Sua organização se deu pela reunião de sete faculdades federais, estaduais e privadas que já existiam na capital paraense, quais sejam: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais

Com sede na cidade de Belém, a Universidade do Pará foi criada com o compromisso de desenvolver educação, ciência e tecnologia apropriadas ao contexto amazônico e com o objetivo de atender às expectativas de desenvolvimento regional e as necessidades do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil que demandava a formação de outras especialidades para além de profissionais liberais (CHAVES, MAUÉS, MEDEIRO, 2006, p. 144).

Desse modo, a Universidade surge no contexto político educacional em que se buscava o alinhamento da atuação universitária ao desenvolvimento do país. A política econômica daquele período estava voltada para a busca de uma rápida modernização, visando à competitividade internacional. Desse modo, o papel da universidade brasileira se dividia entre atender às novas demandas de fortalecimento e expansão do mercado, tendo como um dos imperativos a formação de mão-de-obra qualificada, e, concomitantemente, avançar na luta pelos direitos sociais (RIBEIRO, 2013).

A atual localização da UFPA, na periferia de Belém, no bairro do Guamá, decorre da política universitária dos tempos da ditadura militar, que implementou uma reforma do ensino superior inspirada nos acordos de uma Reforma Universitária. O objetivo era de reproduzir o modelo de universidade norte-americana no Brasil, cujo cerne era aumentar a eficiência e a racionalização administrativa, organizacional e do espaço físico, baseado no

taylorismo/fordismo (CHAVES, MAUÉS, MEDEIROS, 2006). Somado a esse processo, constava o afastamento dos estabelecimentos das universidades dos centros urbanos, onde se situavam os espaços de decisão política (CUNHA, 2000). Como resultado dessa ação, construiu-se o Campus do Guamá, oficialmente denominado Cidade Universitária José da Silveira Netto, às margens do rio Guamá, no bairro de mesmo nome, na capital paraense.

Atualmente, a UFPA é uma autarquia federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Possui 11 *campis* (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí), sendo composta por uma população universitária de 56.652 (ano base 2020). Seu Orçamento Executado em 2020 foi de R\$ 1.591.408.485,05 (UFPA, *online*)³. Estruturalmente, é constituída por:

[...] por 15 institutos, 8 núcleos, 36 bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e 1 escola de aplicação. Segundo o Anuário Estatístico de 2018, ano base 2017, elaborado pela Pró-reitoria de Planejamento, o ensino de graduação alcançou a marca de 38.865 estudantes; a pós-graduação, em torno de 9.249 estudantes; o ensino fundamental e médio, 1.051 alunos. Há, ainda, 6.769 estudantes matriculados em cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras. A maior universidade pública da Amazônia possui 4.411 alunos matriculados no mestrado; e 2.271, no doutorado. São 120 cursos, distribuídos por 40 doutorados, 58 mestrados acadêmicos e 22 mestrados profissionais. Dos 85 programas da UFPA, 12 estão em campi do interior do Estado (UFPA, s.d., *online*)⁴.

Nesse sentido, verifica-se a dimensão institucional da UFPA e, apesar dos progressivos cortes de recursos financeiros pela qual tem passado, ela conseguiu ao longo dos anos “ampliar o número de matrículas, na graduação e na pós-graduação, além de ter contratado mais professores substitutos, especialmente para atuar nos *campi* do interior” (CHAVES, 2005, p. 192).

O estatuto da UFPA afirma como um dos seus fins:

[...] cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (art. 3º, III).

Entende-se que o desenvolvimento regional deve ter como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população de uma determinada região. E isso envolve acesso à

³ Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 29 jan. 2022.

⁴ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/universidade>. Acesso em 29 jan. 2022.

educação pública de qualidade e condições dignas de trabalho e renda, entre outros aspectos. Nesse sentido, o papel que a UFPA tem desempenhado para contribuir com os problemas sociais do estado do Pará se torna muito importante.

Assim, importa assinalar a fundamental atuação da UFPA, enquanto *instituição social* (CHAUI, 1999), de mobilizar seus recursos para colaborar, junto com outros entes estaduais, com o *bem viver* (Leher, 2019) dessa região. Isso implica na institucionalização de objetivos estratégicos alinhados aos reais interesses sociais, para a emancipação objetiva e subjetiva dos cidadãos, necessitando, ainda, de políticas públicas federais que coadunem com um projeto de desenvolvimento e de valorização nacional, com os mesmos fins. Desse modo, esta investigação parte de análises que buscam evidenciar se há características de universidade empreendedora na UFPA, através da análise textual dos documentos selecionados e a partir das inter-relações contextuais socioeconômicas e de determinações políticas que refletem em sua organização e atuação institucional.

A **delimitação periódica** dos dados analisados compreende o espaço de tempo entre os anos de 2012 e 2019. O estabelecimento dessa temporalidade se baseia, primeiramente, no ano de publicação do Guia da OCDE sobre o tema, o qual é adotado como referência teórica neste trabalho; segundo, na proximidade do período em que se verifica um maior crescimento do empreendedorismo no Brasil (GEM, 2010). Além disso, o recente cenário do ano de 2019 é marcado, além da elevação das taxas de empreendedorismo, pela proposta do Future-se, que busca regulamentar e fomentar a universidade empreendedora, em que um dos eixos é o empreendedorismo nas IFES.

Para a apropriação das principais categorias teóricas, quais sejam, empreendedorismo e universidade empreendedora, além de outros conceitos que surgiram ao longo do estudo, procedeu-se a um **levantamento bibliográfico para o estudo teórico** que contribui para o entendimento sobre o objeto e a temática, além de ter subsidiado as análises dos dados documentais.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), uma das possibilidades da consulta à literatura teórica é a orientação quanto aos conceitos a serem discutidos pelo pesquisador, bem como a justificação das categorias de análise estabelecidas. Desse modo, recorreu-se, sobretudo, a autores que discutem sobre educação superior, empreendedorismo, universidade empreendedora, que são as categorias que fundamentaram o estudo teórico, além de pesquisadores que enfatizam o contexto de crise do capital, Reforma do Estado e políticas públicas para a educação superior

Ademais, realizou-se **análises documentais**, tendo como fonte de informação documentos em nível internacional, nacional e institucional. Considera-se como fontes documentais a definição de Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999, p. 169):

[...] qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos.

Os dados coletados foram sistematizados em planilhas do *Excel*, a partir do qual foram categorizados por meio de palavras-chave, com base nos trechos textuais extraídos dos documentos, conforme apresentados nos anexos deste trabalho.

Os PDIs (2011-2015; 2016-2025), os Relatórios de Gestão (2012-2019), ambos da UFPA, e o Guia sobre universidade empreendedora (OCDE, 2012), foram os documentos centrais das análises dos dados. Outras fontes documentais foram utilizadas e subsidiaram a compreensão e discussão da temática, os quais estão elencados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Documentos selecionados para análise documental

Documentos	Conteúdo
Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2011-2015; 2016-2025)	Define os objetivos estratégicos da Universidade.
Relatórios de Gestão da UFPA (2012-2019)	Apresenta resultados anuais do cumprimento dos objetivos estratégicos da Universidade.
<i>A Guiding Framework for Entrepreneurial Universities</i> (Um Guia Orientador para Universidades Empreendedoras (OCDE, 2012))	Orienta parâmetros a serem seguidos para a constituição de ecossistema empreendedor pelas universidades.
Projeto de Lei nº 3.076 de 2020 – Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se	Propõe o Programa que tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios.
Relatórios Estatísticos da pesquisa PNAD Contínua, do IBGE (2012-2020)	Estatísticas sobre desemprego.
Relatórios Executivos GEM (2010-2019)	Estudo sobre empreendedorismo no Brasil.
Ranking Universidades Empreendedoras – Brasil Júnior (2019)	Estudo sobre o desempenho de universidades empreendedoras no Brasil.
Índice Cidades Empreendedoras (Endeavor Brasil; Enap, 2020-2017)	Estudo sobre o ambiente de negócios das cidades brasileiras.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O texto dissertativo está **estruturado** em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No **primeiro capítulo**, discorre-se sobre a ideia de empreendedorismo, desde a sua gênese até a sua disseminação na educação superior, particularmente após a adoção da doutrina neoliberal pela política econômica brasileira e a Reforma do Estado. O objetivo foi observar de que forma o empreendedorismo era conceituado, em seu surgimento, para perceber as modificações dos sentidos desse termo ao longo dos anos, bem como sua compreensão atualmente. Além disso, buscou-se identificar os elementos contextuais socioeconômicos e as políticas públicas que contribuem para o incentivo da inserção dessa categoria mercadológica nas universidades públicas.

O **segundo capítulo** traz as políticas públicas recentes para a educação superior geradas no curso da Reforma do Estado, a partir dos anos de 1990, que fomenta a ideia de universidade empreendedora, com destaque para o Programa Future-se (BRASIL, 2020). Ainda nesse capítulo, evidencia-se os modelos de universidade em disputa e os parâmetros que orientam institucionalização de universidade empreendedora, segundo a OCDE (2012).

O **terceiro capítulo** traz o resultado das análises sobre possíveis aproximações e evidências da presença do empreendedorismo no planejamento institucional da UFPA, com ênfase nos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2011-2015; 2016-2025) e nos Relatórios de Gestão (2012-2019), destacando dados encontrados a partir da concepção de universidade empreendedora, com referência na OCDE (2012).

Nas **Considerações Finais**, sinaliza-se e pontua-se alguns aspectos que aproximam o estudo de resultados significativos.

CAPÍTULO 1 – EMPREENDEDORISMO: TREJETÓRIA HISTÓRICA E CONCEITUAL

Neste capítulo, apresenta-se, no primeiro momento, o estudo teórico sobre a evolução histórica e conceitual do empreendedorismo. Apesar do destaque que o empreendedorismo tem alcançado no cenário econômico nacional e mundial nas últimas décadas, percebe-se uma diversidade de entendimentos literários sobre seu conceito. Desse modo, recorreu-se a autores fundamentais desse campo temático para sintetizar os principais entendimentos do que é o empreendedorismo, suas características mais marcantes e os seus primeiros registros. Posteriormente, busca-se estabelecer relação, de forma crítica, com base em documentos, entre as diferentes ideias sobre o empreendedorismo, as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento empreendedor no Brasil, e a crise do mercado capitalista com elevado índice de desemprego estrutural, dentre outros problemas sociais, para situar as ideias de universidade empreendedora que vêm sendo disseminadas na educação superior.

Logo, não se pretende esgotar o conceito nem as linhas teóricas que abordam o tema, mas compreender o que significa o empreendedorismo, o que é ser empreendedor e, com isso, compreender a relação entre empreendedorismo e universidade empreendedora, no contexto delimitado pela Reforma do Estado e pela política neoliberal brasileira.

1. 1 Aspectos históricos e conceituais sobre o empreendedorismo

A palavra empreendedor tem origem no termo francês *entrepreneur*, que significa “aquele que assume riscos e começa algo novo” (HISRIC; PETERS; SHEPHERD, 1986 *apud* DORNELAS, 2001, p. 27). Mas esta definição sofreu várias atualizações ao longo da história, sob diferentes perspectivas teóricas. Assim, serão abordadas algumas que são amplamente difundidas na literatura. Nesse sentido, Dornelas (2001) buscou indicar uma linha histórica sobre o empreendedorismo, demarcada a partir da rota comercial de Marco Polo, que ligou o Ocidente e o Oriente, no século XIII. Verifica-se na obra deste autor uma evolução quanto aos elementos que caracterizam o empreendedorismo, considerando o contexto das atividades que se vivenciava em cada período, conforme organizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Evolução da definição de empreendedorismo

Linha do Tempo	Definição do termo Empreendedorismo
Primeiro uso do termo empreendedorismo	A primeira circunstância em que o empreendedorismo é exemplificado na história diz respeito à rota comercial que Marco Polo tentou estabelecer do

	Ocidente para o Oriente. Marco Polo assinou um contrato com um homem que possuía dinheiro para, assim, vender as mercadorias deste. Nesse caso, o homem era o capitalista e assumia os riscos de forma passiva, enquanto Marco Polo, como empreendedor, assumia o papel ativo , estando submetido a todos os riscos físicos e emocionais do empreendimento.
Idade Média	Nesse período, o termo empreendedor foi utilizado para definir os gerenciadores de projetos de produções . Esse indivíduo apenas tinha como responsabilidade o gerenciamento dos projetos, estando isento de assumir grandes riscos. Os recursos administrados, geralmente, eram concedidos pelo governo do país.
Século XVII	É nesse período que a relação entre empreendedorismo e assumir riscos aparece pela primeira vez na história. Nessa época, o empreendedor estabelecia contratos com o governo para a realização de serviços ou para fornecer produtos. Tendo em vista que os preços já eram prefixados, o empreendedor acabava por assumir o risco de obter lucro ou prejuízo em seus negócios. Um autor que é destacado nesse século é Richard Cantillon , importante escritor e economista, considerado por muitos como o criador do termo empreendedorismo, além de ter sido o primeiro a diferenciar o empreendedor (aquele que assumia riscos) do capitalista (que fornecia o capital).
Século XVIII	O empreendedorismo e capitalista são claramente e finalmente diferenciados , tendo a industrialização contribuído para esse avanço conceitual. Um exemplo citado são as pesquisas referentes à eletricidade e à química, de Thomas Edison, cujos experimentos foram financiados por investidores.
Século XIX e XX	No final do século XIX e início do século XX, em plena crise do sistema capitalista, os empreendedores passaram a ser confundidos com os gerentes ou administradores , sob uma visão apenas econômica, como responsáveis por todo o processo administrativo da empresa, tais como organização e planejamento, pagamento de funcionários, direção e controle dos trabalhos institucionais, sempre à serviço do capitalista.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dornelas (2001, grifos nossos).

Nas concepções de Dornelas (2001, p. 28), encontra-se a primeira diferenciação que o autor faz ao explicar o empreendedorismo. Para ele, empreendedor e administrador são sujeitos diferentes: “Todo empreendedor necessariamente deve ser um bom administrador para obter o sucesso, no entanto, nem todo bom administrador é um empreendedor. O empreendedor tem algo mais, algumas características e atitudes que o diferenciam do administrador tradicional”. Esse “algo mais” que o empreendedor tem e que o difere do administrador seria, para o autor, a inovação, a exigência de conhecimento amplo do negócio em que atua para não falir sua empresa, bem como o constante planejamento com base em uma visão de futuro, entre outros. Desse modo, o empreendedor se torna um administrador completo, pois domina várias dimensões do negócio, não se limitando a uma ou outra abordagem organizacional.

Schumpeter (1949 *apud* Dornelas, 2001, p. 37) define empreendedor como “aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”. Por outro lado, Kirzner (1973, *apud* Dornelas, 2001, p. 37) tem uma concepção diferente: “o empreendedor é aquele que cria o equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente”. Desse modo, pode-se compreender que na visão schumpeteriana o desequilíbrio econômico é uma consequência do empreendedorismo inovador, enquanto Kirzner considera que o equilíbrio é um objetivo-fim do empreendedor em meio a crises. Todavia, apesar das divergências entre as teorias desses autores, encontra-se um ponto convergente: “o empreendedor é um exímio **identificador de oportunidades**, sendo um indivíduo curioso e atento às informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta”⁵.

Ainda, de acordo com Dornelas (2001), o empreendedorismo pode ser aprendido, pois decorre de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como o indivíduo gerencia suas atividades cotidianas diante dos desafios. Para que a aprendizagem dessa teoria seja exitosa, o autor propõe que os cursos de empreendedorismo observem o seu objetivo, devendo focar:

em como ocorre a inovação e o processo empreendedor; na importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico; em como preparar e utilizar um plano de negócios; em como identificar fontes e obter financiamento para o novo negócio; em como gerenciar e fazer a empresa crescer (DORNELAS, 2001, p. 39).

A ementa curricular do ensino de empreendedorismo também deve promover o desenvolvimento de habilidades, as quais o autor em tela classifica em três áreas:

Técnicas, gerenciais e características pessoais. As **habilidades técnicas** envolvem o saber escrever, saber ouvir as pessoas e captar informações, ser um bom orador, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe e possuir *know-how* técnico na área de atuação. As **habilidades gerenciais** incluem as áreas envolvidas na criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, controle das ações da empresa e ser um bom negociador. Algumas **características pessoais** [...] incluem: ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário (DORNELAS, 2001, p. 39, grifos nossos).

Desse modo, o autor relaciona habilidades e comportamentos passíveis de serem desenvolvidos ao longo do processo de ensino do empreendedorismo e, por isso, não se trata exclusivamente de talento inato, mas de “percepção, direção, dedicação e muito trabalho” (DORNELAS, 2001, p. 40).

⁵ *Ibid.*, p. 37, grifos nossos.

Para empreender, também, não basta possuir apenas a capacidade inovadora, a paixão pelo negócio e a tecnologia. É preciso um “combustível” que transforma a ideia em um negócio: o capital. Assim, Dornelas (2001) afirma que há várias formas e fontes para a captação de recursos, entre as quais ele destaca os capitalistas de riscos, também chamados de *angel* ou anjo – que significa um investidor de pessoa física – o qual, segundo sua teoria, estão mais propensos a investir em novos negócios, em detrimento de deixar todo seu dinheiro aplicado em bancos, especialmente em setores da nova economia (empresas de *internet* e de tecnologia), o que representa, em sua concepção, uma oportunidade para os empreendedores.

Essa lógica permite interpretar que empreendedor e capitalista não são os mesmos indivíduos. O empreendedor, então, é a pessoa que, após identificar uma oportunidade, cria um negócio com potencial de capitalização e o “vende” para investidores que confiam na ideia e financiam o novo empreendimento. O empreendedor é o responsável pelo gerenciamento da empresa na prática, ficando com a responsabilidade de tomar as decisões mais adequadas para minimizar os problemas que poderão surgir. Por outro lado, o capitalista é aquele que “compra” o empreendimento e investe os recursos financeiros necessário para retirar o plano de negócio do papel, além de assumir riscos de lucros ou prejuízos, a depender da capacidade de gestão do empreendedor (DORNELAS, 2001).

Filion (1999), por sua vez, frisa que o empreendedorismo não surgiu unicamente nas ciências econômicas como é costumeiramente relacionado. Ele esclarece que Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say, considerados pioneiros no campo empreendedor, centravam-se na **criação de novos empreendimentos, no desenvolvimento e no gerenciamento de negócios**. Cantillon, por exemplo, era banqueiro e poderia ser classificado como um capitalista de risco no mundo atual. O autor acrescenta, ainda, que as obras de Cantillon evidenciam que seus interesses estavam voltados para a busca de oportunidades, gerenciamento inteligente e ganho de lucros pela otimização do capital investidos nos negócios. E, embora o termo *entrepreneur* já houvesse sido registrado no final do século XVII (VÉRIN, 1982 *apud* FILION, 1999), foi Cantillon que criou uma definição mais clara do empreendedorismo de modo geral (SHUMPETER, 1954 *apud* FILION, 1999).

Jean-Baptiste Say foi o segundo autor a se interessar pela atividade empreendedora. Entendia o desenvolvimento econômico como uma consequência da **criação de novos empreendimentos**, um dos motivos pelo qual ele era considerado um economista, principalmente porque até a metade do século XX as ciências gerenciais não existiam (SAY,

1816 *apud* FILION, 1999). Desse modo, as primeiras definições históricas do empreendedorismo são atribuídas a Cantillon e Say, sendo este reconhecido como o seu criador.

Destacam-se três características fundamentais encontradas em Filion (1999) sobre os conceitos do empreendedorismo: aproveitar oportunidades, assumir risco e inovação. Ver-se-á no decorrer deste estudo que esse tripé tem sido utilizado para classificar os empreendedores, algumas vezes conjugadamente, como é o caso de Dornelas (2001), e em outras, de maneira separada como se identificou em Drucker (1987) e Schumpeter (1997). Mas, de antemão, ressalta-se que das conceituações aqui descritas, com base em autores renomados e reconhecidos na literatura sobre empreendedorismo, considera-se que Filion (1999) apresenta a ideia mais avançada e inovadora, diferente da classificação mais comum do empreendedorismo que está muito atrelada com a criação de negócios, a capacidade de assumir risco, bem como de inovar. Após análise da conceituação do termo na literatura, o autor propõe o seguinte:

[...] o campo do empreendedorismo pode ser definido como o campo que estuda os empreendedores. Examina suas atividades, características, efeitos sociais e econômicos e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedorística. Nenhum campo acadêmico pode prescindir de teoria. Entretanto, para criar uma teoria do empreendedor, provavelmente vai ser necessário separar pesquisa aplicada de pesquisa teórica, estabelecendo uma nova ciência, a **empreendedologia**. Esta nova ciência talvez possa criar um corpo teórico composto de elementos convergentes de estudos teóricos de empreendedores por **empreendedologistas** em várias disciplinas. O próprio empreendedorismo permaneceria como um campo de pesquisa aplicada, produzindo resultados de interesse para prováveis empreendedores potenciais e empreendedores de fato. Possivelmente, milhares de publicações surgirão e talvez décadas passarão antes que tenhamos atingido esse ponto (FILION, 1999, p. 21).

Desse modo, Filion (1999) apresenta uma perspectiva conceitual de empreendedorismo que vai além da sua simples caracterização. Ele compreende o empreendedorismo como uma ciência, ou, pelo menos, sugere sua evolução para o campo das áreas científicas. Todavia, o empreendedorismo, como afirma Drucker (1987), é resultante de uma prática e, nesse caso, para se tornar uma área de estudo, que examina e explica os fenômenos relacionados à atividade empreendedora, necessita de uma teoria que a norteie. Contudo, embora Filion (1999) também considere esse aspecto, ele sugere a criação de uma “nova ciência” para a qual será necessária, no seu ponto de vista, a separação entre pesquisa aplicada e pesquisa teórica e, com isso, criar a teoria do empreendedor, que é denominada em sua abordagem como *empreendedologia*, a partir da qual poderá se constituir o corpo teórico com a contribuição dos *empreendedologistas* de diferentes áreas de estudo. Atualmente, o empreendedorismo permanece como um termo que é explicado por diversos teóricos e tem passado por evoluções conceituais ao longo do

tempo, sendo o objetivo deste trabalho conhecer seus sentidos de modo geral para, assim, compreender o contexto das políticas públicas modernas para a universidade.

Ainda de acordo com Filion (1999, p. 6), a literatura sobre empreendedorismo é bastante diversa quanto à explicação do termo empreendedorismo, uma vez que não são apenas os economistas que têm tido interesse pelo estudo do tema, sendo este o motivo de algumas confusões sobre a conceituação do termo. Isso se deve, segundo o autor, ao fato de que os pesquisadores tendem a definir os empreendedores com base na disciplina a qual pertencem. Por outro lado, ele também considera que, apesar das diferenças de concepções, existem semelhanças em cada disciplina sobre a compreensão da terminologia. “Por exemplo, os economistas associam o empreendedor com inovação, enquanto os comportamentalistas se concentram nos aspectos criativo e intuitivo destes”.

Com isso, encontra-se em Filion (1999) uma análise mais diversificada sobre o conceito de empreendedorismo, a partir da visão dos economistas, dos comportamentalistas e da escola dos traços de personalidade. A primeira se deve à crença popular de que o empreendedorismo surgiu nas ciências econômicas, tendo como pioneiro nesse campo Cantillon e Say; a segunda vertente conceitual surge pelo interesse das ciências humanas sobre empreendedorismo, cujo destaque é dado a Max Weber (1930) como um dos primeiros autores nessa área a investigar sistemas de valores fundamentais que explicam o comportamento empreendedor, seguido de McClelland (1961); e a terceira linha de pensamento objetivou definir e caracterizar a personalidade dos empreendedores. No Quadro 5, sintetizam-se as principais definições de empreendedorismo apontados por Filion (1999) em sua investigação da literatura.

Quadro 5 – Empreendedorismo: principais linhas de pensamento

Linha de pensamento	Autores	Definição
Economista	Richard Cantillon	Na visão de Cantillon, os empreendedores compravam matéria-prima - geralmente um produto agrícola -, por um certo preço, com o objetivo de processá-la e revendê-la por um preço ainda não definido. Empreendedores eram, portanto, pessoas que aproveitavam oportunidades com a perspectiva de obterem lucros, assumindo os riscos inerentes.
	Jean-Baptiste Say	Say fazia uma distinção entre empreendedores e capitalistas e entre os lucros de cada um. Ao fazê-lo, ele associou os empreendedores à inovação e os via como agentes da mudança. Ele próprio era um empreendedor e foi o primeiro a definir as fronteiras do que é ser um empreendedor na concepção moderna do termo.

	Joseph Schumpeter	Schumpeter admitia que a parte mais importante de seu trabalho era transmitir aos anglo-saxões o que era o universo dos empreendedores como descrito nos escritos de Jean-Baptiste Say. Como Say foi o primeiro a lançar os alicerces deste campo de estudo, podemos considerá-lo como o pai do empreendedorismo (Filion, 1988). [...], entretanto, foi Schumpeter quem realmente lançou o campo do empreendedorismo, associando-o claramente com à inovação. “A essência do empreendedorismo está na percepção e aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios [...] sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações”. Schumpeter não apenas associou empreendedores à inovação , mas também mostrou, em sua significativa obra, a importância dos empreendedores na explicação do desenvolvimento econômico.
	Benjamin Higgins; Edith Peronse; Israel Kirzner	Viam os empreendedores como detectores de oportunidades de negócios .
	Richard Ely; Alfred Oxenfeldt; Schloss	Classificavam empreendedores como criadores de empreendimentos .
	Leinbenstein; John Kihlstrom; Norman Buchanan; Di Pietro	Consideravam empreendedores aqueles que correm riscos .
	Friedrich Hayek	Mostrou que o empreendedor tinha o papel de informar ao mercado a respeito de novos elementos .
	Frank Knight	Mostrou que os empreendedores assumiam riscos por causa do estado de incerteza no qual trabalhavam e que eles eram recompensados de acordo com os lucros obtidos com as atividades que iniciavam.
	Mark Casson	Tentou desenvolver uma teoria que ligava os empreendedores ao desenvolvimento econômico . Ele insistia nos aspectos de coordenação de recursos e tomada de decisão .
Comportamentalista	Max Weber	Via os empreendedores como inovadores , pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal.
	David McClelland	Associava a necessidade de realização e de poder aos empreendedores e os definia da seguinte forma: “Um

		empreendedor é alguém que exerce controle sobre uma produção que não seja só para o seu consumo pessoal. De acordo com a minha definição, um executivo em uma unidade produtora de aço na União Soviética é um empreendedor”.
A escola dos traços de personalidade	Manfred Kets de Vries	Sugeriu que empreendedores são indivíduos desajustados que precisam criar seu próprio ambiente .
	Graham Bannock; Elizabeth Chell; Orvis Collins; Francois Du Toit; Richard Scase; John Stanworth	Esses pesquisadores afirmaram o mesmo, sugerindo que os empreendedores não criam seus negócios meramente por quererem trabalhar para si , mas por não conseguirem se adaptar ao seu ambiente de trabalho anterior.

Fonte: Elabora pela autora com base em Filion (1999, p. 6-10, grifos nossos).

De modo geral, observa-se que os economistas apresentados relacionam empreendedorismo com inovação, assumir riscos e aproveitar oportunidades, bem como consideram os empreendedores agentes importantes para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, os comportamentalistas e a escola dos traços de personalidade se concentram em compreender e explicar os comportamentos que caracterizam os empreendedores, bem como o que os levam a optar pela carreira empreendedora, respectivamente. A esse respeito, a literatura apresenta uma série de características comumente atribuídas aos empreendedores, que pode ser expressa pelo Quadro 6.

Quadro 6 – Características comuns atribuídas aos empreendedores pelos comportamentalistas

Inovação	Otimismo	Tolerância à ambiguidade e incerteza
Liderança	Orientação para resultados	Iniciativa
Riscos moderados	Flexibilidade	Capacidade de aprendizagem
Independência	Habilidade para conduzir situações	Habilidade na utilização de recursos
Criatividade	Necessidade de realização	Sensibilidade a outros
Energia	Autoconsciência	Agressividade
Tenacidade	Autoconfiança	Tendência a confiar nas pessoas
Originalidade	Envolvimento a longo prazo	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Hornaday (1982), Meredith, Nelson et al., (1982) in Filion (1999, p. 9).

De acordo com Costa (2009, p. 176), esse conjunto de habilidades atribuídas ao empreendedor também é objeto de interesse da ciência econômica, particularmente a partir da

teoria do Capital Humano⁶, cujo desenvolvimento ele atribui à Escola de Chicago. Trata-se, para este autor, de uma mudança no pensamento econômico sobre a relação entre indivíduo e capital, em que “[...] a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima [...]”, para “[...] tentar entender como essa conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce [...]”. Sob a ótica da Escola de Chicago:

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital: é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de **fazer investimentos em si mesmo** - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício - e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam [...] (COSTA, 2009, p. 177, grifos nossos).

Dardot e Laval (2016), num posicionamento crítico frente à ideologia do empreendedorismo, entendem que o *sujeito empresarial* constitui parte do projeto político neoliberal que pretende desenvolver certa dimensão do homem, o *entrepreneurship*, o qual, na sociedade neoliberal⁷, é o princípio que rege a conduta universal. Nesse contexto, o mercado passa a ser concebido como um espaço de descoberta e aprendizado do *homem-empresa*:

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um **processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador**, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo (DARDOT; LAVAL, p. 140, grifos nossos).

⁶ Frigotto (2011) afirma que foi Theodoro Schultz (1973) quem construiu a noção de capital humano, sendo “este entendido como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que *potenciam* a força de trabalho das diferentes nações [...]”. Para Frigotto, capital humano se refere a “[...] uma noção que falseia o sentido real do capital, pois este não se traduz numa coisa, mas é uma relação social e historicamente construída. Uma relação cujo fundamento é a exploração e expropriação, pela classe detentora privada dos meios e instrumentos de produção, dos que necessitam vender para sobreviver sua força de trabalho física e intelectual, a classe trabalhadora”. Explica, ainda que, a tese inicial dessa ideia “[...] foi de que aqueles países, ou famílias e indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos [...]”, diminuindo, assim, a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. “[...] Trata-se de uma perspectiva integradora da educação escolar ao mundo do emprego e de uma estratégia para evitar a penetração do ideário socialista, bem como o risco de sua expansão” (FRIGOTTO, 2011, p. 4).

⁷ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’” (ANDERSON, 1995, p. 9).

Ou seja, as habilidades empreendedoras se tornaram valores sociais que devem ser estimulados e desenvolvidos pelos indivíduos, tendo em vista a sua capitalização pelo sistema econômico em crise⁸. Nesse sentido, Costa (2009, p. 177) considera que “a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos aparece aqui como elemento estratégico a ser investido por essa nova modalidade de *governamentalidade*” (grifo do autor). Isso porque, conforme explica o autor, a teoria do Capital do Humano passou a atribuir importância à educação e funcionaria como um investimento de longo prazo para o aumento da produtividade do “indivíduo-trabalhador”, assim como o aumento crescente de seus rendimentos ao longo da vida.

Ainda de acordo com Filion (1999), foi a partir dos anos de 1980 que o campo do empreendedorismo se expandiu para as ciências humanas e gerenciais. Nesse período também surgem os primeiros doutorados voltados para essa temática. O percurso histórico demonstra que, cada vez mais, os pesquisadores estão dedicando tempo e esforços para se voltar exclusivamente ao campo do empreendedorismo. No Quadro 7, encontram-se os principais temas de pesquisa sobre empreendedorismo (FILION, 1999), o que dá alguma dimensão sobre os principais assuntos abordados pelos pesquisadores.

Quadro 7 – Principais temas de pesquisa sobre empreendedorismo

Características comportamentais de empreendedores
Características econômicas e demográficas de pequenos negócios
Empreendedorismo e pequenos negócios em países em desenvolvimento
Características gerenciais dos empreendedores
O processo empreendedor
Oportunidades de negócios
Desenvolvimento de negócios
Capital de risco e financiamento de pequenos negócios
Gerenciamento de negócios, recuperação e aquisição
Firmas de alta tecnologia
Estratégias e crescimento da empresa empreendedora

⁸ Quando se fala em crise do sistema econômico, na atualidade, Mészáros (2011) denomina esse processo como *crise estrutural do capital*. “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2011, p. 797).

Alianças estratégicas
Empreendedorismo em corporações ou intrapreendedorismo
Empresas familiares
Autoemprego
Incubadoras e sistemas de apoio ao empreendedor
Sistemas de redes
Fatores influenciando criação e desenvolvimento de novos empreendimentos
Políticas governamentais e criação de novos empreendimentos
Mulheres, minorias, grupos étnicos e empreendedorismo
Educação empreendedora
Pesquisa empreendedora
Estudos culturais comparativos
Empreendedorismo e sociedade
Franquias

Fonte: Filion (1999, p. 11, grifo do autor).

Drucker (1987, p. 27) também registra que o termo empreendedor foi cunhado, primeiramente, pelo economista Jean-Baptiste Say, por volta de 1800, que entendia como o indivíduo que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Ou seja, o empreendedorismo poderia ser caracterizado pelos pequenos negócios com potencial de crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, a explicação e a conceituação sobre o termo empreendedor se alinha com a ideia de criação de pequenas empresas:

Nos Estados Unidos, por exemplo, o empreendedor é frequentemente definido como aquele que começa o *seu próprio, novo e pequeno negócio*. Na verdade, os cursos de “entrepreneurship”, que se tornaram comuns ultimamente nas escolas americanas de Administração, são descendentes diretos dos cursos sobre como começar seu próprio negócio, oferecidos há trinta anos atrás, e, em muitos casos, bastante semelhantes (DRUCKER, 1987, p. 7).

Todavia, o autor faz uma ressalva: ele considera que não é o fato de uma empresa ser própria, nova e pequena que a torna empreendedora. Para ele, nem todos os pequenos negócios novos são empreendedores ou representam empreendimento. Ele explica esse pensamento com o seguinte exemplo:

O casal que abre mais uma confeitaria, ou mais um restaurante de comida mexicana no subúrbio americano, certamente estará assumindo riscos. Mas será que eles são empreendedores? Tudo o que fazem já foi feito muitas vezes antes. Eles apostam na popularidade crescente de se comer fora, na vizinhança. Por outro lado, eles não criam

uma nova satisfação para o consumidor, e nem uma nova demanda para este. Visto sob esta perspectiva, é claro que eles não são empreendedores, mesmo que o seu negócio seja novo (DRUCKER, 1987, p. 28).

Com isso, para que um negócio ou empresa sejam classificados como empreendedores não basta serem novos no mercado. Não é o tamanho da empresa ou negócio, nem seu período de existência, que ditam seu grau de empreendedorismo. Também não há relação direta da atividade empreendedora com o risco assumido. Para Drucker (1987), o risco é inerente a qualquer atividade, inclusive as não-comerciais. Dessa maneira, para este autor, a **inovação** é o que melhor define o empreendedorismo, como a criação de algo novo ou especial em um produto ou processo já existente.

Reconhecidamente, toda as pequenas empresas novas têm muitos pontos em comum. Entretanto, para ser empreendedora, uma empresa tem que possuir características especiais, além de ser nova e pequena. Na verdade, os empreendedores constituem a minoria dentre as pequenas empresas. Eles criam algo novo, algo diferente, eles mudam ou transformam valores⁹.

Drucker (1987) enfatiza o espírito empreendedor dos Estados Unidos e da Alemanha, que conseguiram se recuperar cinco anos depois da crise da Bolsa de Valores de Viena, ambos voltados a crescer novamente e rapidamente, contrariamente a França e a Grã-Bretanha que passaram por um longo período de estagnação industrial. Em suas análises, o autor atribui a recuperação econômica daqueles países ao empreendedorismo. Na Alemanha, foi criado o Deutsche Bank, em 1870 por George Siemens, cuja função era encontrar e financiar empreendedores e conduzi-los a uma administração organizada e disciplinada. Nos Estados Unidos, por sua vez, assim como na Alemanha, banqueiros empreendedores, como J. P. Morgan, desempenharam papel semelhante.

A eficácia do empreendedorismo é explicada por Drucker (1987, p.19) pela mudança de valores e comportamentos, entre outros aspectos, que levaram pessoas a enfrentar riscos de negócios em detrimento da segurança empregatícia nas grandes organizações. Assim:

As causas, possivelmente, estariam em mudanças de valores, percepções, atitudes, talvez mudanças demográficas, em instituições (tais como a criação de bancos empreendedores na Alemanha e nos Estados Unidos por volta de 1870) e, talvez, em mudanças na educação.

Para o autor, o que causou essa mudança em valores e comportamentos tem origem no que ele chama de “nova tecnologia” denominada “Administração”, a qual viabilizou a

⁹ Ibid., p. 29.

economia empreendedora nos Estados Unidos, pois se tornou um lugar-comum, a partir do momento em que se vislumbrou as novas aplicações da Administração:

[...] a novos empreendimentos, comerciais ou não, enquanto que a maior parte das pessoas até agora tem considerado a Administração aplicável apenas a empresas existentes; a pequenos empreendimentos, enquanto que a maior parte das pessoas estava absolutamente certa até há poucos anos de que a Administração era só para os “grandões”; a empreendimentos não comerciais (serviços de saúde, educação e outros), enquanto que a maior parte das pessoas ainda ouve “empresa” quando depara com a palavra “Administração”; a atividades que simplesmente não eram consideradas “expressas de maneira alguma, como pequenos restaurantes, por exemplo; e, acima de tudo, à inovação sistemática: à busca e ao aproveitamento de novas oportunidades para satisfazer a carências humanas e necessidades” (DRUCKER, 1987, p. 21).

Especificamente, nos Estados Unidos, Drucker (1987) considerada que a economia empreendedora surge em meados dos anos de 1970, em que 40 milhões de empregos foram gerados pelas pequenas e médias empresas privadas, em contraponto à redução de vagas nos segmentos tradicionais: hospitais, grandes escolas, governos federais, estaduais e municipais, grandes universidades e empresas, etc. O autor acredita que a maior parte do aumento de empregos nos Estados Unidos, nesse período, originaram-se de empresas novas que não existiam nos 20 anos antecedentes. Esse contexto é a base para a sua explicação do crescimento do empreendedorismo americano e para a proposição de uma “sociedade empreendedora”.

Ainda, para Drucker (1987), a Administração, enquanto ciência, ajudou na evolução do empreendedorismo a partir do momento em que os empreendedores conseguiram aplicar esse conhecimento às atividades empresariais de maneira inovadora. Isso significa que os empreendimentos não se estagnaram num patamar de crescimento dos rendimentos, mas continuaram a crescer e a aumentar, cada vez mais, seus ganhos. Logo, esse seria o diferencial das empresas (seja a pequena, a nova ou a grande) que aplica os conhecimentos teóricos, desde a criação do negócio e permanece na busca constante do sucesso, em relação as que paralisam num determinado patamar ou entram em crise até sucumbirem à falência.

Drucker (1987, p. 35) também faz referência à Joseph Schumpeter para definir empreendedorismo como:

o desequilíbrio provocado pelo empreendedor inovador, em vez de equilíbrio e otimização, é a ‘norma’ de uma economia sadia e a realidade central para a teoria econômica e a prática econômica. Isto é, a descontinuidade, a dinâmica entre prosperidade e recessão causado pelo desequilíbrio que a inovação gera, são essenciais ao progresso econômico.

O equilíbrio, então, representaria um estagnador da economia. Desse modo, Drucker (1987) relaciona uma das principais teorias de Schumpeter sobre o desenvolvimento econômico: a *destruição inovadora* ou *destruição criativa*.

Schumpeter (1997) explica que as mudanças provocadas pela inovação promovem o desenvolvimento econômico, a partir do momento em que um empreendedor inovador cria novos produtos e passa a ser imitado pelo empreendedores não-inovadores que, por sua vez, investem recursos para, também, produzirem produtos criados pelos empresários empreendedores. Isso ocasionaria uma onda de investimentos de capital ativo na economia, criando prosperidade e geração de empregos. Por outro lado, conforme essas inovações são introduzidas nos produtos antigos e absorvidas pelo mercado, generalizam-se entre os consumidores fazendo com que o crescimento econômico comece a diminuir, ocorrendo o processo inverso, de recessão econômica, com a redução dos investimentos e a baixa da oferta de emprego. Dessa dinâmica surge a ideia do autor de destruição ou criação pela inovação em processo ou produto, o que, na sua concepção, colabora para o desenvolvimento econômico.

Para que a inovação aconteça, Schumpeter (1997) destaca a importância do empreendedor inovador capaz de realizar investimentos em áreas produtivas, reunindo as condições e os agentes necessários com a capacidade de “perturbar o equilíbrio geral”. O empreendedor, na concepção schumpeteriana:

É, contudo, o produtor que, via de regra, **inicia a mudança econômica**, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir¹⁰.

Logo, tanto para Schumpeter (1997) quanto para Drucker (1987), o empreendedorismo está associado à inovação, o que significa explorar algo novo com possibilidade de sucesso no mercado, bem como de transformar o hábito de consumo da sociedade. Sobre esse aspecto, percebe-se, nos últimos anos, a ideia de desenvolvimento econômico, baseado pela inovação, como condição necessária à competitividade internacional. Não por acaso, várias políticas públicas têm sido implementadas pelos governos brasileiros a fim de apoiar e incentivar empreendimentos inovadores no país, conforme se verá mais adiante. E, para que isso se concretize, as universidades são consideradas fontes de produção e transferência de conhecimento para impulsionar os projetos de setores produtivos, inclusive para se tornarem sustentáveis (LEHER, 2019; OCDE, 2012).

¹⁰ Ibid., p. 228, grifos nossos.

Drucker (1987) discorda da teoria comportamentalista que associa o empreendedorismo à “personalidade empreendedora”, uma vez que, conforme advoga, empreender requer inovar e isto resulta de disciplina, aprendizado e prática, não de talento ou de intuição. A *inovação sistemática* é o que caracteriza o empreendedorismo em sua teoria. Ela estaria associada à busca deliberada e organizada de mudanças, bem como à capacidade de análise sistemática de oportunidades que estas mudanças possibilitam para a criação de algo especial ao que já existe. Esse diagnóstico requer o monitoramento das “sete fontes de inovação”, quais sejam:

O inesperado – o sucesso inesperado, o fracasso inesperado, o evento externo inesperado; A incongruência – entre a realidade como ela é de fato, e a realidade como se presume ser ou como “deveria ser”; A inovação baseada na necessidade de processo; Mudanças na estrutura do setor industrial ou na estrutura do mercado que apanham a todos desprevenidos; Mudanças demográficas (mudanças populacionais); Mudanças em percepção, disposição e significado; Crescimento novo, tanto científico como não-científico (DRUCKER, 1987, p. 46).

Outra questão conceitual que Drucker (1987) busca explicar em sua teoria sobre o empreendedorismo é a relação entre empreendimento e instituições econômicas. Para o autor, não há uma restrição exclusiva entre um e outro. Ele cita outro exemplo para facilitar a compreensão sobre a sua afirmativa. Dessa vez, ele recorre ao desenvolvimento da universidade moderna, particularmente a americana, após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de universidades “*privadas*” e “*metropolitanas*” novas, com perfil diferente das antigas instituições no que tange aos seus currículos, são elas: Pace University, Fairleigh-Dickinson, e o Instituto de Tecnologia de Nova York, na região de Nova York; Northeastern, em Boston; Santa Clara e Golden Gate, na Califórnia; entre outras.

[...] elas foram estruturadas deliberadamente para um “mercado” novo e diferente – indivíduos em meio de duas carreiras, em vez de jovens recém-saídos da escola secundária; estudantes de cidades grandes viajando diariamente para a universidade a qualquer hora do dia e da noite, em vez de estudantes morando nos campi universitários, com dedicação plena aos estudos, cinco dias por semana, das nove às cinco; e estudantes com formações bem diversas, e deveras bem heterogêneas, em vez dos alunos típicos da tradição universitária americana. Essas escolas foram respostas a uma importante mudança de rumo no mercado, a mudança no prestígio do diploma universitário passando de “classe alta” para “classe média”, e importante mudança quanto ao que significava “ter curso superior”. Elas representam o espírito empreendedor. [...] O que torna empreendedoras aquelas instituições de serviços é algo diferente, algo específico¹¹.

Dessa maneira, com Drucker (1987) se compreende, até aqui, que o empreendedorismo é definido a partir da capacidade de inovação sistemática de uma empresa, podendo ela ser pequena e nova ou grande. Além disso, assumir risco, por si só, não significa ser empreendedor.

¹¹ Ibid., p. 31.

E, ainda, este autor inclui outro aspecto para o entendimento do termo: ele faz uma crítica a ideia alemã de identificar o empreendedorismo com poder e propriedade.

Essa classificação está baseada no termo alemão *unternehmer*, inspirado nas teorias de Jean-Baptiste Say, e significa “a pessoa que possui e dirige um negócio, (o termo corresponderia a ‘proprietário-gerente’). E a palavra é usada principalmente para distinguir o ‘patrão’ que é também o dono, do ‘administrador profissional’ e dos empregados em conjunto” (DRUCKER, 1987, p. 32-33).

Para desmistificar a teoria alemã sobre empreendedorismo, Drucker (1987) afirma que as primeiras tentativas de empreendimento sistemático não visavam a constituição de propriedade em si. Ele se refere à criação do banco empreendedor francês *Credit Mobilier* pelos irmãos Pereire, em 1857, aperfeiçoado posteriormente, em 1870, com a fundação do *Deutsche Bank* por George Siemens e, em seguida, em Nova York, por J. P. Morgan:

A tarefa do banqueiro como empreendedor era mobilizar o “dinheiro dos outros” para alocá-los em áreas de produtividade mais elevada e rendimento maior. Os banqueiros de antes, os Rothschilds, por exemplo, tornaram-se proprietários. Onde quer que construíssem uma ferrovia, eles financiavam com seu próprio dinheiro. O banqueiro empreendedor, em contraste, jamais pretendia ser um proprietário. Ele conseguia os recursos vendendo ao público ações das companhias que havia financiado no início delas. Ele conseguia assim o dinheiro para seus empreendimentos emprestando do público¹².

Ou seja, o empreendedor não necessariamente é proprietário da empresa ou do negócio, tal como definido pelos alemães. O empreendedorismo, então, estaria associado, na visão de Drucker (1987), à capacidade de mobilizar recursos e alocá-los em áreas produtivas. Com isso, a propriedade não deve ser, originalmente, o objetivo final do empreendedor. Assim, a atividade empreendedora deve focalizar no crescimento do negócio através do aumento dos rendimentos.

Na contramão da teoria druckeriana, na atualidade, a ideia de empreendedorismo, sob o neoliberalismo, está associada à propriedade do negócio, do indivíduo que sonha e pode ser, um dia, o dono da sua própria empresa. Porém, na verdade, o empreendedor vive a contradição entre produção/apropriação, pois, a despeito do discurso da autonomia, para empreender, são necessários os meios de produção sobre os quais a pessoa que empreende não possui propriedade. “Os verdadeiros meios de produção continuam a ser propriedade dos capitalistas, alguns, inclusive, com privilégios de exclusividade, a exemplo de áreas fundamentais como a informática, os transportes aéreos, as comunicações e as armas nucleares [...]”. Isso significa que o empreendedor não poderá “[...] viver apenas da exploração do trabalho alheio [...]”, ou

¹² Ibid., p. 33.

seja, ele precisará trabalhar, continuar a “vender” sua força de trabalho ao capital que, agora, é o seu “patrão” (TAVARES, 2018, p. 112-113). E, ainda que tenha empregados, são, em geral, pequenos empresários, e é quase improvável que um dia se torne capitalista.

Sobre o aspecto de assumir riscos, Drucker (1987) faz uma ressalva no que tange a esta definição de empreendedorismo:

Tampouco o empreendedor é um capitalista, embora, naturalmente ele precise de capital como qualquer atividade econômica (e a maioria das não-econômicas). Ele também não é um investidor. É claro que ele assume riscos, mas isso também acontece com todos os que se envolvem em qualquer atividade econômica. A essência da atividade econômica é o comprometimento de recursos atuais em expectativas futuras, o que significa incertezas e riscos. O empreendedor também não é um empregador, embora possa ser, e frequentemente o é, um empregado – ou alguém que trabalha sozinho e exclusivamente para si mesmo.

Desse modo, Drucker (1987) afirma que empreendedor não é capitalista, investidor, proprietário, empregador ou empregado. Para ser empreendedor ou atuar em atividade empreendedora, é preciso ter espírito empreendedor, o que requer *inovação sistemática*. E o espírito empreendedor, ainda de acordo com este autor, é uma característica individual ou institucional. Compreendido dessa forma, o indivíduo pode aprender “[...] a ser empreendedor e a se comportar empreendedorialmente [...]”; e um dos principais aspectos a serem considerados é a capacidade de lidar com as incertezas, pois, “[...] empreendimento é um comportamento e não um traço de personalidade. E suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição”¹³.

Com isso, verifica-se, na literatura, uma convergência no que tange à algumas características conceituais do empreendedorismo. A inovação é o aspecto mais comum entre os autores, o que significa que todo empreendedor deve ser inovador. Aproveitar oportunidades também se destaca como mais um elemento que caracteriza o empreendedor, e assumir riscos foi apontado pela maioria dos autores abordados neste estudo. Ademais, enquanto a teoria comportamentalista considera que o empreendedorismo está relacionado com a personalidade do indivíduo, alguns autores afirmam que ele pode ser aprendido com a prática e o esforço contínuo (DORNELAS, 2001; DRUCKER, 1987).

Tendo compreendido alguns conceitos sobre o empreendedorismo e sua evolução histórica no âmbito geral, cabe analisar de que maneira ele pode ser observado, no Brasil, e as políticas públicas que fomentam sua ocorrência e crescimento no país.

¹³ Ibid., p. 34.

1.2 Capitalismo em crise e reformas do Estado neoliberal: o empreendedorismo no Brasil

É imperativo analisar o empreendedorismo, no Brasil, em conjunto com o contexto econômico e político, pois o padrão contemporâneo das políticas públicas de Estado tem relação direta com o aumento das atividades empreendedoras, haja vista as transformações econômicas que são determinantes da esfera social, assim como da educacional. Com isso, importa frisar que o Brasil é um país capitalista dependente (FERNANDES, 1975), marcado pela disputa de interesses entre frações da classe burguesa nacional e hegemônica, em detrimento dos interesses universais da Nação. Desse modo, as políticas públicas, inclusive para a educação, estão alinhadas aos ditames de organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE e não têm sido planejadas de modo a atender ao interesse social coletivo, mas particularistas de determinados grupos (LEHER, 2019).

A história da industrialização brasileira demonstra que a indústria do Brasil já nasceu submissa e dominada. Destaca-se, por exemplo, a abolição e a proibição das primeiras manufaturas e fábricas pelo Alvará de 05 de janeiro de 1785, de D. Maria I, rainha de Portugal, cujo descumprimento poderia resultar em multa. A justificativa era a de que, com o aumento das fábricas e das manufaturas, haveria “menos braços” para os trabalhos de cultivos da lavoura e da exploração de minérios como ouro e diamante (ARQUIVO NACIONAL, 2018). Isso submetia o Brasil à importação de mercadorias do comércio inglês que já se destacava, na época, como dominante político-econômico mundial. Além disso, mesmo após a independência do país, em 1822, o Brasil manteve características de dependente econômico, sendo, por esse motivo, considerado como uma *semicolônia* (SANTANA, 2019).

Quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, com o apoio norte-americano e, durante a Segunda Guerra Mundial, servindo aos interesses dos EUA, o Brasil se destacou como único país sul-americano a enviar tropas para a referida guerra em apoio aos EUA. É nesse período, durante a guerra, que surge a Companhia Vale do Rio Doce (CDRV) – atualmente apenas Vale, após a privatização – e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ambas com a função de fornecer ferro e aço para os EUA, suprindo as suas necessidades na guerra, conforme detalha Santana (2019, p. 64):

O Estado Brasileiro forneceu investimentos para viabilizar a instalação das indústrias multinacionais, garantindo infraestrutura necessária para a industrialização do Brasil, dando condições para a indústria de base, como mineração, siderurgia, energia, estradas, portos e petróleo. Na indústria extrativa bons exemplos são a CVRD e a Petrobrás e na indústria de base, a CSN. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) construída entre os anos de 1942 e 1947 foi uma empresa de desenvolvimento nacional de extrema importância no sistema produtivo industrial, uma vez que

abastecia as indústrias com matéria-prima, principalmente metais. Nesse processo, também a criação da Petrobrás em 1953 possibilitou um significativo desenvolvimento das indústrias ligadas à produção de gêneros derivados do petróleo, como borracha sintética, tintas, plásticos, fertilizantes e outros.

Diante dessa parceria de dominação, em que o Brasil se constituiu em plataforma econômica a ser explorada, verifica-se que a indústria brasileira não nasceu com o propósito de desenvolvimento nacional, mas sim com a motivação principal de subserviência ao imperialismo norte-americano. Nesse processo, o Estado cumpre o papel de mediador e regulador da implementação dos interesses particularistas nacionais, inclusive na esfera educacional, geralmente representados por organismos nacionais (Todos pela Educação, Instituto Airton Senna, entre outros) e, também, internacionais, como OCDE e Banco Mundial. Essa mediação ocorre, justamente, por meio de políticas públicas.

A partir das décadas de 1950 e 1960, os investimentos econômicos brasileiros foram direcionados à indústria automobilística em que predominou a atuação de empresas multinacionais, como Ford, General Motors e Volkswagen, que se instalaram no Sudeste do Brasil. Desse modo, enquanto o Estado brasileiro fomentou as multinacionais, 5.000 (cinco mil) fábricas foram fechadas em São Paulo, em 1960 (SANTANA, 2019). Esse contexto de dominação do mercado nacional por empresas estrangeiras é denominado por Fernandes (1975, p. 23) como *moderno imperialismo*. O autor explica que as burguesias latino-americanas viram nas empresas corporativas norte-americanas ou europeias o sustentáculo para o “desenvolvimentismo” nacional. No entanto, quando se tornaram economicamente ativas nas economias locais, as empresas estrangeiras se revelaram como “[...] influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico [...]”. Com isso, “[...] as empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas [...]”, como se verifica na década de 1960, no Brasil (FERNANDES, 1975). Destaca-se que essa dominação, de acordo com Fernandes (1975), ocorre tanto pela falta de recursos materiais e humanos para resistir a esse processo como, também, pela falta de controle público e de pressões democráticas sobre as burguesias nacionais.

Desse modo, as elites que ocupam os espaços de poder não são consideradas vítimas, mas, sim uma parceira do controle e dominação externa norte-americana, cuja consequência se evidencia na “rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações de ideias com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável” (FERNANDES, 1975, p. 24). Logo, a produção econômica brasileira sempre foi determinada pela fração hegemônica em articulação com a burguesia nacional. Ademais, pode-se afirmar

que essa dominação reflete em todas as políticas públicas brasileiras e em todas as esferas da Administração Pública, especialmente na educação superior e nas universidades mantidas pelo Estado.

Para Leher (2017, *online*)¹⁴, a falta de projeto de desenvolvimento voltado para os interesses coletivos locais, certamente, influencia nos tipos de política públicas educacionais adotadas no país, assim como no papel que deve ser desempenhado pelas universidades. O autor destaca a crise no bloco de poder (representado pelas diversas frações burguesas nacional), o qual, “[...] em situações de instabilidade, buscam conduzir políticas que não são, efetivamente, para o Estado, mas, sobretudo, políticas que atendem a seus interesses mais específicos como grupo social [...]”. Ademais, enfatiza, para efeito de exemplificação, o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, “[...] que estava organizado em torno do tema chamado de ajuste fiscal”, que representa:

[...] um corte vertiginoso das despesas primárias do Estado e se tornou o conteúdo da recente Emenda Constitucional 95, objetivando proteger o pagamento de juros e serviços da dívida [pública], o que traz benefícios para o setor financeiro, o setor bancário. E, agora, nós temos duas grandes medidas que estão sendo encaminhadas pelo atual governo, que são a reforma trabalhista e a reforma da previdência. E o que querem os reformadores com essas duas grandes reformas? Com essas duas grandes reformas pretendem rebaixar os direitos do trabalho e, com isso, reduzir o custo da força de trabalho a um patamar superior ao existente em várias partes da Ásia, indicando que setores industriais, setores de serviço não vão agregar conhecimento científico, tecnológico, mas vão manter um patamar de competitividade pela hiper-exploração do trabalho. Então, são medidas que alteram em profundidade o horizonte para a nação. E como é que isso chega à educação? Se, de fato, hoje, as estratégias econômicas que estão em curso, e não há uma compreensão, uma concertação política para construir política de Estado, a educação vai ser pressionada a ficar calibrada ao padrão de acumulação do capital tal como está colocada no Brasil de hoje. O que significa dizer isto? Significam reformas que simplifiquem a formação humana, que reduzem o conteúdo científico, tecnológico, artístico, (a reforma do ensino médio, em grande parte, expressa isso ao criar canais possíveis para o estudante ir para o ensino médio e o principal canal seria o da formação profissional aligeirada), estamos indicando que esse tipo de força de trabalho é suficiente para a forma como o país está sendo inserido na economia mundial, enquanto que políticas que poderiam assumir um caráter de Estado, como seria o caso do Plano Nacional da Educação. Na minha avaliação o Plano tem muitos problemas, foi um Plano muito permeável a interesses particularistas, seja do Movimento Todos pela Educação, seja do grupo do setor empresarial vinculado ao setor industrial e comercial, Sistema S, mas ainda assim indica possibilidades de aumento de recursos e uma melhor distribuição desses recursos entre estados e municípios e a União com a questão do Aluno-Custo Qualidade, que já seria uma forma de dar uma organização ao sistema público nacional. Essas políticas estão virtualmente paradas. Então, nós certamente não teremos um Plano Nacional da Educação; com a Emenda Constitucional 95 é impossível alterar os, atualmente, 5% do PIB aplicados em educação e vamos seguir com políticas seja de reforma trabalhista, a de reforma da previdência, reforma sindical, reforma da distribuição de terras pela União e pela regularização fundiária

¹⁴ Universidade no cenário brasileiro atual - Entrevista com Roberto Leher. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVuWFF6fpo8>. Acesso em: 23 out. 2021.

[...] tudo isso está sendo reformulado. Então, são políticas particularistas voltadas para interesses de grupos e não de interesses do conjunto da sociedade.

Ou seja, Leher (2017) explica que as políticas públicas para o setor do trabalho e da educação são definidas pelos interesses político-econômico das frações sociais dominantes no Brasil. Por isso, não se pode analisar o empreendedorismo, no Brasil, sem conhecer o processo de industrialização brasileira e seu decréscimo, assim como o atual cenário do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o fomento às universidades empreendedoras passa pela política neoliberal de ajuste fiscal do Estado e redução do financiamento à educação superior pública, que tem induzido, cada vez mais, as IES a buscarem alternativas de renda junto à esfera privada como uma forma de diversificação de suas fontes de recursos, através da comercialização de serviços acadêmicos (OLIVEIRA, 2000; ARAÚJO, 2015; CHAVES, 2005; CHAVES; AMARAL, 2017). Por sua vez, a capitalização de serviços pelas universidades constitui uma prerrogativa do governo empreendedor (OSBORNE; GAEBLER, 1995) e da universidade empreendedora (AUDY; MOROSINI, 2006; OCDE, 2012; RUIZ; MARTENS, 2019), sob a lógica da competitividade pelo aproveitamento de oportunidades comerciais.

De acordo com os estudos do GEM (2019), o empreendedorismo se destaca nos países subdesenvolvidos e/ou com rendimentos mais baixos. O desemprego também é apontado por essa instituição como uma das razões para empreender. Esse dado constitui a tese defendida por Tavares (2018), de maneira crítica, pois, para a autora, o empreendedorismo nada mais é do que uma alternativa para a sobrevivência do trabalhador desempregado, além de ser uma concepção capitalista de conformação dos indivíduos pelo cooptação de sua consciência de classe, através da ideologia de ascensão social pelo empresariamento pessoal.

Nessa esteira, recorre-se à Santana (2019), que demonstra o crescimento e decréscimo do setor industrial, historicamente considerado um grande empregador de mão-de-obra. Ela observa que, nas décadas de 1940 a 1980, a indústria da transformação começou com um pequeno crescimento, cujo ápice chegou a 27,3% no ano de 1998 (Gráfico 1) e, depois, seguiu em uma queda consecutiva, a partir de então, até o início dos anos 2000.

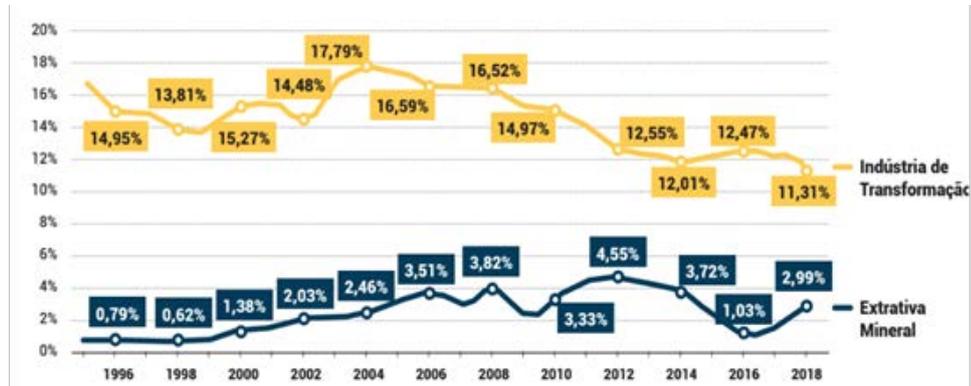
Gráfico 1 – Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro (1948-1980)



Fonte: Santana (2019, p. 64).

Por outro lado, a partir de 1995 até 2018, a participação da indústria da transformação no Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo em que ocorreu um crescimento da atividade de extração mineral, o que, segundo Santana (2019) escondeu a queda da atividade industrial brasileira (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação da indústria de transformação e da extrativista mineral no PIB brasileiro de 1995 a 2018



Fonte: Santana (2019, p. 65).

Analisando os dois gráficos, entende-se que a desindustrialização reduziu significativamente a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial, tendo em vista a diminuição dos postos de trabalho. Uma das principais consequências é o aumento da taxa de desemprego. Para Ramos e Reis (1997, p. 6), o aumento do desemprego na década de 1990 tem relação com a política econômica “[...] que privilegia ajustes que gerem ganhos de produtividade para aumentar sua competitividade no cenário internacional [...]”. Os autores ainda consideram que o “[...] o esforço da indústria em resposta ao processo de abertura

comercial envolveu a reestruturação organizacional e produtiva das empresas, passando pelo enxugamento dos quadros de pessoal [...]”.

Destaca-se, ainda, que a década de 1990 é marcada pela adesão do Estado brasileiro ao neoliberalismo, o qual possibilitou a reestruturação produtiva mundial, cujos efeitos refletem na redução de milhares de postos de trabalho em todo o mundo. Outro desdobramento desse processo foi o aumento do setor de serviços e da terceirização. A mão-de-obra evadida do setor industrial foi, então, absorvida por outras modalidades de emprego, especialmente informal, como é o caso das atividades empreendedoras (ANTUNES, 2020).

Além do histórico capitalista dependente brasileiro, a chegada do neoliberalismo, no Brasil, contribuiu para a transformação do mercado de trabalho, modernizado e flexibilizado tal como se vê atualmente, e para o fomento do empreendedorismo, cuja conceituação tem se modificado ao longo do tempo. No contexto neoliberal, o espírito empreendedor representa muito mais do que uma prática ou habilidade econômica: ele é um valor social que deve ser desenvolvido por todos. Desse modo, percebe-se uma ideologia espreada por toda a esfera social e a incrustação de uma nova subjetividade e de um novo modo de governar os homens:

[...] Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28).

Isso significa a capitalização dos indivíduos. Mas não somente a esfera individual da sociedade passa a ser moldada sob a forma da nova *governamentalidade neoliberal* (COSTA, 2009). A Administração Pública é reconstituída, inspirada em parâmetros empresariais, com ações que promovem a sua racionalização. Os Governos devem ser catalisadores de soluções fora do setor público, exercer a competitividade pela prestação de serviços, e ser flexível e orientado por missões e resultados (OSBORNE; GAEBLER, 1995). Ou seja, o Governo, assim como os indivíduos, deve ser empreendedor.

O neoliberalismo foi introduzido no contexto brasileiro no início da década de 1990 com a reforma do Estado e trouxe inúmeras transformações em relação à intervenção do Estado nas políticas públicas sociais e na ampliação do setor privado na prestação de serviços públicos, culminando na parceria entre as instituições públicas e empresas privadas (GANDINI; RISCAL, 2005). As proposições de reforma estrutural da Administração Pública têm como agentes indutores instituições multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), que orquestram as medidas de austeridade fiscal implementadas nos

países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. As ações incluem ajuste fiscal, privatizações, corte de gastos públicos, reformas trabalhista e previdenciária, liberalização do comércio e desregulamentação da economia com vistas ao desenvolvimento, conforme estabelecido no Consenso de Washington¹⁵. Tais medidas implicam na *redefinição da função social* da esfera pública e, conseqüentemente, de instituições como as universidades, particularmente ao longo das últimas três décadas (LEHER, 2019).

No Governo Fernando Collor (1990 – 1992), o discurso neoliberal começou a ser propagado, e continua avançando em seu projeto de austeridade fiscal ainda hoje, a despeito das lutas e resistências promovidas por diferentes movimentos sociais. Desde então, o campo do trabalho e da Administração Pública enfrenta a crescente escalada de reformas que esvaziam direitos, com a promessa de geração de emprego, e redefinem as instituições públicas, com argumentos de eficiência.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 – 2002), por sua vez, criou o Ministério de Administração de Reformas do Estado (MARE), cujo principal objetivo focalizava a execução das reformas estatais iniciadas por Collor. Com o Plano Diretor de Reformas do Aparelho do Estado (PDRAE), a reestruturação da máquina governamental foi dividida entre duas categorias: *forma de propriedade*, que se divide em “*estatal, pública não-estatal e privada*”, e, ainda, *forma de administração*, que pode ser *burocrática* ou *gerencial*. Com isso, setores que eram exclusivos do Estado passaram a ser “publicizados”, ou seja, subsidiados pelo Estado sem, contudo, envolver o poder estatal. Entre esses serviços foram incluídas as universidades públicas (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2005).

Seguindo FHC, Lula da Silva (2003 – 2010) conciliou os interesses da classe trabalhadora e da classe burguesa, mantendo a implementação das políticas neoliberais. Destaca-se, por exemplo, a promulgação da Lei nº 11.079 de 2004, sobre Parceria Público-Privada (PPP), que regulamentou normas gerais de licitação e contratação de parceria da Administração Pública com o setor privado. Essa medida representou a *privatização endógena* do serviço público com a inserção da lógica de mercado nas instituições estatais, seja pelo financiamento privado ou pela internalização da ideologia mercantilista (RODRÍGUES; VIOR, 2015; CHAVES, 2005), como a competitividade, a produtividade e o empreendedorismo no âmbito da educação, especialmente no ensino superior.

¹⁵ “Trata-se é um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) que passou a ser ‘receitado’ para o ajuste das economias, especialmente dos países endividados. Trata-se de um receituário de um escopo de ideias mais amplo que se denominou de neoliberalismo” (FRIGOTTO, 2013, p. 15).

No aspecto trabalhista, Lula da Silva realizou reformas, tais como a Lei nº 11.196 de 2005 (BRASIL, 2005) que liberou a contratação de trabalhador como pessoa jurídica, cuja finalidade principal visou à redução dos custos da atividade trabalhista para o empregador, implicando na perda de direitos para a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2020), como o pagamento de 13º salário, férias, horas extras, contribuição previdenciária patronal, entre outros. O Governo Dilma (2011 – 2016), herdando a ideologia conciliadora petista, seguiu no mesmo rumo e reformou a previdência dos funcionários públicos, através da Lei nº 12.618 de 2012 (BRASIL, 2012), implicando em perda da aposentadoria integral para novos servidores.

Para Antunes (2020) a transformação do trabalhador em pessoa jurídica (ou *pejotizado* como o autor denomina) é um desdobramento da reconfiguração do mercado de trabalho. Para o autor, a reorganização produtiva, possibilitada pelo avanço do neoliberalismo mundial, criou um *mosaico de trabalhadores*, tendo em vista a flexibilização das relações de trabalho modernas, o que fez surgir diferentes tipos e perfis de trabalhadores. O empreendedor é um deles. Nesse contexto:

o capital já não necessita de todos diretamente e, portanto, não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes”, ou que desenvolvem ao longo de sua vida aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita. Como se pode perceber já não é a sociedade, a integração a um conjunto de direitos sociais como o emprego, saúde e educação, moradia, transporte, cultura, etc, que são a referência, mas a luta do indivíduo sem proteção. É desta tessitura de relações de produção e de relações sociais que emergem as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo e capital social (FRIGOTTO, 2011, p. 25).

Desse modo, as orientações de organismos multilaterais, como a OCDE, passam a difundir a *noção de capital humano* e a estimular reformas educativas “para ajustar os sistemas educacionais à nova (des)ordem mundial” (FRIGOTTO, 2011, p. 26). Logo, a partir da reformulação econômica laboral, em que o individualismo é o cerne do atual ideário capitalista, tende-se a observar políticas públicas para o ensino superior alinhadas com a ideologia do capital humano e da *sociedade do conhecimento*, a qual, segundo Frigotto (2011), deriva do fetiche da tecnologia como um meio para superar as desigualdades e a sociedade de classes. Todavia, o autor afirma que a tecnologia é, cada vez mais, propriedade do capital. E a universidade, especialmente a pública, tornou-se um importante espaço de produção de inovação tecnológica, com as novas demandas da mundialização financeira e a internacionalização do conhecimento, nos moldes de uma universidade empreendedora.

No Brasil, no campo das reformas do Direito do Trabalho, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, a gestão de Michel Temer (2016 – 2018) aprovou várias legislações que implementaram a reforma trabalhista, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Conjunto de reformas trabalhistas no Governo de Michel Temer

Lei	Conteúdo	Implicação
13.467/17	<p>Trabalho intermitente - como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (BRASIL, 2017a).</p>	<p>O empregador poderá optar por adotar pelo regime de trabalho intermitente, remunerando o trabalhador apenas pelas horas trabalhadas, ao invés de estabelecer uma jornada de trabalho pré-fixada.</p>
	<p>Trabalho em tempo parcial - aumenta a jornada parcial para 26 horas, podendo ser estendida até 30 horas semanais. Além disso, permite a contratação inferior a 26 horas, com pagamento salarial proporcional (BRASIL, 2017a).</p>	<p>Essa modalidade de contratação representa uma forma de subemprego, uma vez que não se trata de uma escolha das pessoas, mas, sim, opção na falta de alternativas, sobretudo para mulheres e jovens estudantes (TEIXEIRA <i>et al.</i>, 2017).</p>
	<p>Terceirização total – a partir da nova regulação trabalhista, a empresa pode terceirizar quaisquer atividades, inclusive a principal. A lógica é a mesma: racionalização econômica e redução de custo (BRASIL, 2017a).</p>	<p>Essa reformulação dos aspectos legais trabalhistas favorecem o fortalecimento do empreendedorismo, o qual, diante do cenário de desemprego vertiginoso, passa a ser cultuado sempre como algo positivo, haja vista a informalidade que impera entre os empreendedores (GEM, 2019). Sem dúvida, forma-se um cenário que além de fortalecer a ideologia neoliberal da atividade empreendedora, conforma o senso crítico dos indivíduos, pois qualquer trabalho é melhor do que nenhum (ANTUNES, 2020).</p>
	<p>Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outros dispositivos legais, e regulamenta o trabalho autônomo (BRASIL, 2017a).</p>	<p>Restringe o conceito de empregado, levando muitos trabalhadores a qualidade de autônomo involuntariamente; elimina vínculos empregatícios; desestrutura o mercado de trabalho formal; faz reduzir as contribuições previdenciárias (que a reforma aprovada em 2017 pretendia</p>

		“salvar”), além de ocultar a relação de emprego, pois “os empregadores buscam não serem classificados juridicamente como tal, de modo a serem eximidos de qualquer responsabilidade pela preservação da integridade física daqueles que produzem seus lucros” (TEIXEIRA <i>et al.</i> , 2017, p.73).
13.429/17	Alterou a Lei nº 6.019 de 1974 sobre o trabalho temporário . A nova regra ampliou para 270 dias esse tipo de contrato, possibilitando a contratação de temporários, sob essa modalidade, em quaisquer circunstâncias (BRASIL, 2017b).	Os efeitos negativos são a diferença salarial e de jornada de trabalho entre os trabalhadores temporários e os efetivos da contratante, além da retirada de direitos como estabilidades temporárias, o aviso prévio, a multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, sem falar na desconsideração à estabilidade provisória das grávidas. Esse vilipêndio aumenta a predileção por contratar homens, bem como aumenta a rotatividade induzida pela redução dos custos com admissão e demissão (TEIXEIRA <i>et al.</i> , 2017, p. 70).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esse conjunto de reformas fomentam e consolidam o empreendedorismo, especialmente com a nova lei de terceirização (Lei nº 13.429 de 2017), haja vista que:

Com isso, trabalhadores formalizados passarão a ser contratados por meio de cooperativas, pessoa jurídica (PJ) e microempreendedor individual (MEI), arranjos que rompem os vínculos trabalhistas e comprometem a estrutura de emprego. Vislumbra-se o fim dos concursos públicos; as contratações poderão ser feitas individualmente, por empresas prestadoras de serviços, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip's), cooperativas, empresas de intermediação de mão de obra ou simplesmente, como foi relatado recentemente em um veículo de comunicação, por uma espécie de leilão onde vence quem paga menos (UNICAMP, 2017, p. 37).

Como é possível observar, trata-se de reformas que não atendem aos interesses universais do país, especialmente da população economicamente mais vulnerável. Todavia, cumpre os interesses das frações sociais dominantes alinhadas aos interesses do capital, nacional e mundial (LEHER, 2017; 2019), de aumento da acumulação capitalista pela superexploração do trabalho, inclusive pelo empreendedorismo.

Importante, também, destacar a aprovação da Lei nº 13.874 de 2019, no atual Governo sob comando de Jair Bolsonaro, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelecendo garantias de livre mercado e alterando dispositivos legais trabalhistas. A premissa argumentativa para a defesa do novo dispositivo legal, como nas outras

intervenções regulamentares trabalhistas, é de estimular a geração de emprego e, nesse caso, também de fomentar o empreendedorismo, prevendo um crescimento de 7% no PIB per capita e um incremento de 4% na criação de empregos em um período de 10 a 15 anos (BRASIL, 2019a).

Os efeitos sobre o direito do trabalho incluem a permissão para desenvolvimento de atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriado; a dispensa da obrigação de empresas com menos de vinte empregados a constituir registro de jornada de trabalho e a legalidade da prática de anotação de jornada por exceção (em que somente as horas extras são indicadas na folha de ponto) conforme indica o art. 3º, II, art. 74, §2º e §4ª, respectivamente. Com isso, aumenta a possibilidade de fraudes sobre a jornada de trabalho, especialmente quanto à devida remuneração do trabalho extraordinário.

Outro aspecto desta lei se refere à perspectiva de crescimento econômico pela via de incentivo ao empreendedorismo, liberando atividade de “baixo risco” sem a prévia autorização do Poder Público (art. 3º, I), como a emissão de alvará de funcionamento, sanitário e ambiental. Nos negócios cuja atividade não se enquadre nessa modalidade, a lei estabelece que a autoridade competente deva indicar o prazo máximo para resposta ao pedido de licença ou alvará que, quando expirado, importará na aprovação tácita para todos os efeitos (art. 3º, IX).

Todavia, apesar de tentar desburocratizar os processos para abertura de novos negócios, a medida voltada para aumento, exclusivamente, da produção não resolverá o problema da economia brasileira e do desemprego conforme se propõe, se verificar as perspectivas de crescimento do Relatório Focus, publicado semanalmente pelo Banco Central do Brasil (BCB), cuja previsão de queda no PIB, no início de junho de 2020, estava em 6,25%, e a perspectiva de crescimento para 2021 é de 3,50% e de 2,50%, para 2022 e 2023, respectivamente. O desemprego também já estava em alta nesse período, chegando a 12,6 milhões de desocupados no primeiro trimestre de 2020, segundo estudos do PNAD Contínua (2020). Com isso, coaduna-se com os questionamentos de Bercovici (2019, *online*):

Qual o modelo de sociedade que a medida projeta para o futuro? Uma sociedade de 200 milhões de costureiras (de ajuste de barra de calça, pois as roupas hoje vêm da Ásia), de camelôs (de panos de prato e cabos de celular chineses), de vendedores de bolo ou fabricantes de cerveja artesanal, enquanto as nossas terras e riquezas são entregues por nossas elites para a exploração conjunta dos Estados Unidos, China e Europa?

É indubitável que o Brasil necessita de políticas públicas de valorização do trabalho e de investimento na indústria brasileira, além de medidas efetivas para redução das

desigualdades sociais, bem como a taxaço de grandes fortunas e a revoga o da Emenda Constitucional (EC) n  95 de 2016, entre outras.

De maneira paralela às reformas na esfera econômica e trabalhista, a Administra o Pública também   redefinida com a inser o da administra o gerencial na estrutura organizacional (RIBEIRO, 2013), a qual se considera como o primeiro passo para a implementa o do *governo empreendedor* (OSBORNE; GAEBLER, 1995), uma vez que aspectos empresariais como a competitividade, o espírito empreendedor, o produtivismo, com referência no mercado capitalista, passam ser incorporados pelas institui es públicas, reformando sua fun o social de, efetivamente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (LEHER, 2019).

Segundo Osborne e Gaebler (1995), os funcionários públicos precisam de forma o profissional que os preparem para a moderniza o das intui es governamentais, pois estas devem ser mais eficientes, competitivas e produtivas. Ou seja, trata-se de uma racionaliza o capitalista *universal* (MÉSZÁROS, 2011), que não se restringe apenas ao setor privado, mas também deverá incluir a esfera pública. E o empreendedorismo tem se revelado uma tendência crescente na Administra o Pública, especialmente se considerar a política neoliberal brasileira de reformas do Estado, cujo objetivo central   a redu o dos custos do Estado na presta o de serviços sociais. As medidas que vêm sendo adotadas nas últimas décadas estão diminuindo, gradativamente, o financiamento do serviço público, ao mesmo tempo em que as institui es governamentais são induzidas a estabelecer parcerias com o setor privado para a capta o de recursos para a sua manuten o (OLIVEIRA, 2000; ARAÚJO, 2015; CHAVES, 2005; CHAVES; AMARAL, 2017). Com isso, uma vez financiada pelo setor produtivo, a universidade se alinha aos interesses do capital e isso reflete na determina o da atua o das IES como uma *organiza o social* (CHAUI, 1999).

Antunes (2019) considera que o afastamento do Estado de suas obriga es sociais, somado ao desemprego, induz as pessoas ao empreendedorismo como única alternativa, o que fortalece esse discurso ideológico, apesar de todas as contradi es das dificuldades desse subemprego, o que vai ao encontro da tese de Tavares (2018) de que o empreendedorismo   uma ideologia capitalista de alternativa ao desemprego estrutural. Dessa maneira, pode-se afirmar que o Estado neoliberal não tem compromisso com o desenvolvimento nacional brasileiro, como já se revela na histórica industrializa o subserviente brasileira (SANTANA, 2018). E confirma-se isso pelo conjunto de leis que reformam a esfera de atua o

governamental, que passa a ser um fornecedor de serviços, e o cidadão, um cliente (GANDINI; RISCAL, 2005).

Nessa esteira, as políticas públicas reformista racionalizam dois esteios importantes da emancipação do indivíduo: o trabalho e a educação. No primeiro, retiram-se as possibilidades de segurança e dignidade financeira, o que é essencial para acesso a bens e serviços de qualidade; e, no segundo, reduz-se o financiamento das instituições públicas, particularmente das universidades, responsáveis pela construção de conhecimento científico e tecnológico, importantes para o efetivo desenvolvimento nacional, além de se constituir em local de emancipação humana em todos os aspectos. Logo, por trás das políticas públicas educacionais da educação superior que fomentam o empreendedorismo, como é o caso do Future-se, está a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) que oculta a contradição do “desenvolvimento”, a desresponsabilização estatal com serviços públicos, a subocupação e o desemprego.

No âmbito das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, existem dois tipos: políticas públicas regulatórias e políticas públicas para as MPMEs. No campo regulatório, são considerados: regras de entrada e saída de negócios, regras trabalhistas e sociais, regras de propriedade, regras tributárias, regras de propriedade intelectual, regras de falência, regras que afetem a liquidez e disponibilidade de capital (incluindo taxas de juro e acesso a financiamento). Já as políticas de estímulo são associadas a ações que promovem a atividade empreendedora de maneira mais direta: promoção de cultura e educação empreendedora, desenvolvimento de indústria de incubadoras e *venture-capital*, programas de promoção à inovação (pesquisa e desenvolvimento), programas de fomento à internacionalização (SARFATI, 2013).

Além disso, essas políticas públicas podem ser mais específicas, abrangendo determinados grupos: política nacional ou regional, focadas em setores específicos (como biotecnologia), ou, ainda, em grupos de indivíduos (negros, mulheres, jovens). A diferença entre políticas públicas regulatórias e de estímulo está no fato de que a primeira afeta, de maneira indiscriminada, as MPMEs e os empreendedores em geral, enquanto as de estímulo fomentam o empreendedorismo de alto impacto, todavia, o crescimento no índice de empreendedores de alto impacto depende de um ambiente regulatório mais favorável. Ou seja, o que se espera é a criação de políticas de empreendedorismo que estimulem a criação de novos empreendimentos com políticas voltadas para MPMEs, com foco para o período após a fase mais crítica, que se refere aos primeiros 42 meses do início do negócio (SARFATI, 2013).

Entre as políticas de empreendedorismo, no Brasil, destaca-se a criação do Sebrae, em 1972. Primeiramente, a empresa surge como uma empresa privada de interesse público, por

iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Ministério do Planejamento. Em 1990, é convertido em instituição privada, sem fins lucrativos, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento, cuja finalidade precípua é apoiar o empreendedorismo, promovendo “a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro pequenas empresas – aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões” (SEBRAE, *online*)¹⁶.

A atuação do Sebrae inclui parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. A oferta de serviços abrange desde o empreendedor que pretender abrir seu primeiro negócio até os que já estão consolidados e buscam um novo posicionamento no mercado. Além da sede nacional, em Brasília, a instituição conta com pontos de atendimento nas 27 Unidades da Federação, onde são oferecidos cursos, seminários, consultorias e assistência técnica para pequenos negócios de todos os setores¹⁷.

No estado do Pará, o Sebrae foi fundado em 1974, com a missão de “promover o desenvolvimento sustentável, a competitividade das micro e pequenas empresas e o fomento ao empreendedorismo nos municípios paraenses (SEBRAE, *online*)¹⁸, atuando em parceria com instituições públicas e privadas. A exemplo, a instituição está entre as parceiras do Parque de Ciência e Tecnologia (PCT Guamá) da UFPA¹⁹.

Outra política de fomento ao empreendedorismo, no Brasil, é o Programa de Apoio aos Parques Tecnológicos, de 1984, promovido e implementado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O programa teve como intuito criar empresas de base tecnológica, com a finalidade de transferir o conhecimento gerado nas universidades e centro de pesquisa locais para o setor empresarial e, com o incentivo, surgiu a primeira incubadora de empresas na cidade de São Carlos, sob a gestão da Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos. O nome do programa foi modificado em 2002, passando a se chamar Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) para abranger, além das incubadoras de empresas, os parques tecnológicos (BRASIL, 2019b).

¹⁶ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 15 fev. 2021.

¹⁷ *Ibid.*, *online*.

¹⁸ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pa?codUf=15>. Acesso em 15 fev. 2021.

¹⁹ Disponível em: <http://pctguama.org.br/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021

Somada às iniciativas do governo brasileiro, destaca-se, ainda, a Anprotec, criada em 1987, para liderar o movimento das incubadoras de empresas no Brasil²⁰. A entidade conta com cerca de 300 associados, entre eles incubadoras de empresas, parques tecnológicos, aceleradoras, *coworkings*, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação. Sua atuação compreende a promoção de atividades de capacitação, articulação de políticas públicas e geração e disseminação de conhecimentos. E um dos principais parceiros, na esfera pública, é o MCTIC, além de universidades federais e estaduais. De acordo com a instituição, atualmente, o Brasil conta com 363 incubadoras de empresas, 43 parques tecnológicos em operação e 60 em implantação e projeto, e 57 aceleradoras (ANPROTEC, *Online*)²¹. As universidades são, geralmente, um dos principais tipos de instituições que abrigam incubadoras de empresas e parques tecnológicos e têm sido demandadas no que tange à disseminação e apoio ao empreendedorismo no Brasil, cumprindo a missão de universidade empreendedora (AUDY; MOROSINI, 2006; OCDE, 2012; RUIZ, MARTENS, 2019).

Quanto ao aspecto regulatório, da segunda metade da década de 1990 em diante, foram aprovadas várias políticas públicas com objetivo de apoio e incentivo às MPMEs, entre as quais são elencadas algumas delas no Quadro 9.

Quadro 9 - Políticas públicas regulatórias que incentivam as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)

Legislação	Conteúdo
Lei nº 9.317 de 1996	Lei Federal da Simples – ordenava tratamento tributário diferenciado as micro e pequenas empresas. Foi revogada pela Lei Complementar nº 123 de 2006 (BRASIL, 1996a).
Lei nº 9.841 de 1999	Estatuto da Micro e Pequena Empresa – estabelecia diretrizes sobre aspectos como relações de trabalho, linhas de crédito e criando o Fórum Permanente da Micro e Pequenas Empresas dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Foi revogada pela Lei Complementar nº 123 de 2006 (BRASIL, 1999).
Lei nº 11.196 de 2005	Lei do Bem – cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2005).
Lei Complementar nº 123 de 2006	Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2006).

²⁰ Entre os membros da diretoria Anprotec (Gestão 2022 – 2023), encontra-se Iara Neves Oliveira, Diretora Técnica na Anprotec, que é Coordenadora do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) da UFPA, desde 2012.

²¹ Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/>. Acesso em: 2 out. 2021.

Lei nº 13.243 de 2016	Novo Marco Legal de ciência, tecnologia e inovação – sobre estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas universidades, nos institutos públicos e nas empresas, através da alteração de nove leis (BRASIL, 2016a).
------------------------------	--

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Importante, também, destacar a criação, em 2003, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Essa política visou o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da inovação tecnológica. Seu foco era voltado ao fomento das MPMEs, e pretendia, principalmente, os empreendimentos brasileiros para se lançarem, de maneira competitiva, no mercado internacional. Entre os incentivos, estavam linhas de créditos como, por exemplo, o “Cartão BNDES”, para micro e pequenas empresas realizarem compras de produtos e serviços. Outro exemplo, é o Programa de Mobilização e Valorização das Engenharias (Promove), articulado pela Finep, com o objetivo de valorizar o campo da engenharia, com abertura de dois editais no valor de R\$20 milhões cada, voltado para “modernização de laboratórios, interação com ensino médio e desenvolvimento, com empresas, de projetos de pesquisa em engenharias [...]”. Somado a isso, o CNPq, também, “aumentou a disponibilidade de bolsas para engenharias, e as novas universidades federais ou extensão de campi criadas apresentam a engenharia como ponto focal” (SALERNO; DAHER, 2006, p. 19).

Essa política foi criticada “pela falta de clareza e objetivos relativos aos setores industriais mais intensivos em mão de obra, como calçados, têxtil e confecções, madeira e móveis etc., que são importantes empregadores no Brasil [...]”. Nesse sentido, em 2008, foi criada uma Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com o intuito de implementar “[...] medidas que visam ao fortalecimento da economia do país, tendo como base o setor secundário, ou seja, a indústria [...]”. Sob o lema “inovar e investir para sustentar o crescimento”, a nova política de desenvolvimento estabelecia “Macrometas”, entre as quais previa a “[...] ampliação da participação das exportações brasileiras. Dinamização das Micro e Pequenas Empresas (MPEs)”, por meio de capacitação para competir no mercado externo (ALMEIDA, 2011, p. 1).

Observa-se que, nessas políticas de fomento ao empreendedorismo inovador de alto impacto (GOMES; ALVES; FERNANDES, 2013), o Brasil adere à agenda de fomento à inovação direcionada a alguns dos setores mais intensivos em tecnologia, cujo discurso considera que, sem investimento em inovação, o país não obterá crescimento econômico. Segundo Almeida (2011), seria necessária uma mudança na estrutura produtiva do país, na qual predomina a exportação de *commodities*. Mas, para este autor, embora o aumento em investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) seja importante para qualquer país e uma

importante fonte de inovação, ele considera que não há um consenso de que este maior esforço em P&D exija mudanças radicais na estrutura produtiva de um país.

O fato é que, quando se fala em P&D, naturalmente se pensa nas universidades federais como produtoras de conhecimento para subsidiar essa demanda. E, a partir disso, surge outra problemática: o cerceamento da autonomia universitária e a redefinição de sua função social com *bem viver* do povo brasileiro. Para Leher (2019), o interesse na universidade, sempre que surge a demanda por desenvolvimento tecnológico, por exemplo, está na estrutura que tais instituições possuem, como laboratórios e pessoal qualificado. Mas, segundo o autor, apesar de parecer uma relação positiva, o fim dessa parceria não beneficia, efetivamente, as necessidades sociais coletivas, uma vez que a origem dessa demanda é dirigida pelo setor empresarial e seus interesses particularistas. Assim,

por mais virtuosa que possa ser a relação da universidade com o setor produtivo, o foco predominante na P&D, dirigida pelas demandas das corporações, reduz o espectro de problemas a serem investigados pelas universidades, comprometendo sua função social pública de projetar cenários de futuro para transformá-los em prol do bem viver dos povos²².

Dessa maneira, a breve reflexão sobre o contexto político, social e econômico brasileiro possibilita compreender o recente cenário de crescimento das atividades empreendedoras e de indução do empreendedorismo pela Administração Pública. E, para observar em que medida a atividade empreendedora se desenvolve no Brasil, foram consultados os Relatórios Executivos do GEM (2010-2019)²³, que realiza estudos sobre o empreendedorismo em diversos países. A metodologia desta pesquisa considera o público entre 18 e 64 anos, bem como o perfil demográfico da população, os valores culturais, as características institucionais e do padrão de proteção social presentes nos países pesquisados, além do nível de desenvolvimento econômico, entre outros aspectos. Os dados dos Relatórios Executivos do GEM demonstram que a taxa de empreendedorismo está diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento do país, sendo maior nos países com renda baixa e/ou média e menor nos países mais desenvolvidos e/ou com renda alta, especialmente em países da União Europeia e no Japão (GEM, 2006).

Em 2019 a taxa de empreendedorismo total, no Brasil, alcançou 38,7%, o que representa cerca de 53,5 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos, e colocou o país na sétima posição do *ranking* mundial (GEM, 2019). Uma das explicações para esse crescimento de 6,4 pontos

²² Ibid., p. 76.

²³ <https://ibqp.org.br/gem/>

percentuais em relação a 2018 é a “a tímida redução nas taxas de desemprego, mantendo ainda muitas incertezas sobre as opções de ocupação e de obtenção de renda para a população”²⁴.

Nesse período, a taxa de desemprego encerrou o ano em 11,9% (12,6 milhões de pessoas desocupadas). Ademais o índice de informalidade, que inclui os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), trabalhador por conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar, foi a maior desde 2016, atingindo 41,1% da população ocupada, o que correspondente a 38,4 milhões de pessoas. Essa tem sido uma alternativa de renda, cuja maior concentração no que tange à região pode ser percebida no Norte (57,5%) e Nordeste (53,8%), seguidos do Centro-oeste (38,4%), do Sudeste (38,3%) e do Sul (32,5%). Entre as Unidades Federativas, o Pará foi estado com maior percentual (62,4%) de pessoas empregadas sem carteira assinada no setor privado em 2019; em segundo lugar, o Maranhão (60,5%) e, depois, o Piauí (59,5%). Os estados com menores estimativas foram Santa Catarina (27,3%), Distrito Federal (29,6%) e São Paulo (32,2%) (IBGE, 2019).

Esses dados denotam a importância da universidade pública, particularmente a UFPA para o contexto amazônico, visto que é uma das regiões que, quando não lidera o *ranking* nacional da informalidade, aparece junto com o Nordeste nos maiores índices estatísticos do IBGE. Destarte, a UFPA é uma instituição estratégica para a melhoria de qualidade de vida da população local e adjacente, devendo cumprir sua função social enquanto *instituição pública* (CHAUI, 1999) de, efetivamente, estimular o desenvolvimento regional de maneira a atender aos interesses coletivos dessa região. Por outro lado, a Universidade, também, não deixa de estar no centro da disputa de interesses capitalistas, em detrimento da demanda por uma educação de qualidade, socialmente referenciada, visto a implementação da gestão gerencialista na instituição, evidenciada por Ribeiro (2013).

Sobre a motivação para empreender, no Brasil, 88,4% dos empreendedores iniciantes afirmaram que empreendem “[...] para ganhar a vida porque os empregos são escassos [...]”. Pouco mais da metade deles almejam “[...] fazer a diferença no mundo [...]”, enquanto “[...] um terço dos empreendedores confirmaram que a ambição de construir uma grande riqueza ou obter renda muito alta está presente entre as diversas motivações que os levaram a iniciar um novo negócio [...]” e “[...] um quarto dos empreendedores se envolvem em novos negócios para dar continuidade a uma tradição familiar [...]” (GEM, 2019, p. 22). Desse modo, quase 90% do total de 53.437.971 empreendedores, no Brasil, inicia seu negócio próprio por causa do

²⁴ Ibid., p. 11.

desemprego, o que significa o mesmo que empreender *por necessidade*. Essa tendência tem sido comum ao longo da série histórica da pesquisa GEM Brasil, pois o país vem se destacando pelo empreendedorismo *por necessidade*, ou seja, pessoas que iniciam atividades empreendedoras como caminho alternativo ao desemprego.

No que se refere à idade, o menor índice de empreendedores iniciais, no Brasil, em 2019, encontra-se na faixa dos seniores (55 – 64 anos), com apenas 12,4% dos brasileiros envolvidos com empreendimentos em estágio inicial. Por outro lado, nas demais faixas, a taxa de *empreendedorismo inicial* varia menos, indo de 22,6%, na faixa dos 45 aos 54 anos, até 26,7% na faixa com maior intensidade empreendedora (35 – 44 anos). Isso significa que as taxas mais altas de empreendedores iniciais se concentram, justamente, nas faixas etárias mais afetadas pelo desemprego no mesmo período da pesquisa (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa média anual do desemprego X taxa do empreendedorismo, no Brasil (2019)

Desemprego		Empreendedorismo inicial	
Faixa etária	%	Faixa etária	%
14 a 17 anos	16,6	18 a 24 anos	24,3
18 a 24 anos	30,2	25 a 34 anos	26,1
25 a 39 anos	28,6	35 a 44 anos	27,7
40 a 59 anos	19,0	45 a 54 anos	22,6
60 anos ou mais	3,3	55 a 64 anos	12,4

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em dados da pesquisa GEM (2019) e do IBGE (Pnad Contínua, 2019).

Conforme os dados apresentados, o índice de desemprego foi maior entre os jovens de 18 a 24 anos (30,2%). Nas atividades empreendedoras, eles são o terceiro grupo mais representativo (24,3%). Isso porque, em geral, são jovens estudantes ou recém-formados, sem renda, que estão em busca da primeira experiência profissional (IBGE, 2019).

Por outro lado, identifica-se uma interseção na relação entre a faixa etária de desempregados e empreendedores iniciais, que se encontra entre os 25 e 39 anos. Nesse interstício está o maior índice de pessoas desempregadas (de 25 a 39 anos, com 28,6% de pessoas desocupadas) e empreendedores iniciais (de 25 a 34 anos, com 26,1%, e de 35 a 44 anos, com 27,7%). Certamente, é uma evidência de que o empreendedorismo, no Brasil, predomina pela necessidade de subsistência diante do grave cenário de desemprego. Esse fato ratifica o que quase 90% dos empreendedores comunicaram à pesquisa GEM Brasil (2019) sobre terem iniciado um negócio para suprir a ausência de emprego.

A pesquisa GEM Brasil (2019) demonstra, ainda, que a taxa de *empreendedorismo inicial* é maior entre os que possuem renda acima de 6 salários-mínimos (31,8%).

Nas três faixas de menor renda, as taxas variam de 20,6%, para renda familiar de 1 até 2 salários-mínimos, até 23,4%, para os que recebem até 1 salário-mínimo. Considerando apenas essas duas faixas de renda, até 2 salários-mínimos, tem-se um contingente de quase 14 milhões de pessoas envolvidas com atividades relacionadas à criação ou estruturação de novos negócios (empreendedorismo inicial) (GEM, 2019, p.16).

Ou seja, para empreender, é necessário haver um aporte financeiro significativo. Levando-se em conta a média salarial de todos os trabalhos da população ocupada em 2019, no Brasil, esse indicador foi de R\$ 2.308,00 (dois mil, trezentos e oito reais) (IBGE, 2019). Ainda, no que tange ao nível de formação educacional, a taxa de *empreendedorismo inicial* é maior no grupo que possui ensino superior completo (26,7%).

A menor taxa (18,4%) é verificada no nível dos que não chegaram a completar o ensino fundamental (“ensino fundamental incompleto”). Entretanto, apesar da taxa mais baixa, esse grupo representa aproximadamente 5,5 milhões de pessoas, 500 mil a mais do que o grupo dos empreendedores iniciais com educação superior completa (GEM, 2019, p.15).

Dessa maneira, observa-se que a atividade empreendedora brasileira reflete a desigualdade social e econômica do país, uma vez que se destacam os empreendedores com maiores níveis de formação educacional e de rendimentos financeiros. E, se o empreendedorismo tem se configurado como uma “saída” para a crise do desemprego, a população com menos acesso à educação superior, e à universidade pública, e com menor renda ficará excluída não apenas do mercado de trabalho formal, mas do informal também. Sim, porque o empreendedorismo brasileiro esconde a face da informalidade, uma vez que 73,6% do total de empreendedores entrevistados pela pesquisa GEM (2019) não possuía CNPJ, o que significa que não possuem acesso a benefícios como auxílio-doença, maternidade e aposentadoria.

Desse modo, é emergente a implementação de políticas públicas para a geração de emprego e renda, bem como de acesso à educação superior pública e de qualidade, socialmente referenciada, para, assim, ser efetivamente comprometida com a formação crítica e emancipatória dos cidadãos brasileiros. No que se observou sobre as concepções de uma universidade empreendedora, não é essa a proposta que se propaga para o ensino superior sob esse modelo, uma vez que a IES se torna uma aliada, em potencial, do mercado em plena crise do capital.

No capítulo seguinte, discorre-se sobre as políticas públicas recentes para o ensino superior, no contexto de reforma do Estado neoliberal brasileiro, bem como os modelos sob os quais as universidades têm se constituído.

CAPÍTULO 2 – A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO NEOLIBERAL: POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES E MODELOS EM DISPUTA

Neste capítulo, serão abordadas – considerando o contexto de Reforma do Estado brasileiro – as políticas públicas recentes, que vêm afetando a universidade pública, e os modelos de universidade, os quais estão em disputa nas regulações da educação superior. Sobre o primeiro aspecto, busca-se destacar o aprofundamento dos cortes orçamentários, de incentivos à PPP, do modelo de gestão e avaliação, dentre outros. Ressalta-se, ainda, o Programa Future-se como política alinhada às orientações dos organismos internacionais, que respalda o empreendedorismo nas universidades. Posteriormente, enfatiza-se os modelos de universidade humbolditiana, napoleônica e empreendedora em disputa. E, num momento seguinte, pontuam-se os aspectos relevantes do documento que aborda a orientação da OCDE para a implementação do modelo de universidade empreendedora.

Os dados foram extraídos de fontes documentais dos organismos internacionais e do Ministério da Educação, no Brasil. Contribuíram para as análises pesquisadores que vêm estudando as políticas públicas para as universidades brasileiras.

2.1 Reformas neoliberais e políticas públicas para a educação superior

O século XXI, marcado pela mundialização financeira do capital (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013) e pela reestruturação produtiva (ANTUNES, 2020), refletem no modelo econômico adotado pelo Brasil, a partir de 1990, cujos efeitos para as instituições como a universidade pública, geralmente, são analisados a partir da reforma do Estado, cuja política tem como centralidade a racionalização, a eficiência e a competitividade da Administração Pública.

A partir da década de 1990, a política econômica adotada pelos governos brasileiros tem redefinido as prioridades das políticas sociais do Estado, sob o argumento de responder à crise econômica, a qual, para a classe trabalhadora, manifestava-se no “crescimento acelerado do desemprego, da pobreza, da miséria e da restrição dos direitos sociais” (REIS, 2017, p. 23). Mas, segundo este autor, o que de fato está por trás dessa suposta solução para os problemas socioeconômicos nacionais é a busca por uma alternativa à crise estrutural do capital, com vistas a manter a sua acumulação, através da apropriação do fundo público. Para isso, o orçamento público teve de ser repensado no que tange a sua destinação, sob a justificativa de combater a miséria e a pobreza. Nesse processo, a universidade pública federal é transformada em organização que atende às demandas diretas e indiretas do capital, por meio da mercantilização

de serviços educacionais, alterando sua função social enquanto instituição que, além da formação profissional, deve se dedicar à produção do conhecimento (CHAUI, 1999; SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013; LEHER, 2019).

Foi no governo de FHC que as políticas educacionais para o ensino superior foram retomadas com maior ímpeto, de acordo com a política do governo, estrategicamente fragmentadas, consideradas parciais quanto ao enfrentamento das problemáticas educacionais e descoladas dos regulamentos já existentes, uma vez que “níveis mais baixos da legislação atropelaram os mais altos” (CUNHA, 2003, p. 40). A privatização do ensino superior no governo FHC, na verdade, já havia sido anunciada no PDRAE (BRASIL, 1995), elaborado por Bresser-Pereira, ministro do MARE. O referido plano visou a reestruturação da máquina governamental, a qual foi dividida entre duas categorias: *forma de propriedade*, que se divide em *estatal*, *pública não-estatal e privada*, e, ainda, *forma de administração*, que pode ser *burocrática* ou *gerencial*. Com isso, alguns setores que, antes, eram exclusivos do Estado passaram a ser *publicizados*, ou seja, subsidiados pelo Estado sem, contudo, envolver o poder estatal. Entre esses serviços foram incluídas as universidades (BRASIL, 1995a; BRESSER-PEREIRA, 2005). Dessa maneira, houve uma oficialização da mudança de papel do Estado de executor para regulador e avaliador (DURHAM, 2005; GANDINI; RISCAL, 2005).

O aparelhamento dos órgãos de governo relacionados à educação por representantes do setor privado ou a sua influência sobre aqueles que atuam na regulação das IFES, no Brasil, sempre esteve presente na trajetória da universidade brasileira (CUNHA, 2000; DURHAM, 2005) e se considera que a participação empresarial no ensino superior aumentou na medida em que a educação, em especial a superior, tem passado da esfera política para a esfera econômica. Isso porque, com o neoliberalismo, a partir da década de 1990, a redefinição do papel do Estado levou ao acentuado processo de privatização dos serviços públicos (GANDINI; RISCAL, 2005) e, conseqüentemente, o ensino superior foi convertido de “um direito social para um bem de consumo individual, como uma espécie de produto a ser consumido no diversificado mercado educacional” (NUNES; BRAGA, 2016, p. 72).

Uma vez que a educação recebe o *status* de mercadoria, seus princípios tomam como orientação os princípios do mercado, tendo em vista a função econômica que lhe foi atribuída, de modo que o argumento neoliberal “passa a pensar e a projetar políticas educacionais com a aparência de inovadoras e essenciais, mas que na verdade expressam os interesses do capital”²⁵. Ainda, considerando que a *governamentalidade neoliberal* se volta para o domínio da

²⁵ Ibid., p. 72.

subjetividade dos indivíduos, induzindo-os à formação de valores sociais modernos consoantes aos interesses do capital, como é o caso do empreendedorismo na atualidade, e, ainda, a importância da teoria do Capital Humano para a consecução dos fins econômicos pela educação superior (COSTA, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016), sobretudo no contexto da profissionalização, a política educacional passa a estar “[...] ligada à formação de competências e habilidades, com políticas centradas no treinamento de indivíduos a serviço do mercado [...]”. Dessa maneira, a ideologia neoliberal se institui no sistema de ensino superior, “[...] ressignifica o contexto pedagógico, pregando uma individualização alienante e cada vez mais desumanizada, pautada em princípios meritocráticos” (NUNES; BRAGA, 2016, p. 72).

Assim, em muitos aspectos a universidade vem sendo redefinida em suas regulações. Nesse sentido, Cunha (2003) afirma que, sem reformar a Constituição no que tange ao ensino superior, as diretrizes e bases da educação nacional foram escritas em uma normativa à parte da Carta Magna.

Assim, a LDB minimalista, finalmente aprovada, não contém, propriamente, todas as diretrizes nem todas as bases da educação nacional. Elas terão de ser procuradas dentro, mas, também, fora dela. Com efeito, a LDB diz pouco ou quase nada sobre questões tão importantes quanto o Conselho Nacional de Educação (composição, atribuições etc.) ou a avaliação universitária²⁶.

No que se refere à LDB de 1996, Cunha (2003, p. 41) observa entre as problemáticas dessa norma a determinação e, ao mesmo tempo, a omissão de aspectos importantes sobre o ensino superior. Entre as primeiras, destaca a reafirmação do poder estatal sobre o reconhecimento/recredenciamento e avaliação do sistema educacional superior, com a diferença de que “[...] a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o reconhecimento de instituições de ensino superior, passaram a ter prazos limitados, sendo renovados periodicamente, após processo regular de avaliação [...]”. Além disso, a instituição universitária recebeu uma definição, contudo, generalista, como “[...] a que desenvolve ‘produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional’ [...]”. Ainda, sobre a qualificação e dedicação do docente, “um terço deles deveria ter títulos de pós-graduação de mestre ou de doutor; um terço (não necessariamente os mesmos) deveria atuar na instituição em tempo integral”.

Na atual LDB, a autonomia, que antes era exclusiva da universidade, foi ampliada para “instituições que comprovassem alta qualificação para o ensino ou a pesquisa, constatada em

²⁶ Ibid., p. 40.

avaliação pelo Poder Público” (NUNES; BRAGA, 2016, p. 41). No caso da autonomia universitária, Cunha (2003) ressaltava o detalhamento sobre a atuação da universidade e suas atribuições (art. 53 e 54, § 1º). “Dentre eles, reassegurou a possibilidade (negada às instituições isoladas de ensino superior) de criar e extinguir cursos, assim como de determinar o número de vagas de cada um, elementos importantes para a sintonia das instituições privadas com o mercado” (CUNHA, 2003, p. 41). Ademais, o autor destaca a extensão da obrigatoriedade de constituição de órgãos colegiados deliberativos pelas universidades estaduais e municipais, sob o argumento de que estas devem obedecer ao princípio da gestão democrática, com a participação da comunidade acadêmica institucional.

No que tange ao silenciamento da LDB, Cunha (2003) enfatiza a ausência de diretrizes sobre exames/concursos/vestibulares para acesso aos cursos de graduação. Embora a legislação faça menção a “processos seletivos” (art. 44, 47, 49, 50), o autor considera, além de um rompimento da norma com a tradição do sistema educacional superior brasileiro, uma brecha para que as instituições adotem diferentes tipos de processos de admissão. O discurso de posse do ministro da Educação de FHC, na verdade, já anunciava a pretensão de modificar o acesso ao ensino superior pela via única dos vestibulares, cuja prática vigorava desde 1911. E a ideia encontrou oportunidade nas críticas a esse modelo seletivo, por não propiciar uma seleção adequada dos candidatos.

Algumas instituições, como a Universidade de Brasília, já vinham fazendo exames desse tipo há alguns anos, com alunos da rede pública do Distrito Federal, que disputaram metade das vagas oferecidas. Em 1998, essa universidade veio a ter o primeiro contingente de calouros ingressantes por essa via, sem, contudo, abolir os exames vestibulares. Estes foram feitos pelos alunos não beneficiados pela nova modalidade, isto é, pelos egressos das escolas privadas e pelos oriundos de outras unidades da Federação, que disputaram a outra metade das vagas²⁷.

Seguindo essa lógica, todavia de forma diferenciada, o MEC instituiu, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)²⁸, o qual iniciou de maneira facultativa, com a possibilidade de se tornar obrigatório.

Os alunos da terceira série do ensino médio poderiam se inscrever nesse exame, realizado no mesmo dia em todo o país, nas capitais dos estados e nas principais cidades do interior. O conteúdo do exame era o do ensino médio, em provas elaboradas de modo que se favorecessem a interdisciplinaridade e a aplicação prática, sem privilégio da memorização. Um imenso aparato foi elaborado por entidades privadas sem fins lucrativos, as mesmas que vieram a se responsabilizar pelo *Provaão* (CUNHA, 2003, p. 44, grifo do autor).

²⁷ Ibid., p. 44.

²⁸ O MEC definiu 5 competências consideradas básicas para todo cidadão, as quais foram traduzidas em 21 habilidades, que servem de orientação para a elaboração das provas (CUNHA, 2003, p. 60).

As universidades privadas foram as primeiras a aderir ao ENEM de forma parcial ou integral na seleção de alunos em seus cursos. Por sua vez, as públicas resistiram no começo, mas, ao longo dos anos, acabaram cedendo à pressão do Ministério da Educação e, então, passaram a substituir a primeira fase da seleção pelo ENEM ou a integrá-lo, parcialmente, como parte da pontuação do processo de seleção. Como resultado, a procura pelo ENEM aumentou e, “em 2002, mais de 400 instituições incluíram os resultados do ENEM em seu processo seletivo” (CUNHA, 2003, p. 60). Com isso, o ENEM se tornou “um exame de saída do ensino médio, mas, ao mesmo tempo, um exame de entrada no ensino superior, guardando semelhanças (a despeito do caráter facultativo) com o *baccalauréat* francês e o *Abitur* alemão”²⁹.

A gestão universitária, por sua vez, recebeu um novo regulamento, em 1995, por meio da Lei nº 9.192, a partir de um projeto do próprio MEC, o qual modificou, radicalmente, a forma de escolha dos dirigentes (art. 1º). Na nova diretriz, os docentes passaram a ter uma maior participação nos órgãos colegiados, com o mínimo de 70%, o que equivale também ao peso do voto dos docentes na consulta à comunidade acadêmica nas eleições para a escolha do reitor e vice-reitor (BRASIL, 1995b).

Independentemente da consulta, os colegiados superiores devem reunir-se em colégio eleitoral para elaborar uma lista tríplice, em votação uninominal, em turno único. Dessa lista, o presidente da República ou o ministro, por delegação sua, escolhe o reitor. Em procedimento análogo é escolhido o diretor de unidade universitária, sendo que, nesse caso, o reitor é que faz a escolha, institucionalizando-se uma delegação provisória. Os candidatos a reitor e a diretor de unidade devem pertencer aos dois níveis mais elevados da carreira docente (titular ou adjunto) ou, então, devem ser portadores do grau acadêmico de doutor. Nas universidades federais, a recondução de reitores e diretores (quatro anos de mandato) passou a ser permitida, mas apenas uma vez para o mesmo cargo. Os titulares de cargos análogos nas universidades estaduais ou municipais são escolhidos conforme determinações dos respectivos sistemas de ensino. Os das privadas, de acordo com seus estatutos. (BRASIL, 1995b, p. 46).

Com isso, o poder sobre a gestão da universidade permaneceu concentrada na alta cúpula das instituições, além dos níveis mais elevados da categoria docente. Entretanto, “o poder dos estudantes e dos funcionários técnico-administrativos tem sido forte e eficaz, em decorrência da composição mais homogênea de suas bancadas (em geral, 15% dos votos para cada uma), propiciada pela sustentação das entidades de caráter sindical, o que não é o caso dos docentes” (CUNHA, 2003, p. 46). Desse modo, a despeito do Regime Jurídico Único, símbolo de igualdade entre os servidores universitários, a diferenciação entre classe docente e estudantes

²⁹ Ibid., p. 45.

e técnicos-administrativos se manteve, de modo que a primeira goza de maior poder em relação aos demais nessa formulação da eleição dos dirigentes.

Quanto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), se no período ditatorial o órgão equivalente, o Conselho Federal de Educação (CFE), instituído pela LDB de 1961, esteve permeado por interesses privatistas e particularistas dos empresários da educação, na versão de 1996, o CNE ficou desmoralizado, conforme afirmações de Cunha (2003), pela sua impermeabilidade por grupos privados e por denúncias de irregularidades e tráfico de influência. Como explica o referido autor, o CFE foi dissolvido no governo de Itamar Franco (1992 – 1994) devido a denúncias de corrupção. Por sua vez, em 1995, foi criada a Lei nº 9.131 (BRASIL, 1995c) que promulgou o CNE.

No quesito avaliação, instituiu-se os Exames Nacionais de Cursos³⁰, cuja realização seria obrigatória para todos os concluintes do último ano de cursos superiores de graduação. Ou seja, em detrimento de uma avaliação institucional, implementou-se a medição do desempenho individual dos estudantes. Com aplicação iniciada em 1996, os primeiros alunos a serem avaliados foram os matriculados nas disciplinas do último período dos cursos de Direito, Administração e Engenharia Civil.

Em novembro de 1996, 55 mil estudantes de 616 instituições foram chamados ao *Provão*, mas, pelos cálculos do MEC, 4% entregaram a prova em branco, apoiando, assim, o boicote defendido pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Como se computou nota zero para os alunos que entregaram a prova em branco, o resultado da avaliação, divulgado em abril de 1997, mostrou cursos de excelência com nota média inferior à de outros de duvidosa qualidade. Diante das críticas que o processo recebeu nos meios de comunicação de massa, o ministro anunciou que as faculdades posicionadas na faixa de notas mais baixas seriam visitadas por comissões de especialistas (estes, então, é que dispõem de critério decisivo) para recomendarem ou não seu descredenciamento ao Conselho Nacional de Educação (CUNHA, 2003, p. 50, grifo do autor).

Diante da rejeição do exame pelos estudantes e quase dois anos depois da legislação que o homologou, o MEC incluiu procedimentos para avaliação dos cursos, bem como das instituições de ensino superior, através do Decreto nº 2.026 de 1996 (BRASIL, 1996b). Tais procedimentos compreendem: I) análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidades da Federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino; II) avaliação do desempenho

³⁰ “Os exames são facultativos para os alunos, mas prestá-los passou a ser condição para a obtenção do diploma. No histórico escolar de cada concluinte consta apenas o registro da data em que ele se submeteu ao exame, não o resultado obtido. Este é fornecido apenas ao aluno, sendo vedada a divulgação dos resultados individualizados. Caso o resultado do exame não convenha ao aluno, ele pode submeter-se aos exames nos anos subsequentes, fazendo jus a novo documento. Todavia, para efeito da avaliação do curso, é considerado somente o resultado do exame prestado pelo aluno no ano da conclusão” (CUNHA, 2003, p. 49).

individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão; III) avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos; e IV) avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento (BRASIL, 1996b).

Esses procedimentos funcionam de forma complementar, mas independentes, além de poderem ser conduzidos em momentos diferentes e fazer uso de distintos métodos e técnicas. Assim, garantiu-se a “continuidade do *Provão*, a que fica adicionado um trabalho de levantamento e apuração de dados pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional, do MEC, para o cálculo dos indicadores de desempenho global [...]” (CUNHA, 2003, p. 51). Somada à avaliação institucional e ao Exame Nacional de Cursos, o decreto previa, ainda, a avaliação das condições da oferta dos cursos de graduação, as quais deverão considerar os seguintes fatores: I) a organização didático-pedagógica; II) a adequação das instalações físicas em geral; III) a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo; IV) a qualificação do corpo docente; e V) as bibliotecas.

Conforme lembra Cunha (2003), considerando o que estabelece a Lei nº 9.131 de 1995, esse processo de avaliação culmina no CNE, cuja Câmara de Educação Superior compete analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação. Disso decorre o problema da pessoalidade ou parcialidade nas decisões sobre os cursos e instituições com resultados insuficientes, particularmente do setor privado, haja vista a representatividade desse segmento na referida comissão, como explica o autor:

Ao fim do octênio FHC, 12 cursos de graduação de matemática e de letras receberam sanções negativas (foram proibidos de admitir novos estudantes), mesmo assim só após cinco de resultados deficientes consecutivos, confirmados por inadequadas condições de oferta, verificadas no local. No entanto, a sanção foi suspensa por medida judicial, enquanto tramita ação que contraria os critérios empregados pelo ministério. Apenas uma (privada, situada na periferia da área metropolitana, IES do Rio de Janeiro) perdeu o status universitário da autonomia, por idêntica razão, em escala ampliada (CUNHA, 2003, p. 52).

Ou seja, a atuação do CNE é, efetivamente, limitada e parcial, pois encontra embargo na sua própria composição. Desse modo, Cunha (2003) afirma que o setor privado foi a principal oposição ao *Provão*, visto o baixo desempenho revelado em comparação ao setor público. Além disso, o autor considera uma derrota da UNE o fato de apenas 4% dos estudantes boicotarem o teste, em 1996, cuja proporção tem diluído ao longo dos anos. Ademais, observa

que apenas os empresários do ensino saíram vitoriosos, pois conseguiram que os resultados de cada instituição não fossem divulgados.

Tendo em vista a privatização dos serviços públicos pelo projeto de reforma do Estado de FHC, o formato institucional do ensino superior ganhou novos contornos com o deslocamento ou a redefinição da fronteira entre o público e o privado. As políticas públicas desse governo são marcadas pela privatização do fornecimento da educação superior, com aumento significativo do número de matrículas no setor privado, promovido pelo Decreto nº 2.306 de 1997, que implementou modificações no sistema de ensino superior como, por exemplo, a organização acadêmica pelas IES, a quais podem adotar cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores (BRASIL, 1997). Como resultado, Cunha (2003, p. 56) aponta que:

[...] as **faculdades isoladas** (92% delas privadas) são a maioria das instituições, mas perdem a posição majoritária no alunado para as universidades, que abrangem 64,5% dos estudantes. Os **centros universitários** (a maior parte deles oriunda de federações de faculdades) recebem cerca de um décimo das matrículas, quase todas no setor privado. Já os centros de educação tecnológica se situam praticamente todos no setor público e representam uma parcela diminuta na oferta de ensino superior.

Das 156 **universidades**, a maioria é privada (85 x 71). Foi muito rápido o crescimento das universidades privadas: no primeiro ano do octênio, elas eram 63. As universidades públicas ficaram estacionadas no mesmo período. Mas o dinamismo do setor privado expressou-se, igualmente, na categoria centros universitários, que não existiam em 1995 e já eram 66 em 2001, dos quais apenas dois públicos.

As **universidades públicas** não constituem um segmento homogêneo. São 39 as universidades federais, dotadas todas de idêntica carreira docente. As universidades mantidas pelo estado de São Paulo têm carreiras docentes bem distintas daquelas das federais, caracterizando-se pela mais forte hierarquização. As universidades privadas são também bastante desiguais, comportando algumas instituições de alto padrão acadêmico.

Dentre as **privadas**, destacam-se, por sua ação política coordenada, as instituições confessionais, notadamente as 24 católicas e as 6 protestantes – também elas muito heterogêneas (grifos nossos).

Além da privatização do fornecimento de ensino superior, ocorre, também, a privatização do financiamento do sistema, através da oferta, pelo governo federal ao setor privado, do “Programa de Crédito Educativo, que propicia aos beneficiados reembolsarem o valor das anuidades num prazo 50% maior que o do financiamento, com um ano de carência” (CUNHA, 2003, p. 55). Isso pode explicar o aumento da proporção do alunado dividido entre instituições públicas e privadas, cuja razão correspondia, em 1995, a 39% e 61%, respectivamente. Porém, em 2003, o setor privado cresceu em relação ao número de alunos e, contrariamente, o tamanho das instituições públicas reduziu nesse quesito, correspondendo à razão de 31% para 69%, respectivamente (CUNHA, 2003). Com isso, a partir da década de 1990, o ensino superior brasileiro se expande pelo crescimento de instituições privadas

mercantis, com a indução e incentivo do Estado através da concessão de financiamentos estudantis, primeiro através do Programa de Crédito Educativo, e, posteriormente, pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Todas essas transformações no campo universitário brasileiro, as quais vão definindo os modelos de universidade atual, passam pela reforma do Estado, a partir do qual se vive um processo de redução do espaço de atuação do Estado para sua substituição e ocupação pelo mercado. Com isso, entende-se que há uma desresponsabilização estatal com a universidade pública, visto a sua saída da “condição de garantidor da natureza pública da universidade” e a entrada do setor privado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013). Basta analisar outras esferas sociais privatizadas, em anos anteriores, para perceber esse *modus operandi* se repetindo, como é o caso da previdência privada, no governo FHC, e da previdência pública, nos governos Lula e Dilma. Essas mudanças possibilitaram a constituição do mercado privado de previdência, já há alguns anos reivindicado pelo sistema financeiro, nacional e internacional, sendo que, com a reforma da previdência dos servidores públicos, a perspectiva de acumulação financeira é consideravelmente maior, haja vista que o setor privado possui renda média menor e enfrenta a ameaça do desemprego, ao contrário do funcionalismo público, onde a renda média é maior e existe a estabilidade (PAULANI, 2006).

Sob o discurso neoliberal de déficit orçamentário do Governo Federal e do permanente estado de emergência (PAULANI, 2006), o Estado tem sido retirado da prestação dos serviços sociais públicos, tais como a educação superior, para ser substituído pelo mercado (REIS, 2017). Mas, a privatização educacional não se dá apenas com a concessão do direito de prestação desses serviços pelo setor privado como, também, pela *privatização endógena* (RODRÍGUEZ; VIOR, 2015) das universidades públicas, por meio de políticas educacionais que abrem o espaço da educação superior pública para a entrada do capital nas IFES. E isso pode ser comprovado por uma breve análise de algumas implicações, para as universidades federais, da Lei nº 10.973 de 2004, que institui o Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica (IIPCT) (BRASIL, 2004a), bem como a Lei nº 11.079 de 2004 (BRASIL, 2004ab), que normaliza as PPPs.

No que tange o IIPCT, seus preceitos dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Esta lei, adaptada de legislação vigente em países centrais, cria facilidades para a utilização dos recursos – físicos, materiais e humanos – das universidades pelas empresas, assim como a transferência de tecnologia daquelas para estas. Viabiliza a alocação de recursos públicos para empresas nos projetos ditos de inovação. Prevê a gratificação dos pesquisadores cujos conhecimentos venham a ser utilizados por

empresas (SGUISSARDI, 2006, 286-287).

Isso significa que a IIPCT afeta substancialmente a rotina da pesquisa científica e envolve a problemática sobre a autonomia e função social da universidade, pois, por não possuírem recursos suficientes para sustentarem suas atividades científicas, as universidades se submetem à produção de conhecimento sob o financiamento de empresas, as quais tendem a induzir o que deverá ser pesquisado. Além disso, a legislação ressignifica o trabalho docente:

O processo de conversão do professor em um empreendedor é denominado eufemisticamente “modernização das relações de trabalho”. A nova legislação, conforme o Ministério de C&T, oferece uma espécie de gratificação para quem produzir conhecimentos que venham a ser usados por empresas (LEHER, 2004, p. 884).

Nessa esteira, o artigo 4º do IIPCT permite a utilização da estrutura laboratorial das universidades, bem como do seu capital intelectual, por empresas, para o desenvolvimento de projetos, sob contrapartida financeira ou não financeira (BRASIL, 2004a). Importa observar que a entrada do setor privado na universidade pública representa a materialização dos interesses do capital sobre a produção do conhecimento, especificamente de inovação e qualquer outro que possibilite a acumulação financeira de capital, haja vista a centralidade que o conhecimento e o capital humano passam a ter na nova fase do capitalismo (PAULANI, 2006; COSTA, 2009; OLIVEIRA, *et al.*, 2005; LEHER, 2019). Isso significa a completa subordinação da produção do conhecimento aos interesses do mercado e do capital produtivo, além do apagamento da fronteira entre o público e o privado (LEHER 2004, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Ademais, o art. 8º, § 2º estabelece que o professor que participar da prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de “adicional variável” ou, como estabelece o art. 9º, “bolsa de estímulo à inovação” (BRASIL, 2004a). Para Oliveira *et al* (2005, p. 340), isso “poderá fortalecer a mercantilização do conhecimento acadêmico que, ao realizar pesquisas ‘encomendadas’, restringe o avanço da ciência e do conhecimento, sendo recompensado por adicional temporário e não-incorporável à remuneração.

O art. 15 do IIPCT contempla a transformação do professor em empreendedor. Assim, ao criador de projeto, processo ou serviço é assegurada a participação de até um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição. O docente também poderá se afastar por até três anos da universidade para desenvolver atividade empresarial. Com isso, verifica-se a transformação do professor público em empresário. Ainda, durante o afastamento, é assegurado o vencimento do cargo efetivo, bem como as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas

em lei e, ainda, a progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado, de acordo com o que prevê o art. 14 e 15, respectivamente (BRASIL, 2004a).

A privatização do recurso público fica patente na medida em que valores que deveriam ser investidos nas universidades em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas são utilizados para financiar docentes que tentam uma colocação no mercado como empreendedores sem qualquer risco ou ônus para sua carreira profissional e sem qualquer custo para as empresas. [...] Com a inovação tecnológica, a universidade deixa de ser o espaço público de produção de conhecimento. Todo o exercício da crítica terá de ser um gesto de rebeldia intelectual (LEHER, 2004, p. 885-886).

Dessa forma, um novo padrão de desenvolvimento focado na inovação e tecnologia reconfigura a universidade, enquanto *instituição social* (CHAUI, 1999) para transformá-la em uma prestadora de serviços (OLIVEIRA *et al.*, 2005) e, por efeito, a pesquisa científica das universidades dos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, por não possuir um projeto autônomo de desenvolvimento, mas de subordinação aos grupos burgueses locais e de países centrais do capitalismo. Compreende-se, com isso, que o Estado se encontra numa posição de sustentar essas parcerias e as vantagens de grupos hegemônicos, levando consequências para as universidades que deterioram sua função social (BORGES, 2010). Assim, é importante frisar que todo conhecimento produzido com investimentos públicos, sob a forma de pessoal, instalações, equipamentos ou recursos, constitui patrimônio público, que deve (ou deveria) estar a serviço de (e para beneficiar) toda a sociedade (LEHER, 2004; 2019).

Nesse sentido, trata-se da mercadorização do bem público “[...] mediante a transformação da ciência em mercadoria comprada e vendida como qualquer outro fator de produção [...]”, o que significa que “[...] a inovação espontânea de propósitos sociais de produção cede espaço para o progresso planejado da tecnologia de produção (BRAVERMAN, 1987, p. 146).

Por sua vez, a Lei nº 11.079 de 2004 (BRASIL, 2004b) regulamentou as PPPs, que foi instituída:

com o objetivo de atrair investimento privado para financiar obras públicas urgentes. Em sua maioria são obras que demandam grandes investimentos e cujo retorno financeiro é considerado mínimo ou incerto. Seu funcionamento consiste em o Governo, na busca por recursos financeiros adicionais, possibilitar que investidores possam construir e manter obras tendo estes, em troca, o direito de exploração comercial dos serviços provenientes destas (OLIVEIRA, *et al.*, 2005, p. 329).

O primeiro país a implementar a iniciativa de PPP foi o Reino Unido, em 1992, onde a definição do projeto de PPP incluía aquele cujos “recursos são fornecidos parcialmente por um ou mais órgãos públicos e parcialmente por uma ou mais entidades privadas [...]”, e que “[...] é

projetado no todo ou em parte para auxiliar um órgão público no desempenho de suas funções” MCCORMICK (2004, *online*). Outra definição sobre a PPP está relacionada ao fato de o setor privado passar a prestar um serviço público que antes era fornecido exclusivamente pelo Estado, recebendo, em troca, uma contrapartida pecuniária. Ademais, conforme o mesmo autor, as PPPs se destacam como uma das principais formas de financiamento em projetos de infraestrutura, tais como hospitais, escolas, prisões, estradas (inclusive túneis e pontes) e redes ferroviárias.

No Brasil, as PPPs surgiram no contexto da reforma do Estado, em que “uma das estratégias prioritárias era a transferências de serviços para um setor definido simplesmente como *público, não estatal* (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 40).

A necessidade da Reforma do Estado brasileiro tem sido justificada como uma saída para as crises de ordem econômica e pela exigência de democratização do Estado, manifestada nos setores da sociedade brasileira por organismos internacionais. Contudo, a Reforma do Estado foi, em grande medida, induzida por fatores exógenos e determinada pelas mudanças no cenário político e econômico internacional. O que se visaria, segundo o modelo proposto pelos organismos internacionais, seria a uma capacitação do Estado do ponto de vista político e democrático, o qual seria concomitante à abertura do mercado, como partes de um mesmo processo (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 44).

De acordo com Chaves e Amaral (2017), o Brasil passa por uma instabilidade econômica e política: na vertente econômica, há relação direta com a crise mundial do capitalismo, mais concentrada em 2008, que teve, de maneira geral, como consequência as políticas de ajuste (austeridade) neoliberal, cortes de gastos e privatizações; sob o aspecto político, tem-se o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, ficando o país sob o governo do Presidente Michel Temer, o qual institucionalizou a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (BRASIL, 2016b)³¹ que congela por vinte anos os investimentos em serviços públicos importantes como educação, saúde e segurança pública. Nesse cenário de corte de gastos, que vem se intensificando cada vez mais, as PPPs tem sido uma alternativa para a captação de recursos que possibilitem financiar a prestação de serviços. Este tem sido o caso das universidades federais que, para se manterem, encontraram nas parcerias com empresas uma forma de angariar recursos financeiros e custear seus gastos acadêmicos e administrativos (OLIVEIRA, 2000; CHAVES, 2005; FERREIRA, 2010; ARAÚJO, 2015).

³¹ “O Novo Regime Fiscal (NRF), válido para a União, significa, na prática, ‘congelar’, nos valores de 2016, as despesas primárias do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) pelo longo prazo de 20 anos, uma vez que os valores somente poderão sofrer reajustes até os percentuais referentes à inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (AMARAL, 2017, p. 48).

No caso da UFPA, as PPPs são mediadas pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP):

uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico, social e tecnológico da Amazônia. Atua como gerenciadora de recursos nas mais variadas áreas do conhecimento. Criada em 1977 para dar suporte às atividades da Universidade Federal do Pará (UFPA) (FADESP, *online*)³²

Ao analisar os cursos de contratos entre a UFPA e as prefeituras do interior do estado do Pará, Silva (2009) afirma que esses contratos “surgem como uma alternativa de captação de recursos externos, para continuar ampliando o número de vagas no curso de graduação sem um aporte financeiro do fundo público” (SILVA, 2009, p. 169). Para o autor, esses contratos são:

rebentos de uma estratégia das universidades para subsidiar as despesas da expansão da educação superior; no caso da UFPA, para o interior do estado do Pará. A UFPA, como a maior universidade do Brasil em número de alunos de graduação, realizou, desde a origem de seu projeto de interiorização, inúmeras parcerias com as prefeituras para conseguir atender aos professores leigos³³.

Para Ferreira (2010, p. 156):

o processo dialético-histórico existente na relação público-privado, UFPA-FADESP, é resultado da privatização do público, não na forma mais aparente como no caso das empresas estatais, mas em sua forma mais profunda (nos meios de produção do conhecimento).

Diante disso, Oliveira *et al.* (2005, p. 339) verifica interrelação entre a lei das PPPs e a do IIPCT, as quais se complementam e representam instrumentos legais de reforma da educação superior.

A Lei nº 10.973/04, ao estimular a parceria estratégica entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas, induz, de certa maneira, às universidades a condição de prestadoras de serviços aos interesses do mercado delineando, notoriamente, a concretude do projeto da parceria público-privado, Lei nº 11.079/04, instituindo normas gerais para licitação e contratação dessas parcerias no âmbito da administração pública.

Coaduna-se com essa perspectiva, uma vez que o IIPCT se encontra em consonância com a lei das PPPs, sobretudo quando aquela prevê a aplicação de fundos federais em projetos de “‘interesse comum’ para acelerar a incorporação de tecnologias pelas empresas” (OLIVEIRA *et al.*, p. 340). E é indubitável que o conhecimento, através da teoria do Capital Humano, tornou-se uma das propriedades sociais mais importantes para o capital (COSTA, 2009; BRAVERMAN, 1987), visto a possibilidade de acumulação a partir da produção

³² Disponível em: <https://portalfadesp.org.br/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

³³ *Ibid.*, p. 172.

intelectual das universidades públicas (OLIVEIRA, *et al.*, 2005; PAULANI, 2006; LEHER, 2004; 2019). Nesse cenário, torna-se relevante destacar e analisar alguns aspectos importantes que o Future-se propõe para as IFES, bem como suas implicações para o ensino superior público.

2.2 O Future-se e o empreendedorismo: ameaça às universidades públicas

Em julho de 2019, foi lançado o Projeto de Lei nº 3.076 de 2020 que institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), cuja proposta se estrutura em três eixos (art. 4º): (I) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; (II) empreendedorismo; e (III) internacionalização (BRASIL, 2020a).

Verifica-se ao longo do texto do programa que suas diretrizes foram elaboradas com o intuito de implementação da Lei nº 10.973 de 2004 (IIPCT), de modo que as IFES são incentivadas a criar um Núcleo de Inovação Tecnológica para institucionalizar a política de inovação, colaborando para a concretização dos fins da regulamentação de IIPCT. Desse modo, cada eixo será executado de acordo com política de inovação de cada universidade ou instituto federal, instituída nos termos do disposto no art. 15-A da Lei nº 10.973 de 2004, e de seu próprio regulamento (BRASIL, 2020a).

A execução do eixo *pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação* (art. 19) envolve diretrizes como parcerias ou prestação de serviços técnicos especializados; estímulo à pesquisa tecnológica, à inovação, ao empreendedorismo; criação e gestão de centros de laboratórios institucionais e multiusuário para atender demandas de empresas; promoção da capacitação da comunidade acadêmica para atuar no Núcleo de Inovação Tecnológica, na gestão de processos de inovação, na prospecção de projetos de pesquisa e inovação; criação de condições para que instituição do Núcleo de Inovação Tecnológica permita sua constituição com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos (BRASIL, 2020a).

Com isso, a universidade pública vive uma *reestruturação e metamorfose* (OLIVEIRA, 2000), visto a centralidade e a importância dada à inovação nas políticas públicas educacionais dos últimos governos brasileiro, o que significa a sua transformação em uma *organização social* comprometida com os interesses do mercado (CHAUI, 1999) e, cada vez mais, deixa de ser o *espaço público de produção de conhecimento* (LEHER, 2004). Logo, enquanto a expansão e a democratização da educação superior se dão pela via privada (CUNHA, 2003), a universidade pública é arrendada ao mercado para sua exploração, conforme o *ethos* de universidade empreendedora.

Já o eixo *empreendedorismo* (art. 20), é constituído de diretrizes que buscam: apoiar a implantação e a consolidação de ambientes que promovam inovação, com foco no estabelecimento de parcerias com o setor empresarial; aprimorar os modelos de negócios e a capacidade de oferecer inovações; aperfeiçoar a gestão patrimonial dos bens das universidades e dos institutos federais, por meio de cessão de uso, concessão, comodato, fundos de investimentos imobiliários, entre outros mecanismos; promover as marcas e os produtos das universidades e dos institutos federais; apoiar a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores; promover e disseminar a educação empreendedora; fomentar projetos de pesquisa aplicada e projetos de inovação que estimulem o surgimento de empresas inovadoras de base tecnológica e *startups*; promover ações de empregabilidade e empreendedorismo para os discentes (BRASIL, 2020a).

Considera-se que o empreendedorismo acadêmico representa o principal elemento que caracteriza o modelo mais contemporâneo de universidade (a empreendedora), o qual promove a *heteronomia universitária* (SGUISSARDI, 2006) e interrompe a autonomia institucional (LEHER, 2004; 2019; SAGUISSARDI, 2006; GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020). Nessa esteira, conforme abordado no capítulo anterior, a inovação é um dos principais definidores do termo empreendedorismo, cuja ideologia atravessa não apenas o setor privado, mas tem sido recomendada, também, para adoção pelas instituições públicas (DRUCKER, 1987; OSBORNE, GAEBLER, 1995). Nesse contexto, observa-se que o Future-se institucionaliza a universidade empreendedora (símbolo do empresariamento e mercantilização da academia), cujo conceito envolve a disseminação da cultura empreendedora através da educação empreendedora, criação de estruturas de apoio ao empreendedorismo, como incubadoras de empresa e parques tecnológicos, incentivos à criação de empresas juniores e *startups*, diversificação de fontes de recursos pela universidade, entre outros aspectos (CLARK, 2006; ETZKOWITZ, 1998; GIBB; HANNON, 2006; OCDE, 2012; AUDY, 2006; RUIZ; MARTENS, 2019).

O terceiro e último eixo, *internacionalização* (art. 24), apresenta três diretrizes: promover a mobilidade internacional da comunidade acadêmica; promover a política linguística; e fomentar a colaboração e estabelecer parcerias internacionais. Para isso, as IFES devem adotar ações tais como: planejamento da estratégia institucional de internacionalização; desenvolvimento e gerenciamento de programas de mobilidade acadêmica; oferta de cursos de línguas estrangeiras e de certificações de proficiência para discentes, docentes e técnico-administrativos; participação em redes de colaboração internacional; captação de recursos nacionais e internacionais; implementação de acordos, convênios e programas de ensino,

pesquisa e extensão internacionais que gerem resultados efetivos; disponibilização de infraestrutura adequada ao desenvolvimento da política de internacionalização, entre outras (BRASIL, 2020a).

Leher (2020) considera rasas e limitadas as ações voltadas para a internacionalização no Future-se. Isso porque o programa propõe, em geral, ações simples e, algumas, extremamente vagas como “multiplicação do conhecimento e da experiência adquiridos no exterior” (art. 22, XXI). Para ele, a internacionalização envolve aspectos mais complexos que deveriam ser pensados na elaboração do programa, mas que não foram vislumbrados, especialmente no que tange a ações que, efetivamente, possuem capacidade de desenvolvimento nacional. Sendo assim:

Para um programa que se pretende grandioso, seria de se esperar que ele pudesse apresentar um plano de ações estruturantes para o desenvolvimento nacional, como, por exemplo, propor a criação, com cooperação internacional, de um grande centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção de veículos elétricos, tendo ao seu lado a instalação de uma montadora para a respectiva produção. Ou de um grande centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para aproveitamento de energia solar, com o respectivo parque industrial no seu entorno. Ou de um grande centro para a aproveitamento da biodiversidade da Amazônia. Ou, ainda, a proposição de presença brasileira em grandes projetos de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia existentes ou a serem constituídos, em parceria, em outros lugares do mundo, etc. Em vez disso, o Future-se prevê atividades de varejo imaginando que darão respostas por atacado. A bem da verdade, o escopo do programa só permite isso, atividades de varejo e resultados de varejo (LEHER, 2020, p. 67).

A institucionalização é uma das características relacionadas à universidade empreendedora na *busca pela excelência acadêmica*. Esse processo se situa no cenário da globalização e de competitividade no mercado mundial entre as nações, e as IFES se tornam importantes centros de captação de *trabalhadores do conhecimento* com vistas a atrair professores e pesquisadores de renome para produzir pesquisas de ponta, por meio de bolsas de estudo, de financiamento de projetos, entre outros benefícios de mobilidade internacional (THIENGO; BIANCHETTI, 2020). Diante disso, apesar dos aspectos positivos que a internacionalização apresenta na formação cultural e intelectual dos alunos e professores/pesquisadores, esse processo expressa a mercantilização das relações acadêmicas, haja vista a criação de um mercado criado no âmbito da mobilidade internacional que representa uma indústria de 45 bilhões de dólares (ALTBACH *et al.*, 2012 apud THIENGO; BIANCHETTI, 2020).

O Future-se admite “a criação de Sociedade de Propósito Específico (SPE), por departamento, nas IFES, garantindo-se percentual do retorno do lucro auferido para a IFES, nos termos do regulamento” (art. 16). A SPE tem como finalidade “fortalecer o poder de compra, o

compartilhamento de recursos, a combinação de competências, a divisão do ônus da realização de pesquisas, a partilha dos riscos e custos ou o oferecimento de produtos com qualidade superior e diversificada” (art. 23). Sua constituição poderá “ser formadas no âmbito de uma ou mais instituições federais de ensino, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, que trabalhem conjuntamente, na forma de sociedade limitada ou anônima” (art. 23§ 1º) (BRASIL, 2020a, *online*).

A criação de SPE promove uma inovação na execução de novas atividades, diferente das atuais, pelos servidores públicos e, principalmente, de caráter privado, o que representa um desvio funcional no que tange à missão de uma instituição pública quanto ao atendimento dos interesses sociais coletivos. Além disso, levantam-se muitos questionamentos sobre possíveis problemas que podem ocorrer e ocasionar a responsabilização das IFES, uma vez que não há clareza quanto a sua isenção em caso de insucesso. Nesse contexto, Leher (2020, p. 65) prevê complicações, pois:

[...] as Ifes poderão entrar em grandes enrascadas, porque, apesar da SPE ter personalidade jurídica própria, escrituração contábil e demais características comuns às empresas limitadas ou S/A, além de ser uma sociedade patrimonial (detentora de bens), não é certo que as Ifes estejam totalmente isentas de obrigações em casos de seu insucesso. Imagine-se que uma determinada SPE, nascida com a participação de uma Ifes, esteja à frente de um grande projeto que exige a contratação de um expressivo contingente de pessoas e que, na sequência, por causas fortuitas, a sociedade não venha a cumprir com suas obrigações trabalhistas... Quem poderá garantir que a conta não será cobrada da instituição que deu causa à SPE?

Assim, o autor afirma que as IFES deverão se preparar para duas situações adversas: "administrar as massas falidas das muitas SPEs que fracassarão", o que é algo considerado normal no mundo dos negócios e do empreendedorismo (DRUCKER, 1987), e, portanto, um evento comum e esperado de acontecer, e, ainda, “administrar as tensões internas surgidas das incompatibilidades entre as atividades institucionais propriamente ditas (aulas e atendimento a alunos, pesquisa básica, extensão desinteressada, etc.) versus atividades com potencial para colocar dinheiro privado no bolso dos professores [...]”. Por isso, “[...] as SPEs são, nesse aspecto, um produto corrosivo para a alma da IFES” (LEHER, 2020, p. 65-66).

A futura adesão ao projeto Future-se (caso seja aprovado ao final dos trâmites) teoricamente, é voluntária, no entanto, diante dos sucessivos estrangulamentos orçamentários pelos quais as universidades federais têm passado nos últimos anos, a proposta representa a indução, das IFES, à aceitação do programa. O discurso de Weintraub (Ministro da Educação naquele período) era o de que as instituições terão *autonomia financeira*, pois poderão celebrar parcerias com empresas privadas e captar recursos no mercado. Mas, para aderir ao programa,

a universidade tem de aceitar a contratação de uma organização social que será a gestora da instituição. Isso significa que:

O FUTURE-SE, a partir do estabelecimento de uma organização social como gestora da universidade que quiser aderir ao programa, prevê vários mecanismos de arrecadação. As universidades poderão estabelecer parcerias público-privadas com as empresas, as universidades poderão recorrer aos chamados *namings rights*, que é dar a prédios das universidades o nome de empresas ou empresários, como acontece com estádios de futebol, as universidades poderão aceitar doações, as universidades poderão ser eventualmente beneficiadas por fundos que se criem com ativos, com imóveis da União cedidos especialmente para este objetivo. Um fundo imobiliário no qual o capital privado apostaria recursos para ter direito a concessões de utilização desses imóveis para uso privado, e o resultado dos direitos que forem pagos por essas concessões seriam transferidos para as universidades públicas. São vários mecanismos de arrecadação (UFBA, 2019, p. 213-214).

Nessas circunstâncias, a universidade pública passará a ser autossustentável e responsável pela busca de recursos para manter suas atividades em funcionamento, que é o que se espera de uma universidade empreendedora (CLARK, 2006; ETZKOWITZ, 1998; GIBB; HANNON, 2006; OCDE, 2012; AUDY, 2006; RUIZ; MARTENS, 2019). Todavia, isso contradiz o que estabelece a Constituição, uma vez que, além de já conceder às universidades “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, garante que o financiamento seja público (BRASIL, 1988, art. 207). Logo, o programa revela, claramente, a sua intenção de substituição do sustento financeiro estatal pelo privado, configurando a privatização de um bem público (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013; VIOR; RODRÍGUES, 2015).

Com essa *privatização endógena*, a função social das universidades, conseqüentemente, é modificada. Sobre esse aspecto, Leher (2019, p. 33) analisa a *refuncionalização* da universidade com a proposta do Future-se, uma vez que as IFES internalizarão “competências que pertencem a empresas” e – atendendo interesses externos – promoverão docentes a empreendedores, aplicarão penalidades aos gestores ineficientes, entre outros elementos da administração gerencial. Dito isto, verifica-se a oficialização e formalização da concepção do modelo de universidade empreendedora no Brasil.

O Future-se foi elaborado pela equipe ministerial de Educação de Bolsonaro e não contou com a participação dos que estão diretamente envolvidos com as atividades da universidade, quais sejam, reitores, professores, alunos, servidores, entre outros membros da coletividade que abrange toda a comunidade acadêmica. Em julho de 2019, o programa foi apresentado aos reitores das IFES e, no mesmo dia, colocado para consulta pública (BRASIL, 2019). Dessa forma, não houve consulta prévia às instituições para que pudessem fazer suas

objeções ou sugestões, sendo uma proposta decidida em nível governamental e divulgada para a sociedade, conforme apontam Araújo, Kato e Chaves (2020).

Apesar de colocar o programa para consulta pública, a “participação” social se limitou a indicação, pelos “participantes”, do nível de clareza dos capítulos do texto, em que cada um poderia escolher entre as opções "totalmente claro", "claro com ressalvas" e "não está claro". Ademais, foi possível apenas tecer comentários e acrescentar propostas ao tema (BRASIL, 2019). Ou seja, o programa foi imposto às universidades, sem qualquer discussão prévia.

Araújo, Kato e Chaves (2020) elencam várias reformas legislativas que atingem a Administração Pública por ocasião do Future-se, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo, pois além das mudanças estruturais, os servidores públicos são afetados pelas medidas de racionalização estatal. Isso vai ao encontro da ideia de *governo empreendedor*, que deve ser mais eficiente, competitivo e produtivo, como um quadro de pessoal selecionado e avaliado de acordo com o desempenho (OSBRONE; GALEBER, 1995).

Desse modo, está ocorrendo uma espécie de desmonte da função social da universidade enquanto produtora do conhecimento científico e de formação cidadã, pois insere a concepção de universidade empreendedora na estrutura organizacional das IFES. Nesse sentido, embora o Future-se seja apresentado como um programa que visa dar mais autonomia às IFES, quando se estabelece sua relação com o IIPCT e as PPPs, além da EC nº 95, verifica-se que o projeto vem cumprir os fins da universidade empreendedora, ao providenciar mecanismos de arrecadação própria para o autofinanciamento das universidades públicas, de modo que o Estado esteja desresponsabilizado de sua obrigação constitucional com o ensino superior. Por isso, Leher (2020, p. 73) considera que o Future-se tem como alvo prioritário a folha de pagamento dos servidores do MEC, além de outras ações destrutivas, conforme exigência da EC nº 95, bem como um programa de “[...] privatização de bens patrimoniais e recursos públicos (ou recursos que deveriam tornar-se públicos, mas que irão para fundos privados na forma de incentivos fiscais) e de privatização dos bens culturais, científicos e tecnológicos [...], pois “[...] responde aos empuxos das teses educacionais patrocinadas, há tempos, pelo neoliberalismo e que estão confortavelmente aninhadas em poderosos organismos internacionais (como a OCDE e o Banco Mundial) e, proporcionalmente, poderosas entidades brasileiras”.

No tópico seguinte, verificar-se-á que o ensino superior brasileiro sempre esteve em disputa entre interesse público e privado, especialmente a partir da década de 1990 com as

reformas neoliberais, tendo estas contribuído para as propostas mais recentes de reformulação do ensino superior, como o Future-se.

2.3 Os modelos de universidade em disputa: aportes teóricos

As concepções de universidade se baseiam, em geral, em duas referências: o modelo *napoleônico/francês*, cuja essência é a formação profissional, e o *humboldtiano/alemão*, com o princípio da liberdade de ensino e pesquisa e a indissociabilidade entre ambas. De acordo com Sguissardi (2006), as universidades brasileiras surgem, primeiramente, inspiradas no modelo *napoleônico* (período pombalino) e, depois, de maneira mesclada, passam a se orientar pelo padrão *humboldtiano*. Mas, com raras exceções, afirma o autor, na maior parte das universidades brasileiras predominam características do perfil *neoprofissional* ou *neonapoleônico*, as quais ele também define como *universidades de ensino* ou *escolas profissionais*.

Desse modo, verifica-se que “neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade são os novos traços do que se tem denominado como modelo de *universidade mundial do Banco Mundial* ou modelo *anglo-saxão de universidade*” (SGUISSARDI, 2006, p. 285, grifos do autor), encontrados nos discursos das orientações dos documentos do Banco Mundial (1994). A universidade empreendedora é uma face dessas reconstruções de concepções do ensino superior, a qual se buscará caracterizar ao longo desse tópico.

Chauí (1999) utiliza o termo *universidade clássica/instituição social* para se referir às IES que têm como cerne de sua atuação a produção do conhecimento e da pesquisa. Este modelo, segundo a autora, sofreu um processo de ruptura, transformando-se em *universidade funcional* em que a formação crítica e a pesquisa são substituídas pela preparação profissional para o mercado de trabalho. Ainda, destaca-se a *universidade operacional/organização social*, que a autora define como uma concepção universitária centrada em seus próprios objetivos estratégicos, que envolvem, principalmente, a gestão de contratos com setores empresariais com o propósito de atender aos índices de produtividade pelos quais será avaliada. Desse modo:

Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos (CHAUI, 1999, p. 5).

Atualmente, as transformações nos modelos de universidade são reflexos da reforma do Estado do início de 1990, que implementou a ideologia de universidade como prestadora de serviços e introduz, entre outros elementos, a ideia de flexibilização universitária. Essa flexibilidade significa “adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemático nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre ‘social’ e ‘empresarial’” (CHAUI, 1999, p. 2). Dessa maneira, a função social da universidade é redefinida para o atendimento das necessidades de mercado, o que explica a reestruturação e o esvaziamento dos currículos acadêmicos de seu sentido intelectual (OLIVEIRA, 2000; LEHER, 2004, 2019), tendo em vista que “a docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis”³⁴.

Nesse contexto, o discurso e a metodologia da *Pedagogia Empreendedora* (DOLABELA, 2003) se fortalece, tendo em vista a ideia de que a universidade deve formar profissionais empreendedores, preparados para o *autoemprego* (COSTA, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016). Do mesmo modo, toda a estrutura da universidade deve ser “modernizada” de acordo com nova realidade econômica, visto o suposto imperativo de racionalização do Estado em prol da eficiência. Nesse processo, propõe-se que a universidade crie um *ecossistema empreendedor*, não apenas no ensino, mas em toda a sua política institucional (BRASIL JÚNIOR, 2019).

Ruiz e Martens (2019, p. 122) afirmam que a terminologia *universidade empreendedora* foi utilizada pela primeira vez por Clark (1998), cuja definição está relacionada com a instituição que “realiza mudanças em sua estrutura e em sua cultura organizacional – reforçando seu núcleo de direção – que **inova seus currículos, seus programas, suas fontes de financiamento** – visando a engajar-se em um sistema social com um futuro promissor” (grifos nossos). Ou seja, a universidade empreendedora exige flexibilidade e adaptabilidade diante do contexto de mudanças sociais e econômicas. Esses aspectos podem ser evidenciados no Quadro 10, construído pelas autoras, o qual reúne um conjunto de elementos que caracterizam as universidades empreendedoras, a partir de diferentes teóricos que expressam suas concepções sobre o tema.

³⁴ Op.cit., p. 6.

Quadro 10 – Definições de universidade empreendedora

Autor	Definição
Etzkowitz (1983)	Universidades que estão considerando novas fontes de fundos , como patentes , pesquisa por contratos e entrada em uma parceria com uma empresa privada .
Chrisman; Hynes; Fraser (1995)	Universidade empreendedora envolve a criação de novos negócios por professores universitários, técnicos ou estudantes.
Etzkowitz (1998)	Universidade empreendedora é uma instituição capaz de gerar uma direção estratégica a seguir, formulando seus objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na universidade em valor econômico e social . São universidades que buscam novas fontes de recursos , tais como a transferência de tecnologia .
Clark (1998)	Universidade empreendedora é uma instituição ativa e procura inovar na maneira como conduz os seus negócios, visando a uma postura promissora de futuro. Elas tornam-se universidades stand-up , ou seja, atores relevantes por si mesmos .
Röpke (1998, p. 2)	Uma universidade empreendedora pode significar três coisas: a própria universidade, como organização , torna-se empreendedora; os membros da universidade – professores, estudantes, funcionários – tornam-se empreendedores ; e a interação da universidade com o meio ambiente (região) segue a abordagem empreendedora.
Subotzky (1999)	Universidade empreendedora caracteriza-se por parcerias mais próximas entre universidades e empresas , por uma maior responsabilidade docente pelo acesso a fontes externas de financiamento e por um <i>ethos</i> gerencial em governança institucional , liderança e planejamento.
Kirby (2002, p. 2)	Universidades empreendedoras têm a capacidade de innovar, reconhecer e criar oportunidades , trabalhar em equipe, e responder aos desafios.
Barnes; Pashby; Gibbons (2002)	A universidade empreendedora é uma entidade que oferece oportunidades, práticas, culturas e ambientes favoráveis que incentivam e abraçam ativamente o empreendedorismo , o qual faz parte da própria medula óssea dessas instituições.
Etzkowitz (2003)	A universidade empreendedora é uma incubadora natural , fornecendo estruturas de apoio para professores e estudantes para iniciar novos empreendimentos.
Jacob; Lundqvist; Hellsmark (2003)	Uma universidade empreendedora engloba tanto a comercialização (por exemplo, cursos de educação complementar feitos sob medida, serviços de consultoria, atividades de extensão) quanto a mercantilização (por exemplo, patentes, licenciamentos, faculdades ou empreendimentos próprios).
Guenther; Wagner (2008)	Uma universidade empreendedora consiste em desenvolver mecanismos diretos e indiretos para vincular a academia aos negócios , tais como transferência de tecnologia e escritórios para isso, incubadoras e parques científicos , além do ensino ao empreendedorismo para proporcionar habilidades e competências para atividades empreendedoras.
Guerrero; Urbano (2011)	As universidades empreendedoras tornam-se importantes catalisadoras do desenvolvimento regional, econômico e social .

Guerrero; Urbano (2012a)	As universidades empreendedoras desempenham um papel importante como produtoras de conhecimento e instituições de divulgação desse conhecimento, uma vez que a universidade gera ideias e recursos humanos qualificados, enquanto a indústria tem os recursos econômicos para transformar ideias em produtos economicamente úteis.
Guerrero; Urbano (2012b)	Uma universidade empreendedora é definida como uma organização adaptável a ambientes competitivos com uma estratégia comum para ser a melhor em todas as suas atividades (por exemplo, tem boas finanças, seleciona bons alunos e professores, produz pesquisa de alta qualidade). Desta forma, são mais produtivas e criativas em estabelecer laços entre o ensino e a pesquisa.
Sam; Van der Sijde (2014)	Uma universidade empreendedora identifica e explora ativamente as oportunidades de melhorar a si mesma (em relação à educação e à pesquisa) e ao meio ambiente (terceira tarefa: transferência de conhecimento) e é capaz de gerenciar a dependência e o impacto mútuo das três tarefas universitárias. Assim, ela é capaz de assumir vários papéis na sociedade e no sistema de inovação (ecossistema), ligada a redes complexas de atores , como indústrias privadas, financiadores e agências governamentais que estão ligadas entre si na busca de objetivos tecnológicos comuns e/ou ganhos econômicos mútuos.

Fonte: Ruiz e Martens (2019, p. 123-124, grifos nossos).

Analisando de maneira geral o Quadro 10, observa-se que a **busca por fontes de recursos** está presente na concepção da maior parte da literatura referenciada pelas autoras. Isso reforça e confirma o entendimento que se tem neste trabalho de que a lógica da universidade empreendedora está vinculada ao processo de desresponsabilização do Estado com o custeio da universidade pública e, conseqüentemente, a redução da autonomia universitária e redefinição da função social da universidade por meio da indução às parcerias público-privadas.

A formação empreendedora também pode ser identificada na ideia de **ensino do empreendedorismo** para o desenvolvimento de competências empreendedoras. Outro aspecto relevante se refere à **comercialização de curso de educação complementar, serviços de consultoria e atividades de extensão**, bem como a **mercantilização de patentes, licenças**, entre outros, como fontes de recursos. Com isso, a universidade empreendedora pode ser caracterizada pela capacidade gerencial de captação e administração de recursos externos, de comercialização de serviços acadêmicos e de mercantilização de produtos com potencial de gerar negócios rentáveis para a instituição.

De acordo com Rodrigues (2006), a universidade empreendedora se situa no cenário de competitividade entre as IES, a constante mudança de comportamentos dos jovens estudantes, bem como as mudanças nos regimentos legais desse nível de ensino. Para ele, esses aspectos exigem a renovação da universidade para atender a novas demandas. Mas, o autor acrescenta,

ainda, a escassez de emprego, o que implica, segundo seu raciocínio, na necessidade de formação de empreendedores adaptados à nova realidade do mercado de trabalho.

Ainda, para o autor, a universidade empreendedora é criativa, inovadora, assume riscos, possui visão estratégica institucionalizada, abrangendo professores e alunos, e consegue enxergar oportunidades no mercado, bem como avaliar sua concorrência e competitividade, entre outros aspectos. Nesse processo, os professores precisam ser empreendedores para motivar e desenvolver as capacidades empreendedoras de seus alunos, de modo que estes possam se desenvolver profissionalmente. Sendo assim, a formação de empreendedores estaria relacionada com vários elementos, mas:

[...] seguramente ter à frente um professor empreendedor pode potencializar muito essa formação. Um professor que busca incessantemente novas e instigantes linhas de pesquisa ou que identifica segmentos de mercado inexplorados e promissores para atuação da universidade. Além disso, um professor empreendedor estimula, em seus alunos, o desenvolvimento da capacidade de criar, planejar e realizar. Mais do que sonhar com a mudança, deve-se assumir uma postura orientada à identificação de oportunidades potenciais para o avanço pessoal e profissional (RODRIGUES, 2006, p. 227).

Essa concepção reconstitui os princípios e valores pelos quais as universidades devem se pautar e as orientam segundo a referência do mercado (CHAUI, 1999). As políticas públicas educacionais recentes viabilizam a consecução desse objetivo na educação superior, através de programas que induzem as universidades a cumprir o papel de formadora de empreendedores, bem como se tornar empreendedoras, como é o caso do Future-se, da Lei das PPPs e do IIPCT.

Rodrigues (2006) defende a educação empreendedora sob o argumento de que os empregos da indústria tendem a diminuir cada vez mais. Desse modo, seu enfoque enfatiza a importância da formação empreendedora no ensino superior para a preparação de jovens que deverão conduzir sua vida empresarial própria. Sob sua ótica:

A educação superior tem que reinventar-se para formar jovens aptos a enfrentar um novo cenário onde o emprego, em sua tradicional concepção, não existe mais, mas onde há, ainda, muitas oportunidades de trabalho. Os diplomados terão que atuar como empresários de si mesmos, procurando atender a clientes, ao invés de atender somente a patrões (RODRIGUES, 2006, p. 227).

Desse modo, uma nova função é atribuída ao professor no processo de ensino-aprendizagem, o que refletirá no espectro formativo docente.

O autor também destaca a importância de a universidade ter uma *estratégia empresarial*, que monitore seu ambiente interno e externo para identificar oportunidades no mercado e se adequar as mudanças no seu contexto de atuação.

Uma universidade empreendedora é aquela que, de forma proativa, analisa as mudanças no seu contexto específico de atuação, identificando alterações de comportamento dos seus segmentos-alvo (alunos do ensino médio, alunos de graduação, alunos de pós-graduação) e oportunidades em novos segmentos de mercado (educação continuada, educação corporativa, educação a distância) e monitora os movimentos da concorrência, buscando filtrar potenciais oportunidades em eventos com conteúdo de ameaça (RODRIGUES, 2006, p. 228).

Rodrigues (2006) acrescenta que a universidade empreendedora se caracteriza por desenvolver ações efetivas de aproximação dos mercados, investir em novas tecnologias de ensino, de gestão e de apoio, e incentivar o espírito empreendedor em funcionários, pois “antes de formar empreendedores, a universidade tem que formar os ‘seus’ empreendedores; antes de formar profissionais inovadores, a universidade tem que inovar-se estrategicamente”³⁵. Com esse raciocínio, significa que os funcionários públicos universitários precisam de formação profissional que os preparem para a modernização das intuições governamentais, pois estas devem ser mais eficientes, competitivas e produtivas (OSBORNE; GAEBLER, 1995), de acordo com o modelo de administração gerencial implementado pelas reformas neoliberais nas universidades públicas (RIBEIRO, 2013).

Segundo Audy (2006), o conceito de universidade empreendedora emerge como uma resposta às novas demandas da sociedade. Mas, segundo ele, este conceito é ainda muito controverso no meio acadêmico, apresenta grandes desafios e envolve uma série de outros conceitos relevantes associados, tais como inovação, criatividade e risco. Ainda, enfatiza que a busca por uma universidade mais flexível e com capacidade de adaptação às mudanças é um desafio que muitas instituições estão enfrentando.

O autor informa que a universidade foi constituída a partir de duas revoluções que foram modificando sua missão institucional ao longo do tempo. A primeira, ocorreu no final do século XVII, nos EUA, incorporando a pesquisa como uma missão universitária, além do ensino, que é considerada sua missão originária. Esta primeira revolução ainda está em desenvolvimento, todavia, uma segunda revolução surgiu na metade do século XX, partir de experiências em Universidades como MIT, Stanford e Harvard, que dá origem à universidade empreendedora, cuja missão da universidade passa a ser o desenvolvimento econômico e social, além do ensino e da pesquisa. “Desde então, a academia tem convivido com as tensões geradas pelo novo ambiente, envolvendo a sua missão de ensino (original), pesquisa (primeira revolução) e desenvolvimento econômico e social (segunda revolução)” (AUDY, 2006, p. 60).

Pode-se extrair de Clark (2006) que a ideia de universidade empreendedora surge no

³⁵ Ibid., p. 229.

contexto de internacionalização do ensino e da competição internacional no campo da produção do conhecimento. Ele explica que, para se lançar nesse mercado e fazer frente à concorrência, as universidades precisam ser autônomas e desenvolver lideranças empreendedoras, de modo a possuir mérito para ingressar nessa esfera. Entretanto, o *colegiado tradicional* tende a ser um impedimento. Logo, sua ideia é de que a universidade deve “romper a relação do colegiado com o *status quo* de tempo integral e fazer com que ele trabalhe em favor de um processo de tomada de decisões que promova mudança” (CLARK, 2006, p. 29), o que, conforme registra, não é tarefa fácil. Essa mudança está relacionada à adoção de uma nova postura pela universidade, cujo autor indica algumas denominações: *a universidade inovadora*, *a universidade pró-ativa*, *a universidade empreendedora*.

A fim de determinar como essas transformações acontecem, Buton Clark iniciou pesquisas empíricas, em meados de 1990, investigando traços comuns em universidades que conseguiram reconfigurar sua estrutura para um modelo de universidade empreendedora. Sua conceituação sobre elementos transformadores da universidade envolve cinco fatores, na respectiva ordem: renda diversificada da universidade, capacidade fortalecida de administração, um entorno de desenvolvimento que consiste de centros de pesquisa não-departamentais e programas de *outreach* (divulgação), um centro acadêmico estimulado, uma cultura empreendedora envolvente. Em síntese, a constituição de uma universidade empreendedora ocorre por meio da *diversificação contínua de renda*, que se constitui em uma *administração mais forte*, composta por *grupos de empreendedores* que “trabalham para diversificar e energizar a busca por renda, para desenvolver um *outreach* multidisciplinar produtivo em pesquisa e ensino, e para tornar mais aceitável o argumento em favor de uma cultura distinta”³⁶.

Para este autor, a universidade empreendedora tem um novo *status quo* que está orientado para o desenvolvimento, enquanto a universidade tradicional estaria, segundo ele, orientada para a inércia. Com isso, em defesa da universidade empreendedora e negando que esteja acabando com a *alma da universidade*, ao propor uma reforma universitária, Clark (2006, p. 32) adere a discursos que atribuem como limitação das *universidades tradicionais* “a histórica discriminação contra mulheres, alunos de classes sociais menos privilegiadas e minorias”, além de “sua tendência a tornarem-se distanciados de importantes necessidades sociais”. Cabe ressaltar, todavia, que historicamente, a universidade nunca foi plenamente autônoma (SGUISSARDI, 2006), o que significa que o seu compromisso social sempre esteve em disputa por interesses particularistas que acabam por determinar seu contexto.

³⁶ Ibid., p. 35.

Desse modo, a disputa entre a universidade como *instituição social*, ou baseada no modelo *humboldtiano*, e como *organização social*, ou inspirada no modelo *napoleônico* (CHAUI, 1999; SGUISSARD, 2006), sempre foi evidenciada ao longo da história da universidade, em diferentes contextos. Logo, é preciso contextualizar o momento social, político, econômico e ideológico sob o qual a universidade se desenvolve e desempenha sua missão, que, constantemente, está sendo modificada, inclusive pelo modelo de universidade empreendedora, cujos interesses precisam ser analisados, se, realmente, estão comprometidos com o desenvolvimento social coletivo, ou se apenas utiliza o capital intelectual da universidade para reposicionar alguns grupos sociais privilegiados na competição internacional (LEHER, 2004; 2019), em que o conhecimento é o principal instrumento de concorrência (COSTA, 2009).

Etzkowitz (1998), assim como Audy (2006), analisa que a universidade empreendedora resulta da “segunda revolução” no campo acadêmico, em que se institui a *universidade empresarial*, através da *capitalização do conhecimento*, cuja missão passa a ser, além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, a universidade deve estar mais próxima da indústria e multiplicar os recursos para a formação de capital, tais como desenvolvimento imobiliário e formação de empresas. Com isso, o autor afirma que é necessária uma *mudança cognitiva* para implementar o empreendedorismo na cultura acadêmica.

A transferência de tecnologia é vista por Etzkowitz (1998) como um *fluxo bidirecional*. Na sua concepção, universidade e indústria podem contribuir mutuamente, uma com a outra, no desenvolvimento de produtos comercializáveis, em diferentes graus e formas, conforme exemplos:

01. o produto tem origem na universidade, mas o seu desenvolvimento é realizado por uma empresa já existente, 02. o produto comercial tem origem fora da universidade, com o conhecimento acadêmico utilizado para melhorar o produto, ou 03. a universidade é a fonte do produto comercial e o inventor acadêmico é diretamente envolvido na sua comercialização através da criação de uma nova empresa³⁷.

Sob a luz das perspectivas teóricas de Leher (2019), esse tipo de interação entre universidade e indústria não atende aos interesses sociais coletivos. Além disso, verifica-se alguns problemas dessa relação com fins comerciais: primeiro a perda da autonomia universitária, pois o conhecimento acadêmico é explorado de acordo com os interesses de pesquisa da empresa; segundo, a utilização do capital intelectual da universidade, um espaço público, para o atendimento de interesses mercadológicos e, conseqüentemente, particularistas

³⁷ Ibid., p. 27.

de pequenos grupos empresariais; e, terceiro, a capitalização do pesquisador universitário a partir do seu envolvimento na comercialização de produtos científicos. Com isso, a universidade empreendedora, a despeito de adicionar à missão institucional o desenvolvimento econômico e social, que, teoricamente, representa algo positivo para toda a sociedade e, por isso, encontra legitimidade social, referencia-se no seu próprio desempenho e resultados como uma *organização social* (CHAUI, 1999), visando, exclusivamente, desenvolver-se para competir no mercado, com outras universidades, em busca de posicionamento comercial e lucro, por meio de parcerias economicamente convenientes.

Etzkowitz (1998, p. 828) considera que atividade empreendedora de cientistas não é um fenômeno totalmente novo, tendo como referência a ciência farmacêutica alemã do século XVII e empreendimento de Justus Liebig, em meados do século XIX, em 1833. Ainda, para ele, os atributos negativos relacionados aos *cientistas empreendedores*, por seus pares, têm reduzido ao longo dos anos, haja vista que “a capacidade de obter financiamento para apoiar um laboratório e o seu pessoal se tornou virtualmente um pré-requisito para fazer ciência [...]”. O financiamento externo tem sido tão importante nos últimos anos para as universidades que o autor considera que “[...] escrever com sucesso as propostas para financiar um laboratório próprio se tornou o teste decisivo de ter avançado ao longo do rito de passagem de aprendiz para atingir o estatuto de cientista de pleno direito” (tradução nossa).

No Brasil, o financiamento das universidades tem sido gradualmente reduzido, especialmente a partir da adoção da política de ajuste fiscal dos anos de 1990 e que perdura ainda hoje, induzindo-as à busca de parcerias com o setor privado (OLIVEIRA; 2000; CHAVES, 2005; RIBEIRO, 2013; ARAÚJO, 2015; AMARAL, 2017; REIS, 2017). Portanto, tendo em vista os poucos recursos universitários, “assim que as ambições acadêmicas tradicionais para a busca da verdade puderam ser combinadas com a busca do lucro, a porta se abriu para o novo empreendedorismo” (ETZKOWITZ, 1998, p. 829).

Gibb e Hannon (2006) indicam que há um consenso, em todo o mundo, quanto à natureza das pressões sobre o ensino superior para se tornar mais empreendedor. Eles relacionam algumas cobranças contemporâneas para a educação superior, entre as quais se destacam: contribuição para a competitividade internacional das economias, particularmente através de um processo de comercialização da investigação; contribuições, mais substanciais, para o desenvolvimento econômico e social local; preparação dos estudantes para um mundo de maiores incertezas e complexidades que envolvem mudanças frequentes de *status* profissional, emprego e contrato, mobilidade global, adaptação a diferentes culturas, trabalho

moderno com estruturas organizacionais flexíveis; maior probabilidade de emprego próprio, e responsabilidades mais amplas na vida familiar e social.

Nesse sentido, diante das mudanças sociais e econômicas recorrentes em todo o mundo e da importância que o conhecimento passou a ter no sistema capitalista financeiro, as universidades adquiriram importância estratégica para atender as necessidades de acumulação de capital, seja na formação de capital humano, ou, ainda, na disseminação da ideologia do empreendedorismo (COSTA, 2009). Assim:

Em geral este cenário traduz-se na necessidade de dotar os indivíduos de capacidades empreendedoras pessoais, mas também na capacidade de conceber organizações de todo o tipo, públicas, privadas e ONG, para apoiar um comportamento empresarial eficaz. Está, sem dúvida, também associado a uma mudança fundamental nas normas de governança em todos os níveis da sociedade, e, portanto, o "mundo da vida" no qual os graduados entrarão (GIBB; HANNON, 2006, p. 5, tradução nossa).

Importante observar que a autonomia financeira do Estado é colocada como um fator necessário para que a universidade não seja “isolada das exigências da sociedade [...]” e “[...] para manter seu estatuto, será necessário estabelecer parcerias com outras partes interessadas da sociedade [...]”. Desse modo, o financiamento deve ser conseguido por outros meios, além do estatal, a exemplo de países como os EUA, onde “[...] na maioria das universidades públicas, o financiamento direto do erário público é reduzido a apenas 20%” (GIBB; HANNON, 2006, p. 7, tradução nossa). No caso brasileiro, o repasse de recursos pelo Governo Federal às IFES tem sido reduzido ao longo das últimas décadas (AMARAL, 2017; REIS, 2017), o que tem obrigado essas instituições a buscarem alternativas autossustentáveis como, por exemplo, a comercialização de serviços acadêmicos e parcerias com o setor produtivo para financiar pesquisas, garantir o pagamento de pessoal, entre outros (OLIVEIRA, 2000; CHAVES, 2005; ARAÚJO, 2015), tornando-se empreendedoras.

Gibb e Hannon (2006, p. 11, tradução nossa) explicam que o imperativo de mudanças organizacionais no ensino superior se origina pelo seguinte cenário:

Nos anos 90, face ao impacto da globalização e à necessidade de reorientação do mercado e de flexibilidade laboral, [...] uma ideologia mais ampla de autoajuda tornou-se um imperativo político. Isto fundiu-se num modelo de agenda de competitividade impulsionado pelo desejo de prosperar num mercado global, com uma "ideologia" associada descrita como a Terceira Via. Este modelo tornou-se associado a noções de: intervenção do governo apenas onde há falha do mercado; redução dos gastos do governo; iniciativas lideradas pelo setor privado; mercantilização dos serviços públicos; e mais incentivos à autoajuda (grifos do autor)

No Brasil, é exatamente a partir do início da década de 1990, após a reforma estatal, que se observa a redução do espaço de atuação do governo, ao mesmo tempo em que o setor privado

passou a atuar em serviços que, antes, eram de fornecimento exclusivo do Estado (GANDINI; RISCAL, 2005; REIS, 2017). Serviços como a educação superior foram *publicizados* (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2005) e se abriu o mercado educacional no país, que tem gerado altos rendimentos a acionistas de grandes conglomerados do ensino superior privado, nacional e internacional (AZEVEDO, 2015). Enquanto isso, as universidades públicas, especialmente as federais, entraram num processo de aproximação do mercado na busca por recursos.

As mudanças na forma de atuação do Estado resultam em políticas públicas educacionais para o ensino superior que refletem nas seguintes transformações: “facilitar a capacidade de transferência de tecnologia para dentro e fora do setor de ensino superior; estimular o engajamento do setor com a economia local e regional; e, influenciar as aspirações dos graduados em relação ao autoemprego e carreiras no setor de pequenas e médias empresas” (GIBB; HANNON, 2006, p. 8). O Future-se, por exemplo, é a política pública mais expressiva nesses termos, pois tem como objetivo precípua a instituição regulamentada da universidade empreendedora no Brasil.

No que tange à transferência de tecnologia, no caso britânico, Gibb e Hannon (2006, p. 9, tradução nossa) explicam que o governo britânico intensificou seus esforços para estimular a transferência de tecnologia dentro do setor de educação superior, através do Escritório de Ciência e Tecnologia do DTI e através do Departamento de Educação e Habilidades (DFES). Essa política educacional contou com o apoio do governo, que implementou incentivos financeiros com os Fundos de Desafio Universitário, os Fundos de Desafio da Ciência e da Empresa, e os Fundos de Inovação do Ensino Superior, os quais permitiram “a realização de uma diversidade de experimentos para estimular o empreendedorismo, principalmente, mas não exclusivamente, dentro do contexto da exploração de oportunidades decorrentes dos ativos intelectuais de ciência, engenharia e tecnologia de uma instituição”.

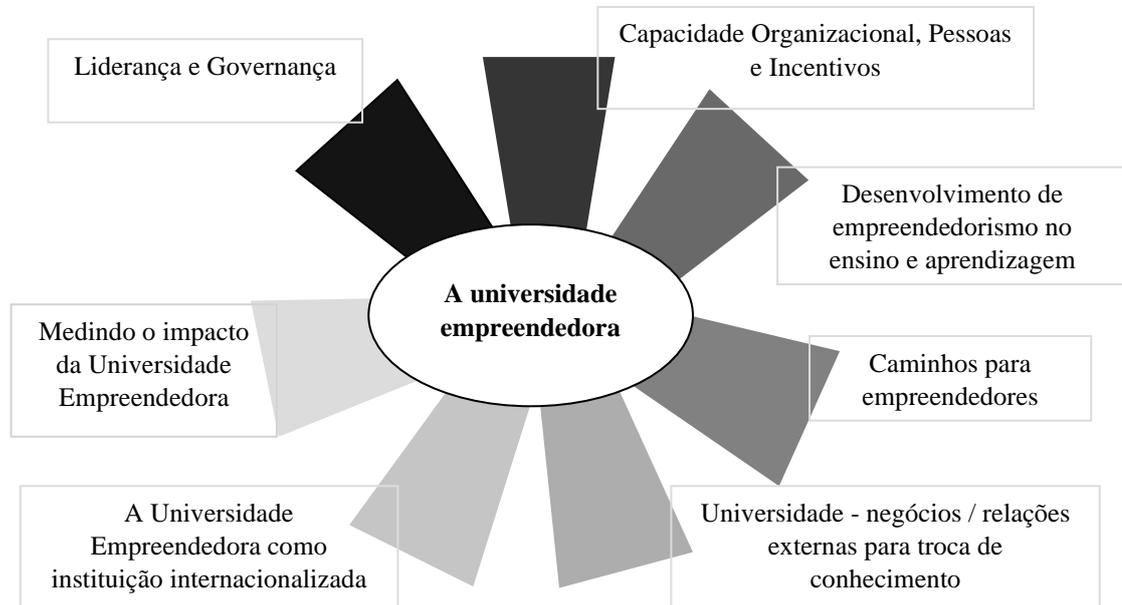
Sobre o envolvimento com a localidade e outras partes interessadas, ainda na Grã-Bretanha, os autores analisam que “o desenvolvimento tem sido desequilibrado em termos da criação de um envolvimento igual de todos os grupos de intervenientes [...]”, pois, “[...] pequenas empresas e empresários locais e suas associações, comunidades locais e organizações não-governamentais (ONGs) e ex-alunos têm desempenhado um papel menor em relação ao das empresas e autoridades locais” (GIBB; HANNON, 2006, p. 10, tradução nossa). Ou seja, o acesso aos conhecimentos produzidos em parcerias com a comunidade tem beneficiado grupos privilegiados.

Já a influência para aspirações dos graduados em relação ao *autoemprego* tem sido reconhecida socialmente, visto as transformações no mundo do trabalho moderno. Nesse sentido, Gibb e Hannon (2006, p. 10, tradução nossa) assinalam que “uma série de estudos demonstraram que, na sua maioria, os licenciados têm tido pouca compreensão ou sentimento do que é trabalhar numa pequena empresa, independentemente da criação ou propriedade de uma”. Desse modo, a formação para o empreendedorismo se constitui em um dos três pilares da universidade empreendedora, cujo conceito, na visão dos autores, torna o empreendedorismo uma estratégia central da universidade, cujo resultado é a criação de uma *cultura empresarial*, “definida particularmente como uma cultura aberta à mudança e à busca e exploração de oportunidades de inovação e desenvolvimento”³⁸.

2.4 O modelo de Universidade Empreendedora, segundo a OCDE

A OCDE (2012), reconhecendo a variedade de definições sobre a universidade empreendedora, apresenta sete áreas que considera fazerem parte das características deste novo modelo de universidade, ilustradas na Figura 1, a partir dos quais as IFES podem compreender esta lógica universitária, bem como aplicar em sua estrutura organizacional e acadêmica.

Figura 1 – Áreas que caracterizam a universidade empreendedora



Fonte: OCDE (2012).

O guia de orientação da OCDE (2012) tem como objetivo ajudar as instituições a identificarem em que situação se encontram quanto às características de uma universidade

³⁸ Ibid., p. 16.

empreendedora e, assim, conhecer seus *pontos fortes* e *pontos fracos*, de acordo com uma avaliação, cuja pontuação varia em uma escala de 0 a 10.

A Organização afirma que as transformações sociais e econômicas têm desafiado o ensino superior no que tange ao seu papel diante das novas demandas e o guia surge como uma resposta para o desenvolvimento da universidade empreendedora, que se resume pelo conjunto dos seguintes aspectos: “inovação em toda a sua pesquisa, troca de conhecimento, ensino e aprendizagem, governança e relações externas” (OCDE, 2012, p. 2). A orientação da Organização estabelece parâmetros que devem ser analisados por cada universidade para que tenham uma boa pontuação na avaliação (Quadro 11).

Quadro 11 – Parâmetros para caracterizar a Universidade Empreendedora

Áreas	Parâmetros
Liderança e Governança	Inserir o empreendedorismo na estratégia institucional com responsabilização de pessoas do nível estratégico organizacional pela agenda empresarial, podendo ser o Reitor; existência de um centro de empreendedorismo para coordenar as atividades empreendedoras; reduzir as barreiras burocráticas e maximizar a autonomia e propriedade individual de iniciativas das faculdades e unidades; apoiar o desenvolvimento regional, social e comunitário, o que inclui o fornecimento de instalações para outras pessoas de fora da instituição.
Capacidade Organizacional, Pessoal e Incentivos	Diversificar suas fontes de financiamento e reduzir a sua dependência de financiamento estatal/público; financiar ou apoiar adequado às atividades empreendedoras como parte do orçamento da universidade; ter mecanismos de relacionamentos internos como instalações compartilhadas entre faculdades, estruturas de pessoal, estruturas interdisciplinares, ensino interdisciplinar e grupos de pesquisa; usar atitudes empreendedoras e experiência como critérios no processo de recrutamento institucional; ter uma política formal de carreira e desenvolvimento para todos os funcionários, que aborda a agenda empresarial e é feito sob medida para seus próprios objetivos principais; ter incentivo e recompensas para os membros da equipe que apoiam ativamente o empreendedorismo e a criação de negócios, tais como desenvolvimento sabático, recompensas além critérios de pesquisa, publicação e ensino, professores trabalhando meio período por conta própria, escritório e espaço de laboratório para o desenvolvimento de atividades empreendedoras, reduzido carga de ensino, etc.
Desenvolvimento de empreendedorismo no ensino	Possuir estruturas específicas que facilitam o desenvolvimento empresarial em todas as atividades, devendo ter cargos como professor de empreendedorismo ou equipe sênior que são responsáveis pelo empreendedorismo no nível da unidade/corpo docente; oferecer seu ensino de empreendedorismo por meio de uma variedade de métodos em todos os departamentos; oferecer ensino e aprendizagem formal e informal e oportunidades de apoio à jornada empreendedora; ter mecanismos de avaliação dos resultados de aprendizagem esperados em relação a

	empreendedorismo; ter parcerias com comunidades, organizações locais, empresas, governo local e ex-alunos; revisar e atualizar continuamente a oferta de educação para o empreendedorismo.
Caminhos para empreendedores	Incorporar a conscientização em todas as faculdades e funcionários, em todas as áreas da universidade, sobre a importância de desenvolver uma gama de habilidades empreendedoras; encorajar funcionários e alunos a desenvolver mentalidades, comportamento e habilidades empreendedoras; oferecer oportunidades de vivência de empreendedorismo aos funcionários e alunos; fornecer aos indivíduos e grupos uma gama de serviços e oportunidades de apoio, tais como suporte da fase de <i>pré-start-up</i> até a fase de crescimento do desenvolvimento de negócios, disponibilizar serviços de mentoria para estudantes e empresários graduados; ter incubadoras para fornecer gratuitamente ou instalações subsidiadas, acesso a laboratórios, instalações de pesquisa e serviços de TI, coaching, mentoria, treinamento e acesso a financiamento.
Universidade - negócios / relações externas para troca de conhecimento	Deve estar comprometida com a colaboração e troca de conhecimento com a indústria, a sociedade e o setor público, sendo parte da política institucional; estar envolvida em uma série de parcerias abrangendo, por exemplo, organizações regionais e locais, pequenas e médias empresas, organizações sociais, escolas, ex-alunos e empresários; ter um sistema em vigor que permite a fertilização cruzada de conhecimentos e ideias de parques científicos e empresariais por, por exemplo, fornecendo espaços abertos para colaboração, palestras e organização workshops, reuniões com café da manhã e outros eventos e oportunidades de networking; oportunidade para funcionários e alunos se envolverem mais amplamente com o ambiente externo em uma série de atividades empresariais; ter mecanismos para apoiar a mobilidade do pessoal e alunos, com o ambiente externo.
A Universidade Empreendedora como instituição internacionalizada	Apoiar a mobilidade internacional por meio de programas de intercâmbio, bolsas de estudo, estágios no exterior e o uso de outros programas de mobilidade mais amplos; buscar e atrair funcionários internacionais e empreendedores (incluindo ensino, pesquisa e doutorado); ter um ambiente de ensino e aprendizagem adaptado a um ambiente mais global; ter ligações com outras redes internacionais, polos universitários de inovação e parcerias bilaterais com outras instituições.
Medindo o impacto da Universidade Empreendedora	Demonstrar que coleta evidências do efeito das atividades em sua agenda empresarial; avaliar o nível de engajamento com ensino e aprendizagem empresarial em todas as faculdades e departamentos; medir o impacto da educação para o empreendedorismo em diferentes fases da educação; ter critérios de sucesso definidos em relação à troca de conhecimentos (incluindo número de <i>spins offs</i> , patentes, novas ideias de pesquisa e novos relacionamentos).

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da OCDE (2012).

Os parâmetros observados indicam que, para uma universidade ser considerada empreendedora, essa cultura precisa estar institucionalizada em todos os níveis organizacionais, bem como todos os sujeitos acadêmicos (professores, alunos, funcionários) devem ser conscientizados e envolvidos em atividades empreendedoras. As orientações envolvem toda a

estrutura institucional, prevendo ações a serem desenvolvidas em diferentes áreas que vão desde gestão estratégica até o nível operacional, incluindo professores e funcionários.

Na área da *Liderança e Governança*, destacamos a diretriz da OCDE (2012) para a institucionalização do empreendedorismo na estratégia institucional e o apoio ao desenvolvimento regional. Essa premissa vai de encontro ao discurso de que as universidades precisam ter líderes com posicionamento e pensamento empreendedor para reconhecer oportunidade no mercado, ter coragem para assumir risco e administrar a instituição de maneira estratégica para se destacar na concorrência com outras IFES. A Organização orienta que a missão da universidade deve estar alinhada à agenda empresarial. Outrossim, a universidade deve incluir o desenvolvimento regional na nova missão universitária, mas o guia de orientação não detalha os sujeitos/setores que devem ser contemplados ou priorizados, nem os tipos de atividades que podem ser desempenhadas para que esse objetivo seja alcançado.

O item *Capacidade organizacional, pessoal e incentivos* se relaciona com a diversificação das fontes de financiamento, com vistas a menor dependência de recursos estatais. Essa orientação se alinha às políticas públicas educacionais mais recentes, no Brasil, em que o Estado tem se afastado do seu dever constitucional com o ensino superior público (AMARAL, 2017; REIS, 2017) e, conseqüentemente, induzido as IFES à captação de recursos junto ao setor privado para sustentar seu funcionamento (OLIVEIRA, 2000; CHAVES, 2005; ARAÚJO, 2015). Ou seja, a universidade se transforma em uma prestadora de serviços, de acordo com as demandas do mercado, implementando o empreendedorismo na sua atuação.

Com isso, a universidade deve ter uma política de incentivo, apoio e recompensa a iniciativas empreendedoras de funcionários, professores/pesquisadores, construindo um ambiente favorável para a implementação de ações que contribuam com o desenvolvimento empreendedor da instituição e com o seu melhor posicionamento frente à concorrência do setor.

Na área *Desenvolvimento de empreendedorismo no ensino*, a OCDE (2012) instrui que as universidades ofereçam o ensino de empreendedorismo, além de possuir professor com conhecimento no tema. Essa formação é vista por Costa (2009) como uma materialização da importância que o conhecimento e a teoria do Capital Humano têm recebido do capital, especialmente após a ascensão do neoliberalismo, que redefiniu as relações modernas de trabalho (TAVARES, 2018; ANTUNES, 2020) e tem imposto o empreendedorismo como um valor social a ser adquirido pelos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016). Desse modo, surge uma nova demanda do capital para o ensino superior: a formação empreendedora. O que a nosso ver interfere na autonomia e democratização do ensino superior.

Em *Caminhos para empreendedores*, a OCDE (2012) dá ênfase ao incentivo de práticas empreendedoras por alunos, funcionários e professores. As ações vão desde fornecer vivências de empreendedorismo, por meio da aproximação dos sujeitos acadêmicos com empresas, até a disponibilização de serviços como mentoria, incubadora, laboratórios, TI, e acesso a financiamento para a constituição de negócios. Ou seja, a universidade se torna um grande espaço com toda a estrutura necessária para fomentar e apoiar empreendimentos, o que, para alguns autores, seria a solução para o autoemprego (DRUCKER, 1987, DOLABELA, 2011; GIBB; HANNON, 2006).

Na área intitulada *Universidade - negócios / relações externas para troca de conhecimento*, destaca-se a parceria entre universidade e indústrias/empresas, sociedade e setor público. A relação para a troca de conhecimento, como expressa o próprio título, visa, também, a criação de oportunidade de parcerias que resultem em negócios, com fornecimento de espaços favoráveis para atividades de colaboração, palestras, organização workshops, reuniões com café da manhã e outros eventos e oportunidades de *networking* (OCDE, 2012). Essa atmosfera que se cria na universidade é o que a Brasil Júnior (2019) denomina como *ecossistema empreendedor*.

Em *Universidade empreendedora como instituição internacionalizada* dá especial destaque à internacionalização. A diretriz induz as universidades a constituir programas de mobilidade internacional, bem como captar pesquisadores estrangeiros e empreendedores e estabelecer parcerias bilaterais com outras instituições (OCDE, 2012). Essa relação global entre as universidades se situa no contexto da globalização e da competição internacional, em que os países detentores do conhecimento científico e tecnológico tem maior possibilidade de competir no mercado internacional (COSTA, 2009; AZEVEDO, 2015; THIENGO; BIANCHETTI, 2020). Nesse cenário, a universidade se torna objeto central para o desenvolvimento do país, conforme os interesses do mercado mundial e da visão internacional do trabalho, em que o Brasil mantém característica de país dependente econômico e, por isso, considerado como uma *semicolônia* (SANTANA, 2019), cuja produção econômica é determinada pela fração burguesa externa em articulação com a burguesia nacional (FERNANDES, 1975).

Por fim, no item *Medindo o impacto da Universidade Empreendedora*, a OCDE (2012) orienta que a universidade estabeleça indicadores que possibilitem a coleta e a avaliação dos resultados da implementação das ações anteriores, para verificar em que medida ela está conseguindo institucionalizar o empreendedorismo em sua estrutura e atuação. Os indicadores devem variar numa escala de 1 a 10, de acordo com o nível de aplicação de cada orientação.

Com isso, entendemos que os indicadores de desempenho já relacionados nos Relatórios de Gestão anuais representam um indicativo a ser utilizado pelas IFES, quando fazem o balanço final de suas atividades ao longo do período, visto a gradação da nota avaliativa é muito subjetiva.

Diante do exposto, tendo em vista as políticas públicas educacionais de desresponsabilização do Estado com as universidades federais e programas como o Future-se, que regulamenta a universidade empreendedora, no Brasil, e, ainda, a partir da compreensão dos conceitos que definem a universidade empreendedora e dos parâmetros da OCDE (2012), este trabalho tem como propósito analisar, no próximo capítulo, os Relatório de Gestão da UFPA (2012 – 2019) para identificar aproximações e evidências de práticas empreendedoras em suas atividades, assim como o PD) dos períodos 2011 – 2015 e 2016 – 2024.

CAPÍTULO 3 – EMPREENDEDORISMO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFPA: APROXIMAÇÕES E EVIDÊNCIAS

O presente capítulo contém a análise dos documentos da UFPA selecionados e categorizados, quais sejam, os PDIs mais recentes (2011-2015 e 2016-2025), assim como os Relatórios de Gestão (2012-2019). Desse modo, pretende-se alcançar dois objetivos: identificar possíveis evidências de elementos relacionados aos parâmetros de universidade empreendedora orientados pela OCDE (2012); verificar aspectos das ações institucionais que podem ser correspondentes às práticas desse modelo de universidade. Estruturalmente, o capítulo se divide em sete subseções, que equivalem as categorias identificadas na análise documental: 3.1 Desenvolvimento regional; 3.2 Captação de recursos públicos e privados; 3.3 Educação empreendedora; 3.4 Estrutura de apoio ao empreendedorismo; 3.5 Parceria com a sociedade civil e organizações públicas e privadas; 3.6 Internacionalização; 3.7 Indicadores de desempenho relacionados a atividades empreendedoras.

3.1 Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional, no Brasil, aparece como preocupação das políticas governamentais na República Velha, especialmente no Governo de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e da Ditadura Militar. Mas, já no período imperial, encontram-se precedentes de políticas regionais, em que se destacam os chamados Planos Viários centrados no processo de integração e ocupação das regiões brasileira, além de ações de combate à secas no Nordeste. Em 1828, Dom Pedro I regulamentou que a navegação fluvial, abertura de canais ou construção de estradas que perpassassem mais de uma província seriam responsabilidade do Ministro e do Secretário de Estado dos Negócios do Império, cabendo aos governos locais e provinciais as obras em suas respectivas localidades.

Diogo Antônio Feijó, regente do Império, assim como Dom Pedro I, também expôs suas intenções de conectar o país ao autorizar, em 1835, a construção de estradas de ferro que interligassem a capital (Rio de Janeiro) com Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Entretanto, o primeiro plano de viação geral somente foi proposto pelo conselheiro José Silvestre Rebelo em 1838, com o objetivo de construir três estradas reais que ligariam a capital ao então sudeste, noroeste e norte do Brasil, conforme o mapa 1, reconstituído pelo Ministério dos Transportes com base no Plano Rebelo (PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 15).

Vários planos foram elaborados no período monárquico com objetivos diversos: interligar as regiões, promover o aproveitamento econômico das potencialidades do interior, garantir a soberania nacional e o fortalecimento do governo central, entre outros. Os principais foram: Plano Moraes (1869); Plano Queiroz I (1874) e II (1882); Plano Rebouças (1874); Plano

Bicalho (1881); Plano Bulhões (1882); e Plano Geral Viário (1886) (Brasil, 1974). O intuito de cada plano era, respectivamente: interligar e facilitar a comunicação do país pelas bacias hidrográficas, formando uma ampla rede de navegação fluvial; integração ferroviária mais complexa do litoral ao interior do país; interligar todo o Brasil por ferrovias e hidrovias verticais (norte-sul), com ênfase na região amazônica, especialmente Parauapebas, no estado do Pará; interligação fluvial, fazendo um contraponto à mentalidade ferroviária da época; interligação pelo leste-oeste, norte-sul, noroeste e central-sul, que seriam os grandes troncos de integração do país e interligariam os estados interioranos de Mato Grosso e Goiás, assim como os estados do Norte e do Nordeste (PORTUGAL, 2018; PORTUGAL; SILVA, 2020).

Com isso, verifica-se que os planos de desenvolvimento imperiais estavam relacionados à interligação, por motivos econômicos e políticos, ou à necessidade de “civilização” do território brasileiro. Todavia, a perspectiva regional, nesse contexto, visava ocupar fisicamente as vastas porções do território, “sob viés geopolítico de apropriação material de determinadas regiões, com o objetivo de garantir a unidade e a soberania nacional, sobretudo das áreas que hoje compreendem o Norte e o Centro-Oeste do país [...]”. Importante registrar, também, que “[...] no caso das políticas regionais, estas surgem, estrito senso, apenas no início do século XX. Ainda assim, algumas políticas que hoje seriam consideradas setoriais apresentavam abordagem regional já no Império e no início da República Velha (PORTUGAL; SILVA, p. 23, 2020).

Sobre as ações de combate às secas no Nordeste, já entendidas como um problema regional desde o período colonial (1500-1822), a literatura informa que as ações do Império foram pontuais entre as quais se destacam: o estabelecimento de um sistema de irrigação, a criação de um porto em Fortaleza e de estradas de ferro, além da construção de açudes. A canalização do Rio São Francisco, por exemplo, já tinha sido solicitado por “Jaguaribe a Dom João VI, que, por sua vez, deixou a empreitada para Dom Pedro I, que não a levou adiante”³⁹.

Na República Velha, demarca-se a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (Iocs) pelo presidente Nilo Peçanha, instituída pelo Decreto no 7.619, de 21 de outubro de 1909, vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, posteriormente transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. Cabia à Inspetoria a responsabilidade era a realização de estudos e obras de combate às secas, sendo dividida em várias seções entre os estados do Piauí e o norte de Minas Gerais. Constituíam ações desse órgão: a perfuração de poços e a construção de estradas de rodagem, de açudes públicos e de

³⁹ Ibid., p. 25.

reservatórios; além de ser competente para fiscalizar e identificar lugares onde as obras deveriam ser executadas por estados e municípios.

A partir dos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, as secas foram reconhecidas como um problema regional, através do art. 177, da CF de 1934, que propôs a “a formação de um plano sistemático e permanente, a cargo da União, contra os efeitos das secas, inclusive com valor mínimo de aplicação da receita tributária”⁴⁰. Desse modo, a problemática das secas foi constitucionalizada, o que possibilitou a implementação de políticas permanentes voltadas para o assunto. Já no período democrático e republicano de 1891 até 1937:

a fragilidade do governo federal em face da força das oligarquias regionais não produziu uma ação estatal estratégica e estruturada no tocante à problemática regional no Brasil, ainda que tivesse sido criada uma instituição específica para o enfrentamento dos problemas numa porção do território nacional – a Iocs, posteriormente transformada em Ifocs – e que a problemática regional tenha sido reconhecida pela Constituição de 1934. Note-se que não havia um projeto de desenvolvimento que englobasse os problemas regionais sob a ótica nacional nem o delineamento de uma região complexa, conforme um conjunto de critérios de distintas naturezas, como o que ocorreu a partir do final dos anos 1950 (PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 32-33).

A Constituição de 1946, por sua vez, possibilitou a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), fundamentada no art. 29 da referida Carta Magna, a qual foi instituída como uma empresa pública com autonomia financeira e administrativa, diretamente vinculada à Presidência da República. Assim:

As entidades existentes na região com a mesma finalidade passariam a ser orientadas e fiscalizadas pela CVSF, à qual caberia elaborar o Plano Geral de Aproveitamento do Vale do São Francisco (que foi elaborado em 1950), objetivando a regularização do curso de seus rios, a melhor distribuição de suas águas, a utilização de seu potencial hidrelétrico, o fomento da indústria e da agricultura, o desenvolvimento da irrigação, a modernização dos seus transportes, o incremento da imigração e da colonização e a assistência à exploração de suas riquezas (PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 40).

Também ficou previsto na CF de 1945 que 7% do orçamento da União seria destinado para problemas regionais na Amazônia e no Nordeste, o que demonstra a importância dada pelo Estado brasileiro aos problemas regionais e intensificação de ações por meio de planejamentos.

Em 1952, surge o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a finalidade de gerenciamento estatal de recursos destinados a obras contra as secas, além do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) em 1953. Já em 1959, com o Governo Juscelino Kubitschek,

⁴⁰ Ibid., p. 23.

surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sendo um marco institucional para o modelo de política de desenvolvimento regional no Brasil. Nesse período, as secas ganharam um viés econômico e político, transformando-se em um debate sobre desenvolvimento regional e nacional, todavia a Sudene permaneceu com sua área de atuação delimita ao polígono das secas, o que para Portugal e Silva (2020, p. 58) demonstra os “constrangimentos políticos e técnico-administrativos da atuação do Estado, e na conformação da regionalização do espaço brasileiro”.

Com a industrialização que vinha ocorrendo, no Brasil, “o problema regional saiu da integração e das secas para se transformar em um problema de desenvolvimento”.

Desenvolver significava industrializar, que impulsionaria investimentos privados para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) regional, gerando emprego e renda, cujos principais instrumentos eram os incentivos fiscais e financeiros (sistema 34/18) que atrairiam empresas concentradas no Sudeste, mais precisamente em São Paulo, não somente para o Nordeste, mas agora para outras regiões do Brasil (PORTUGAL, 2018, p. 10).

Nesse processo, a Sudene seria o órgão catalizador do desenvolvimento nordestino, através de subsídios às empresas que realizassem investimentos produtivos. Tendo em vista que São Paulo era o centro industrial do país, era necessário atrair investimentos e, ao mesmo tempo, desconcentrar a produção para reduzir as desigualdades regionais. Para isso, foram criados incentivos fiscais e financeiros, tais como o I Plano Diretor da Sudene aprovado, em 1961, que previu a dedução de 50% nas declarações de Imposto de Renda (IR) das empresas que reinvestissem ou aplicassem em indústrias consideradas prioritárias pela autarquia. Em 1963, estes incentivos foram ampliados para projetos agrícolas no II Plano Diretor, podendo descontar até 75% do IR para aplicação no Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), os quais “e seriam recolhidos para uma conta bloqueada no BNB e serviriam para financiar atividades sob a égide da Sudene, desde cobertura de risco cambial até construção de habitações populares”⁴¹.

No período militar, alguns aspectos do Plano de Desenvolvimento Regional, que teve considerável influência de Celso Furtado – Superintendente da Sudene entre 1959 e 1964 – foram esquecidos e outros consolidados, tendo o desenvolvimento regional se tornado o novo eixo da política de desenvolvimento, porém totalmente desvinculado das reformas sociais. Assim, houve modificações nas antigas instituições regionais: a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) para Sudam na Amazônia, a Fundação Brasil Central se

⁴¹ Ibid., p. 10.

transformou em Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), a Superintendência do Plano de Valorização da Região da Fronteira Sul e Sudoeste do País (SPVERFSP) em Superintendência do Desenvolvimento do Sul (Sudesul), no sul do país e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE); e novas foram criadas, como a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para a parte ocidental da Amazônia⁴².

Saindo de uma visão nacional-desenvolvimentista, com as crises do petróleo em 1974 e 1979, as políticas públicas foram reconfiguradas, uma vez que:

O próprio desenvolvimento econômico começou a ser questionado, já que a produção e o consumo em massa, que eram a tônica até então, geravam efeitos cada vez mais adversos para o meio ambiente, como o aumento da poluição do ar, da água e da terra. O desenvolvimento sustentável surge, então, como uma contestação ao modelo vigente, trazendo a dimensão ambiental para o debate (PORTUGAL, 2018, p. 13).

Se, antes, o Estado era um facilitador do desenvolvimento regional, após a neoliberalização do país, ele passou a ser um incentivador. Nesse período, instituições regionais como Sudeco, Sudesul foram extintas, assim como o Ministério do Interior, em 1990, “ou ficaram restritas a gerenciar os fundos de investimento (Sudam e Sudene) direcionados para a iniciativa privada, ou seja, a sua participação dentro do Estado diminuiu”⁴³.

O Estado brasileiro foi se reconfigurando, bem como a sua política de desenvolvimento regional. O governo federal diversificou nas últimas duas décadas os seus investimentos, extrapolando a questão da infraestrutura econômica que marcou os anos 1950 a 1970. As instituições regionais, fortes no período anterior, passaram por um processo de

⁴² Os Planos Diretores das superintendências perderam a autonomia pensada, mas por outro lado se tornaram capítulos de Planos Nacionais. Nos anos 1970, foram realizados três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) com uma concepção nacional de desenvolvimento e as regiões-problema tinham as suas funções dentro dessa estratégia. O Brasil experimentou entre 1969 e 1974 um período de grande crescimento, conhecido como “milagre econômico”, o que intensificou o processo de substituição de importações e a integração econômica das regiões [...]. O II PND foi o mais ambicioso em matéria de investimentos e aprofundou o modelo nacional-desenvolvimentista, mas representou uma mudança na direção do Estado em relação às principais regiões-problema. A modernização da agropecuária ganhou destaque, especialmente no Nordeste e Centro-oeste e a Amazônia se transformou na fronteira de expansão. Rica em minérios e com um vasto terreno a explorar, a sua integração passou a ser fundamental para: consolidar interesses geopolíticos do Estado na região e não apenas de integração de mercados; avançar em grandes projetos hidrelétricos, de agricultura, pecuária e mineração; e acalmar interesses sobre a reforma agrária ao intensificar o PIN e o PROTERRA, criados em 1970/1971, o primeiro como estímulo para colonização da Amazônia “Uma terra sem homens para homens sem-terra” e o segundo para melhoria da produtividade das agroindústrias instaladas nas regiões [...] O que se destaca é que na época, os problemas regionais foram vistos como nacionais pelo Estado e pode-se considerar que este foi o período áureo das Políticas de Desenvolvimento Regional. Foram grandes investimentos em infraestrutura, agricultura, indústria que modificaram configurações sociais e econômicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as principais macrorregiões foco das ações de Desenvolvimento Regional do Estado brasileiro, mesmo que isso não tenha modificado as estruturas do subdesenvolvimento e trazido melhoria de vida para a maior parte da população (PORTUGAL, p. 11-12).

⁴³PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 81.

“enfraquecimento mais acentuado, os fundos de investimentos foram revistos e a ideia de desenvolvimento pela industrialização perdeu força relativa em face da complexificação da noção de desenvolvimento” (POTUGAL; SILVA, 2020, p. 79).

Uma mudança mais significativa e deprimente para o desenvolvimento regional se deu em 1997, quando incentivos fiscais, que alimentavam os Fundos de Investimento, foram tiveram suas alíquotas reduzidas, gradativamente até 2013, quando, enfim, zeraram, revelando que os incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento regional seriam extintos no longo prazo. As Agências reguladoras ganham espaço, então, ganham espaço, bem como o setor público não estatal (terceiro setor) (organizações não governamentais e sem fins lucrativos) para gerenciar atividades antes do Estado e ganham mais relevância os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União. Essas mudanças ocorrem sob influência do Banco Mundial e a governança recebe destaque nas ações do Estado (PORTUGAL, 2018).

O Governo petista, em 2003, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – normatizada pelo Decreto nº 6.047/2007 – Com isso, o Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, com o objetivo de reduzir as desigualdades do nível de vida entre as regiões e equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. “Na assertiva surgem duas importantes diferenças em relação ao passado: Enfoque na vida e não na renda e o acesso a oportunidades” (PORTUGAL, p17). Assim, o PNDR foi ressignificado em alguns aspectos da política regional dos anos 1960 e 1970, partindo do princípio de que a renda é uma condição necessária para o desenvolvimento, porém não suficiente. Com isso:

[...] além da esfera econômica, passou a abranger as esferas social, ambiental e a escala local; o arrefecimento da administração gerencialista, além da emergência do neodesenvolvimentismo, todos associados ao papel do Estado e das políticas públicas; o predomínio do modelo *top-down* (políticas elaboradas no topo da hierarquia administrativa do Poder Executivo federal), embora se tenha buscado a conjunção com o modelo *bottom-up* (políticas elaboradas pelos governos locais); a complexificação das teorias centro-periferia em face do novo contexto da globalização; e a nova conotação da urbanização, agora transmutada no fato urbano (PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 101).

Dessa maneira, o desenvolvimento regional foi tratado de diferentes formas, modificando-se ao longo das transformações sociais e do Estado brasileiro, “mas sempre atuando no processo de produção do espaço, seja no sentido de reforçar a configuração espacial vigente, seja no de criar novas formas de uso e ocupação do território” (PORTUGAL; SILVA, 2020, p. 116). Ou seja, antes mesmo de se discutir a universidade empreendedora, que tem como um de seus parâmetros o desenvolvimento regional, este tema já estava no centro dos

debates das políticas públicas do Brasil, marcadas desde a criação de superintendências até à implementação de políticas públicas sociais⁴⁴ e dois PNDRs nos períodos mais recentes.

No que tange especificamente ao parâmetro *Liderança e governança* para a universidade empreendedora, enfatiza-se a orientação para *apoiar o desenvolvimento regional, social e comunitário, o que inclui o fornecimento de instalações para outras pessoas de fora da instituição* (OCDE, 2012). Nos PDIs (2011 – 2015) e (2016 – 2025), identificou-se na agenda da UFPA a preocupação com o desenvolvimento regional e socioeconômico. Nesse contexto, importa relacionar o Decreto nº 9.810 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos objetivos são:

- I - promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
- II - consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;
- III - estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; e
- IV - fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de **commodities** agrícolas ou minerais (BRASIL, 2019b, art. 3º, grifos do autor).

A intenção desta política pública é reduzir a desigualdade regional brasileira, especialmente a socioeconômica, buscando interiorizar o desenvolvimento para as localidades com os menores indicadores, aumentar a produtividade e a competitividade intra e extrarregional, além de agregar valor e diversificar a economia local, considerando a geração de renda e a sustentabilidade, especialmente nas regiões onde se concentram a produção de *commodities*. Ressalta-se que a atividade econômica predominante na estrutura produtiva brasileira está atrelada à exportação de *commodities*, ao mesmo tempo em que houve uma redução na participação da indústria da transformação no PIB, nas últimas décadas - como consequência da reestruturação organizacional e produtiva das empresas e do enxugamento dos quadros de funcionários, decorrentes da abertura comercial (SANTANA, 2019).

A UFPA se propõe a colaborar com o desenvolvimento da Amazônia, especialmente do estado do Pará, de maneira sustentável e, concomitantemente, subsidiar a geração de emprego

⁴⁴ “Programas temáticos sem a perspectiva regional, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, apoio à universidades e institutos federais no interior do país, realizados pelos Ministérios, em alguns casos com participação de estados e municípios, atingiram indiretamente dimensões do desenvolvimento e territórios alvos da PNDR[...]”, apesar de não “[...] sem atentar à Política Regional, que na sua formulação deveria ser o paradigma para o desenvolvimento nacional, como no passado, o que necessitava de poder político entre as políticas públicas do Estado e não de governança “neutra” e articuladora (PORTUGAL, 2018, p. 21-22).

e renda para a população local. Essa premissa está evidenciada em seu estatuto e em seus recentes PDIs:

Cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no **atendimento de serviços de interesse comunitário frente às mais variadas demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável**, ambientalmente segura e socialmente justa (UFPA, 2006, art. 3º, III, grifos nossos).

A Universidade Federal do Pará, pela sua condição de universidade pública e de maior centro de ensino superior e de pesquisa da região amazônica, **está obrigada a planejar-se em função dos desafios postos ao desenvolvimento regional e do Estado do Pará**, em particular. (UFPA-PDI 2011-2015, p. 35, grifos nossos).

O ambiente amazônico em que a Universidade Federal do Pará se desenvolve adiciona dinâmicas que também condicionam a sua atuação de modo importante. [...] **Produzir conhecimento básico sobre os recursos naturais da Amazônia e desenvolver tecnologias para explorá-los de modo sustentável**, garantindo riqueza e renda para a população, é parte da agenda necessária para a maior universidade da região e um requisito para a superação da desigualdade e da pobreza no estado do Pará. (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 6, grifos nossos).

Ao longo dos PDIs (2011 – 2015; 2016 – 2025) e dos Relatórios de Gestão (2012 – 2019), o desenvolvimento regional que a UFPA visa estimular está relacionado, em grande medida, à produção agrícola, a extração florestal, e outras formas de exploração dos recursos naturais amazônicos, aliadas à conservação ambiental, o que, em termos de produção econômica, representa apenas uma continuidade do modelo da cadeia produtiva brasileira. Isto está evidenciado, também, nos dois últimos PDIs analisados, inclusive compondo a estratégia da proposta de criação de uma nova universidade na região, a Universidade Federal do Nordeste do Pará (UFNEPA), em Bragança, no nordeste paraense, conforme os trechos a seguir:

A UFPA tem a grande missão de oferecer um maior auxílio às empresas agrícolas, contribuindo para que se tornem mais produtivas em uma área menor, ou seja, tornando-as mais eficientes, já que a expansão agrícola é uma das principais responsáveis pelo desmatamento brasileiro. **Também é importante a evolução em pesquisas sobre produtos agrícolas mais resistentes a pragas e produtos agrícolas orgânicos que não prejudicam o solo e o ser humano** por não utilização dos agrotóxicos. A agroecologia promove um desenvolvimento territorial rural, pela utilização efetiva de mão de obra e formação de arranjos produtivos locais, mostrando que meio ambiente e atividade econômica podem conviver juntos (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 27, grifos nossos).

Quanto aos potenciais ambientais do Pará e região amazônica, é preciso se adequar às tendências mundiais e aumentar o mercado. **A produção de bioenergia nos EUA com o aproveitamento do milho, e na Europa com o da beterraba** para a utilização, principalmente como combustíveis para os automóveis, **é uma tendência importante para que a UFPA** continue suas pesquisas em produtos regionais com teor bioenergético para atender a uma maior demanda da sociedade e desenvolver sustentavelmente o Pará (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 28, grifos nossos).

A proposta de criação de mais uma universidade federal [Universidade Federal do Nordeste do Pará - UFNEPA] significaria um incremento na oferta no número de cursos regulares de 9 para 50, com uma oferta total de cerca de 2000 vagas nos cursos de graduação e mais de 100 vagas na pós-graduação. **A grade de oferta de cursos seria voltada principalmente para temas vinculados ao desenvolvimento regional, tais como pesca, aquicultura, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, turismo, história, saúde, economia, biotecnologia, engenharias, geologia, paleontologia, petrologia etc** (UFPA-PDI 2011-2015, p. 146, grifos nossos).

Desse modo, a ações voltadas para o desenvolvimento regional, de forma sustentável, está inserido no planejamento institucional da UFPA. Importante reforçar que, tendo em vistas os objetivos da pesquisa, analisou-se exclusivamente os documentos de gestão (PDIs e Relatórios de Gestão), o que não possibilita apreender possíveis contradições entre o que está escrito e o que, de fato, é executado, além de como e com que meios são desenvolvidas essas atividades. Portanto, é relevante um estudo mais aprofundado, especificamente sobre esse tema na Universidade, para que seja possível analisar em que medida os propósitos de desenvolvimento regional sustentável estão sendo cumpridos e se atendem aos interesses coletivos da sociedade amazônica.

Outro aspecto referente ao parâmetro *Liderança e governança* da universidade empreendedora (OCDE, 2016), em conjunto com o desenvolvimento regional, é a inserção do empreendedorismo na estratégia institucional. A PNRD, também, visa estimular o empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento regional. Observada a convergência entre a orientação da OCDE e a referida política nacional, a UFPA sugere promover o empreendedorismo local, especialmente no interior do estado, como uma alternativa à geração de renda para a comunidade, através do turismo e da cultura local.

Ao se expandir por meio dos campi para o interior do estado, a **UFPA está promovendo uma alternativa aos moradores daquela região** e mostrando que não necessariamente precisa acontecer a migração do interior para a cidade para que se consiga ter acesso ao conhecimento. Sendo assim, a UFPA tem que intensificar atividades para o meio rural e contribuir para evitar o êxodo dos jovens, evidenciando que o meio rural também é um local de oportunidades. Para isso, é preciso mostrar que essa área não é somente agrícola e sim **um local onde o turismo, a história e a cultura estão presentes e são formas geradoras de renda para as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas**, ou seja, tornar o meio rural multifuncional para a população que lá vive. (UFPA-PDI 2016-2025, p. 27, grifos nossos)

Além disso, a instituição possui um programa de incentivo aos pequenos empreendedores da agricultura, a “Feira da Agricultura Familiar”, por meio do qual capacita as famílias para a expansão de seu negócio e oferece espaço na universidade para viabilizar a comercialização de seus produtos direto aos consumidores.

A Feira da Agricultura Familiar congrega ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão, por ser um espaço com perspectivas de sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental. **Pequenos agricultores são acompanhados e orientados por uma equipe multidisciplinar** que realiza visitas técnicas às unidades produtivas e cursos de capacitação, **culminando com a apresentação de seus produtos ao público, na feira realizada duas vezes ao mês**, no campus sede da UFPA. Atualmente, o Programa reúne 38 (trinta e oito) pequenos produtores cadastrados, oriundos de 10 municípios (UFPA, 2019, p. 57, grifos nossos).

Por meio da feira, pequenos empreendedores da agricultura comercializam seus produtos e ganham novas oportunidades para expandir seus negócios. Retomada no mês passado, a ação oferece produtos de boa qualidade e preço acessível para a comunidade local. **A feira conta com diversos expositores de frutas, verduras, hortaliças, mariscos, plantas e farmacologia natural.** Diante da importância dessa ação, o local de comercialização acaba se tornando um local para educar as pessoas a terem uma boa alimentação e boa qualidade de vida (UFPA, 2021, *online*, grifos nossos).

Desse modo, identificou-se o empenho da UFPA no desenvolvimento regional e/ou econômico e social, particularmente por meio do fomento à exploração de recursos naturais da Amazônia de maneira sustentável. De acordo com Etzkowitz (1998) e Audy (2006), o desenvolvimento socioeconômico constitui a *terceira missão* da universidade empreendedora, como parte de uma nova demanda para o ensino superior, advinda das transformações globais do mercado. Todavia, pensar em desenvolvimento regional com foco apenas ou predominantemente na produção de *commodities* ou ainda na pequena produção agrícola, por exemplo, está longe das *ações estruturantes para o desenvolvimento nacional* necessárias ao Brasil, principalmente se considerar a globalização e internacionalização universitária, que exige investimentos em grandes projetos de pesquisa, desenvolvimento de alta tecnologia, grande centro para a aproveitamento da biodiversidade da Amazônia, entre outros (LEHER, 2020).

3.2 Captação de recursos públicos e privados

De acordo com a OCDE (2012), esta área envolve diferentes aspectos, dentre os quais se destaca a diversificação das fontes de financiamento e redução da dependência de financiamento estatal/pública. É indubitável a grande possibilidade de identificar esse processo nas universidades federais brasileiras, haja vista a reforma neoliberal do Estado, desde o início dos anos de 1990, em que as políticas públicas sociais passaram a ser mais focalizadas e o espaço de atuação governamental diminuído, deixando as universidades com menos recursos e induzindo-as a buscarem alternativas para angariar receitas (OLIVEIRA, 2000; ARAÚJO, 2015; REIS, 2017).

A reforma gerencial do Estado, compreendida pelo conjunto de políticas neoliberais implementado, no Brasil, refletiu diretamente no financiamento das universidades federais. Seguindo orientações do Banco Mundial, os governos brasileiros passaram a questionar os “vultosos” recursos destinados às IFES e indicar a “priorização” da educação básica nos gastos públicos, sob o argumento de que nas universidades estão as pessoas mais privilegiadas da sociedade (REIS, 2017). Com todo o contexto de corte de gastos para as universidades federais, estas instituições se viram diante da necessidade de buscar novas fontes de arrecadação de recursos. A parceria público-privada (cuja lei foi aprovada em 2004) foi a alternativa encontrada para garantir as condições de funcionamento das IFES. Assim, a fronteira entre o público e o privado ficou cada vez menos evidente com a prestação de serviços acadêmicos, os quais se configuram como mercadoria a ser oferecida no mercado.

Desse modo, os organismos multilaterais, tais como Banco Mundial e OCDE, tem orientado as políticas para as universidades públicas brasileiras, especialmente as federais, com um discurso que desprestigia as IFES, sob o argumento de haver altos custos e ineficiência na gestão e aplicação dos seus recursos, além de afirmar que a maior parte dos alunos pertencem a famílias ricas⁴⁵, sugerindo a cobrança de mensalidades para, supostamente, diminuir a desigualdade de acesso à educação superior pelos mais pobres (BANCO MUNDIAL, 2017). Seguindo essa concepção, o plano de reformas do Estado brasileiro tem implementado cortes no financiamento universitário, induzindo as universidades a diversificarem suas fontes de recursos, cuja alternativa principal é parceria com o setor privado, com ofertas de serviços acadêmicos como cursos, consultorias, pesquisas, entre outros (OLIVEIRA, 2000; CHAVES, 2005; ARAÚJO, 2015).

Neste estudo, buscou-se analisar, nos PDIs e Relatórios de Gestão selecionados, da UFPA, evidências referentes à diversificação das fontes de financiamento, característica da universidade empreendedora (OCDE, 2012). Assim, identificou-se, em diferentes trechos dos

⁴⁵ De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com base na *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*, em 2018, do total de discentes, 29,9% estão ocupados (as), ou seja, trabalham; 40,6% estão desocupados (as), o que significa que não trabalham e estão à procura de trabalho; e 29,5% são inativos, isto é, não trabalham e não estão à procura de trabalho. Sobre o tipo de transporte para locomoção até a universidade, 51,4 utilizam transporte público, o que é mais frequente entre alunos da região Norte (21,6%) e Nordeste (21,5%). No que tange ao aspecto de renda, “Quando se considera apenas os (as) estudantes dentro da faixa de renda mensal familiar per capita de ‘Até 1 e meio SM’, 37,9% têm renda per capita de ‘Até meio SM’ e 76,3% de ‘Até 1 SM’. Ou seja 3 a cada 4 estudantes que atendem ao perfil de renda definido pelo Decreto que dispõe sobre o PNAES têm renda per capita na faixa de ‘Até 1 SM’” (ANDIFES, 2018, p. 29). Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 7 mar. 2020.

documentos, a indicação explícita de captação de recursos próprios pela Universidade como uma alternativa à redução do repasse financeiro às IFES pelo Governo Federal (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 69):

[...] O incentivo à produção qualificada, que é expresso não apenas pela produção bibliográfica, mas pela **captação de recursos (via financiamento de pesquisas), registro de patentes, produção artística**, entre outras expressões da pesquisa e da experimentação realizada em âmbito acadêmico, conformam os princípios adotados por esta universidade (grifos nossos).

Foi evidenciada a ampliação de captação de recursos de setores governamentais e não-governamentais, em que se pretende “aumentar o volume de recursos com o intuito de ampliar a receita financeira da UFPA para viabilizar as ações acadêmicas e gestão planejadas, bem como a participação de um maior número de estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão” (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 38). Esta tem sido uma preocupação da Universidade, identificada na análise documental “[...] para que a UFPA prossiga com sua missão e desenvolva integradamente a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão [...], pois, conforme expressa o texto documental “[...] considerando que investimentos regulares externos para extensão são mais restritos, há que se investir em parcerias, convênios e cooperações para ampliar a captação de investimentos [...]”, tendo em vista que “[...] não há previsão de aumento de recursos disponibilizados pelo MEC para as Instituições de Ensino Superior” (UFPA, 2018, p. 72). Nesse sentido, destaca-se a implantação da FADESP, aprovada juntamente com o Regimento Geral da UFPA pelo Conselho Federal de Educação, através da Portaria 1.307 de 02/09/1970 (UFPA-PDI, 2016-2025), instituída com o fim de intermediar negociações de contratos e convênios entre a Universidade e o setor empresarial.

Vale enfatizar que “as diversas Unidades da UFPA são as responsáveis pela articulação com as instituições governamentais e não governamentais para identificação de oportunidades e captação de recursos externos”. (UFPA, 2018, p. 19), ou seja, toda a Universidade deve estar engajada na busca de oportunidade para angariar receitas públicas ou privadas. Essa configuração de descentralização em relação à sustentabilidade financeira da UFPA, especificamente à captação de recursos, pode ser explicada pelo fato de a instituição não dispor de “[...] uma política que centralize todas as captações de recursos [...]”, por isso, “[...] suas diversas unidades têm autonomia para buscar financiamento de seus projetos. E assim estão habilitadas para captarem agentes financiadores” (UFPA, 2016, p. 214).

De acordo com o Relatório de Gestão (2019), a obtenção de receitas por iniciativa próprias da UFPA tem contribuído “para a melhoria de processos relevantes e para a busca de

transformação da educação superior [...]”. Através dos recursos adicionais, a Universidade afirma que tem conseguido estimular suas comunidades e desenvolver “[...] a qualidade e a pertinência do ensino, além de aquisições de equipamentos e reformas em prédios” (UFPA, 2019, p. 19). Com isso, entende-se que a arrecadação própria tem sido utilizada, também, para a manutenção da estrutura institucional, bem como a compra de insumos necessários às atividades acadêmicas e administrativas.

Os recursos oriundos de arrecadação própria são aplicados de acordo com o objeto do instrumento que os formalizam (contratos, convênios, acordos de cooperação...) e **contribuem para a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão**, ajudando na melhoria da qualidade e consolidação dos mesmos, por meio de **pagamento de bolsas para estudantes, aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, melhoria de infraestrutura** de salas de aula (UFPA, 2016, p. 216, grifos nossos).

Esse movimento de parceria público-privada, na UFPA, foi evidenciado por Araújo (2015) que analisou a parceria entre a UFPA – *campi* Altamira, no Pará, com a empresa concessionária da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, resultando no financiamento privado da expansão do ensino e da infraestrutura da UFPA nessa localidade.

Os valores dos projetos chamam atenção pelo volume de recursos envolvidos. O financiamento vem sendo utilizado na aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas aos professores e alunos, custos de passagens e diárias e demais atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos. Representa, dessa forma, uma renda adicional ao salário do docente (ARAÚJO, 2015, p. 233).

A autora explica ainda que os recursos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), objeto da parceria, são “previstos para serem investidos, durante 20 anos, nos municípios da área de influência da Usina [...]” e foram disputados “[...] por distintas entidades das esferas pública e privada”. E, apesar do incremento das receitas dessa parceria na infraestrutura e folha de pagamento do *campus* universitário de Altamira, os dados coletados na investigação de Araújo (2015, p. 240) revelaram que ainda não havia, efetivamente, “[...] impacto na oferta de vagas no ensino de graduação, que se manteve estável, apesar do crescimento do corpo técnico-administrativo e docente.

Desse modo, no que tange ao parâmetro *Capacidade Organizacional, Pessoas e Incentivos*, em que a OCDE (2012) orienta as universidades a diversificarem suas fontes de recursos, a UFPA se insere em um novo paradigma do ensino superior, pautada no empreendedorismo, cujo efeito é a privatização de parte do seu financiamento, subsidiado por empresas privadas, que mantém seu funcionamento desde a compra de materiais até o

pagamento de pessoal, ao passo em que tende a cumprir uma nova funcionalidade na *sociedade de conhecimento*: produzir informações para o capital financeiro (CHAU, 2003).

Essa nova concepção de universidade, sob a ótica neoliberal, é o que Chaui (2003) denomina de *universidade operacional*, o que significa a transformação da IFES, enquanto *instituição social*, em *organização social*. A primeira, tendo como referencial a sociedade, está preocupada em analisar, questionar, criticar e explicar as questões sociais historicamente construídas pelos sujeitos, enquanto elemento importante na luta de classes e para a superação do *status quo*, ao qual estão submetidos os povos oprimidos (FREIRE, 2005), enquanto a segunda, voltada para sua própria existência comercial, apenas visa o sucesso de suas ações, baseadas em estratégias de eficiência e competição diante dos seus concorrentes, de acordo com a demanda do mercado. Nesse cenário, a universidade é o meio através do qual o capital monopolista se apropria do fundo público e da produção do conhecimento para a sua acumulação.

De acordo com o Relatório de Gestão (2016), a UFPA possui diversas atividades de prestação de serviços que subsidiam a arrecadação própria e constituem uma *janela de oportunidade para a captação de receitas*. No âmbito de sua política de gestão, encontram-se *macroprocessos finalísticos*, os quais envolvem diversos *produtos e serviços*, cujos clientes incluem empresas públicas e privadas e organizações internacionais. Assim:

Os macroprocessos de Pesquisa e Extensão atuam em várias modalidades e permitem a captação de receita muitas vezes fora do âmbito de distribuição de recursos, tais como:

- Interações Acadêmicas que contemplam contratos e convênios firmados com a Universidade por meio de um projeto oriundo de um professor ou técnico, podendo ser cursos, consultorias, pesquisa aplicadas a pedido de empresas ou outros;
- Projetos de Pesquisa que podem ser realizados com órgãos de Governo como CAPES e CNPQ, outros ou ainda com empresas privadas no âmbito de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento);
- Eventos normalmente relacionados aos projetos de pesquisas ativos na UFPA. Estes eventos mostram à sociedade as atividades realizadas pela Universidade com seus alunos, parceiros, professores, entre outros;
- Cursos de Extensão que permitem uma larga interação com a sociedade. Estes cursos apresentam a peculiaridade de serem extremamente curtos e fornecerem certificados, sem o processo complexo de uma diplomação. No entanto, contêm procedimentos de seleção e matrícula como nos macroprocessos de Ensino e, algumas vezes, envolvem procedimentos de pagamentos pelos alunos (UFPA, 2016, p. 28).

Para compreender essa prestação de serviços na UFPA, torna-se relevante a investigação de Ribeiro (2013) em que a autora analisou a difusão da gestão gerencialista na Universidade, no período de 2001 a 2011, sob a lógica das reformas do Estado neoliberal brasileiro, implicando em consequências para a participação da comunidade acadêmica nas decisões, bem

como para a autonomia universitária. Dessa forma, a autora evidenciou a gestão gerencialista na Universidade, conforme propôs o plano de reformas do Governo FHC, o que indica a aproximação da instituição ao mercado e, por efeito, a possibilidade de atendimento dos interesses do capital, modificando a organização institucional, conforme aponta a autora no trecho a seguir:

Vimos a materialidade desse processo de reforma sendo implementado no interior da UFPA, por meio: a) das práticas de planejamento do PDI e da reformulação estatutária; b) da escolha para reitores nos pleitos de 2001, 2004 e 2008; c) dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e cursos de especialização; d) da expansão do ensino à distância; e) da **expansão do caráter privado no interior da instituição**. Dentre outros aspectos, evidenciados nas observações realizadas nos Conselhos Superiores, o que contribui para afirmarmos que a organização administrativa da UFPA apresenta características inerentes aos princípios tayloristas/fordistas atualizados pela reforma do Estado no modelo “gerencialista neoliberal” (RIBEIRO, 2013, p. 258-259, grifos nossos).

Isso confirma que os objetivos do plano de reformas conduzido por Bresser-Pereira, na década de 1990, têm sido recepcionado e se expandido no interior das universidades e, nesse caso, também na UFPA. Para isso, as alterações normativas são essenciais à concretização das reformas no ensino superior. Esse é um dos elementos que se encontra em Ribeiro (2013), que também aponta divergências na elaboração do PDI e a reformulação do estatuto da UFPA no período de sua pesquisa. A autora afirma que os documentos não foram elaborados coletivamente, no âmbito institucional, além de serem determinados por dispositivos legais do Governo Federal, conferindo prejuízos à autonomia da instituição. Ainda, destaca que “diversos foram os objetivos em torno da universidade que se queriam construir – se democrática ou atrelada a interesses externos, bem como da gestão que a instituição desenvolveria”⁴⁶.

Nesse contexto, fica caracterizada a existência de conflitos internos na UFPA, em que se destaca o antagonismo de ideias e propostas dicotômicas de universidade, dividindo-se entre uma concepção característica de *instituição social*, voltada para a reflexão e questionamento dos problemas sociais, preocupada com a formação para a vida, socialmente referenciada, e, outra, alinhada à concepção de uma *organização social*, cujos princípios se orientam pelo mercado, com base na eficiência e competitividade, onde os objetivos particulares orientam as estratégias a serem adotadas (CHAUI, 2003). Enfatiza-se que é no segundo modelo que a universidade brasileira foi prevista no PDRAE de FHC, sendo considerada como um serviço não-exclusivo do Estado e, portanto, podendo ser privatizada, através da gestão gerencial. Isso

⁴⁶ Ibid., p. 261.

refletirá na mercantilização de serviços acadêmicos para setores do mercado, cuja relação público-privada altera a função social da instituição.

Chaves (2005) analisou as diferentes formas de privatização do público na UFPA, destacando que a cobrança por serviços iniciou em 1997, a partir de uma determinação do Conselho Superior de Administração (CONSAD), o que incluiu, inicialmente, serviços como “2ª via de documentos (diplomas, certificados, histórico escolar); revalidação de diploma de graduação e de pós-graduação; expedição de transferência para outras IES, certidões em geral e serviços clínicos de orientação psicológica” (CHAVESS, 2005, p. 201). Esse processo foi se expandindo, à medida em que as políticas de austeridade fiscal foram sendo implementadas em toda a esfera governamental, traduzindo-se para as universidades em privatização de sua função social, transformando-se em um ambiente de *capitalismo acadêmico*, conforme explica Leher (2004).

Chaves (2005) também indica a adequação do PDI (2001-2010) à nova lógica universitária de diversificação das fontes de orçamento, através da prestação de serviços, ressaltando as metas consideradas essenciais para o alcance desses objetivos, que incluem a alteração de instrumentos legais e a ampliação das alternativas que possibilitem angariar recursos financeiros, cujas ações se caracterizam em:

incentivar a busca de recursos externos, por meio da prestação de serviços; ofertar cursos à comunidade; criar e implementar a Secretaria de Apoio à captação de recursos; desenvolver projetos/programas que promovam a geração de renda, otimizando o aproveitamento sustentável de recursos naturais próprios das respectivas localidades (LEHER, 2004, p. 203).

Trata-se de um conjunto de ações que visam inserir a Universidade no mercado competitivo, na busca por financiamento, especialmente com o setor privado, onde o processo de negociação são referenciados pela lógica do mercado capitalista e não pelas necessidades sociais. Assim, identifica-se um processo de privatização do público na UFPA, no sentido de o bem público estar à serviço de interesses privatistas, beneficiando determinada fração da sociedade, sob financiamento privado (LEHER, 2019), o que Chaves (2005, p. 209), classifica como um “caso típico de privatização do financiamento e da finalidade (fornecimento público com financiamento privado e finalidade privada)”. Dessa maneira, a IFES se configura em um instrumento de acumulação do modo de produção capitalista financeiro, subsidiando suas pesquisas e a formação acadêmica que alimentam sua hegemonia em detrimento de atender as demandas sociais (CHAUI, 2003).

Essa relação entre universidade e mercado – que além de estimular a captação de recursos financeiros visa, em sua essência, o fomento do modo de produção capitalista financeiro – é facilitada pelas fundações privadas, de incentivo e apoio à pesquisa, criadas pela Lei nº 10.406/2002, do Código Civil (BRASIL, 2002), sob a justificativa de diminuir a burocracia estatal, ficando responsáveis por fazer a intermediação entre as IES e as empresas privadas ou públicas, bem como por cuidar da gestão financeira das parcerias. No âmbito da UFPA, tem-se a FADESP, pela qual a UFPA tem ampliado significativamente a prestação de serviços acadêmicos por meio de parcerias público-privadas (CHAVES, 2003), abrindo portas para a entrada da lógica privada no interior da instituição, convertendo-a, progressivamente, em organização social (CHAUI, 1999).

3.3 Educação para o empreendedorismo

Nesta área, destaca-se como parâmetro de uma universidade empreendedora a oferta de ensino de empreendedorismo, a existência de equipe de docentes para disciplina voltadas ao empreendedorismo, revisão e atualização contínua da oferta de educação para o empreendedorismo (OCDE, 2012).

A educação empreendedora se situa no cenário de reorganização produtiva global e flexibilização das relações modernas de trabalho. Isso se deve à necessidade de uma formação superior voltada às transformações do mundo laboral que – em decorrência da crise estrutural do desemprego, ocasionada pela mudança organizacional das empresas – deve preparar a sociedade para os desafios das *metamorfoses* do mercado trabalhista e da subsistência humana (ANTUNES, 2020). Dessa visão, parte a teoria da *Pedagogia Empreendedora*, elaborada por Dolabela (2003), que entende a aplicação dos conceitos do empreendedorismo como essencial para que a sociedade redefina conceitos tradicionalmente estabelecidos, como é o caso da estabilidade e segurança, além de prepará-la para assumir risco e identificar oportunidade, conforme se interpreta do trecho a seguir:

A tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores na sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo, de buscar a sustentabilidade, de ser protagonista. Ela deve dar novos conteúdos aos antigos conceitos de estabilidade e segurança – impregnados na nossa cultura, mas referentes a contextos hoje inexistentes. Atualmente, estabilidade e segurança envolvem a capacidade da pessoa de correr riscos limitados e de se adaptar e antecipar às mudanças, mudando a si mesma permanentemente (DOLABELA, 2003, p. 130-131).

Em uma análise crítica acerca do empreendedorismo na educação, Costa (2009, p. 178) entende que o conhecimento adquire relevante importância no contexto da competição global, na atual fase do capitalismo, através da teoria do Capital Humano. A educação, então, passa a ser o meio pelo qual se introduzirá a cultura empreendedora, entendida pela autora como um dos elementos relacionados à nova *governamentalidade*, que tem como finalidade “programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos [...]” em busca de “[...] programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação [...]”. Esses processos e políticas de subjetivação explicados pela autora como, enquanto “[...] um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa [...]”, e, com isso, induz os indivíduos “[...] a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência”.

Ainda, para Costa (2009), a cultura empreendedora, na educação, está associada às soluções para os problemas da sociedade contemporânea, o que, pode-se considerar como uma forma de busca pela legitimação social, visto que:

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com as escolas, com projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico-profissional, vem sendo feita de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada virtualmente a tudo o que seria *decisivo e bom* não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade. Não seria exagerado dizer, nesses termos, que o culto ao empreendedorismo vem sendo apresentado como a panacéia para os males do país e do mundo (COSTA, 2009, p. 178, grifos do autor).

No campo da política educacional brasileira mais recente, destaca-se o Projeto de Lei (PL) nº 2.944 de 2021 (BRASIL, 2021), de autoria da senadora Kátia Abreu, do Partido Progressista de Tocantins, aprovado no em Plenário do Senado, seguindo para a Câmara Legislativa. O PL busca alterar os art. 26, 27 e 43 da LDB para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior.

Desse modo, de acordo com a nova reformulação proposta para a base nacional comum dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, os currículos “incluirão o empreendedorismo e a inovação como temas transversais” (art. 26, § 1º-A). Ainda, os conteúdos curriculares da educação básica observarão, “orientação para o trabalho, o empreendedorismo e a inovação, com atenção a competências como conhecimento e

pensamento científico, crítico e criativo (art. 27, III). Além disso, inclui na finalidade da educação superior “estimular o empreendedorismo e a inovação, inclusive por meio de programas e cursos específicos de formação de docentes nessas áreas, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção” (art. 43, IX).

Segundo a senadora Kátia Abreu, em entrevista ao portal de notícia Agência Senado (2021, *online*):

[...] o servidor público precisa ser um servidor público empreendedor, o trabalhador rural pode ser empreendedor, o trabalhador urbano, o autônomo, o jovem, **todos nós temos que ter este sentimento de empreender**, de lutar pelo nosso país, pelo nosso crescimento pessoal (grifos nossos).

[...]

Há farta literatura correlacionando empreendedorismo e desenvolvimento econômico, com impactos positivos na geração de emprego e renda. Igualmente, há estudos importantes ligando o empreendedorismo a melhores níveis de produtividade e inovação.

Importante notar que o Future-se, também, projeta incluir a educação empreendedora nos currículos do ensino superior. Desse modo, haverá uma disseminação da ideologia de crescimento econômico pessoal e de fomento do mercado por meio de atividades empreendedoras. No entanto, como observado no primeiro capítulo, por trás desse engodo está uma crise de desemprego e a subordinação econômica que compõem os desequilíbrios do sistema capitalista. Problema esse que não será resolvido com a geração de empreendedores, pois a causa da crise do capital está na própria estrutura do sistema capitalista, como afirma Mészáros (2011).

Para Leher (2020, *online*):

A ideologia empreendedora não tem a ver com criação e sistematização de estudos, projetos e iniciativas voltados para domínios tecnológicos, fomento de cadeias produtivas, superação de obstáculos tecnológicos para determinados fins, reconhecidos como pertinentes e legítimos pelas instituições. A compreensão plena, complexa, sobre os aspectos tecnológicos, organizacionais, culturais, econômicos, sociais, ambientais, entre outros, relacionados ao metabolismo econômico-social da vida, é necessária e cada vez mais estratégica, não podendo, por isso, ser reduzida às ideologias vulgares em circulação no capitalismo atual.

Sobre a associação entre empreendedorismo e geração de emprego e renda e desenvolvimento, frisa-se, ainda, conforme abordado no capítulo dois, que o empreendedorismo tem predominado em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil (GEM, 2006). Importa, ainda, lembrar que, a maioria dos empreendedores (quase 90%), iniciam uma atividade empreendedora como uma alternativa ao desemprego, ou seja, estão buscando garantir uma necessidade básica de subsistência (LEHER, 2019).

Ademais, quando se relaciona os dados mais recentes do IBGE (2019), sobre desemprego, com a estatística GEM (2019), verifica-se que a maior taxa de empreendedorismo (27,7% na faixa de 35 a 44 anos) abarca, justamente, a população com segunda maior índice de desocupação (28,6% referente aos desempregados de 25 a 39 anos).

De acordo com os documentos analisados na UFPA, encontrou-se poucas evidências a respeito do ensino de empreendedorismo nos documentos analisados, especialmente nos Relatórios de Gestão mais antigos entre os selecionados. Desse modo, apenas a partir dos relatórios do ano de 2017 se identificou, ainda com poucas frequências, elementos relacionados à educação para o empreendedorismo, conforme se extraiu de alguns trechos documentais:

No período de 2016-2025, serão implementados os seguintes programas especiais de formação pedagógica: [...] Oferta em consonância com as demandas da sociedade civil. Algumas competências e habilidades emergem como aspectos a serem abordados nos processos de formação a serem implementados no próximo decênio: educação para as relações étnico-raciais, relações de gênero, inclusão social, meio ambiente, **economia criativa** e tecnologias de informação (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 76-77, grifos nossos).

UFPA tem fortalecido a estrutura de pesquisa e **inovação** na instituição, por meio de seus programas de pós-graduação, e fomentado a produção científica qualificada, o **empreendedorismo** e o desenvolvimento de patentes, balizados na construção e no compartilhamento de saberes e tecnologias, com o intuito de estimular o desenvolvimento amazônico (UFPA, 2019, p. 48, grifos nossos)

Para a qualificação de profissionais com esse **perfil humanitário e empreendedor**, o ensino na UFPA baseia-se em princípios que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição [...] (UFPA-PDI, 2011-2015, p. 110-111, grifos nossos).

É evidente que, para se verificar o ensino de empreendedorismo na instituição, seria necessária uma inquirição dedicada aos PPCs, especialmente dos cursos de graduação, de forma a observar a composição da grade curricular, o que exige outra investigação mais delimitada e aprofundada nesse sentido. Ainda assim, decidiu-se cumprir a análise de dados sobre a categoria educação empreendedora nos dados levantados por questões metodológicas. Desse modo, como os planos pedagógicos não estiveram entre os documentos selecionados para este trabalho, tendo em vista os objetivos estabelecidos, buscou-se, através do *site institucional*, possíveis evidências sobre elementos que se aproximam da referida categoria.

Desse modo, embora o ensino do empreendedorismo não seja proeminente nos documentos institucionais analisados, a educação empreendedora, na UFPA, tem sido reconhecida em premiações nacionais e internacionais, o que evidencia sua ocorrência e, de alguma maneira, sua significância. A esse respeito, O Sebrae premiou duas docentes, da UFPA, pelo segundo e terceiro lugar na etapa estadual da 2ª Edição do Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora. Além de troféu, os primeiros colocados ganharam uma bolsa integral para o

Master in Business Administration (MBA) EaD em Educação Empreendedora e participarão da premiação nacional, em 2022.

De acordo com o *site* institucional da Universidade, a segunda colocada possui estudos “voltados à análise de bioprodutos e tecnologias de impressão 3D por meio do Programa de Iniciação Científica, no grupo de Desenvolvimento Tecnológico em Biopolímeros e Biomateriais da Amazônia, do Laboratório de Óleos da Amazônia [...]”. Além disso, a professora já teve outros projetos reconhecidos “[...] no 8º Prêmio do Instituto 3M para estudantes universitários; no Catalisa ICT, no Desafio de Empreendedorismo ITA Challenge, no Ideiaz Powered by Inovativa, entre outros” (UFPA, 2021, *online*)⁴⁷.

Por sua vez, a terceira docente premiada pelo Sebrae, também da UFPA, tem entre seus projetos atuais o “desenvolvimento de curativos bioativos; síntese de máscaras faciais *peel-off*; impressão 3D de dispositivos médicos, arcabouços para engenharia de tecido ósseo e microcápsulas para sistemas de liberação de medicamentos e compostos bioativos”. Ademais é:

Cofundadora da Startup Ecosse e atua no desenvolvimento e na caracterização de materiais poliméricos para segmentos diferenciados (saúde, agricultura, indústria química, farmácia e cosméticos). Possui foco em inovação, sustentabilidade e empreendedorismo. Tem experiência em caracterização de materiais, síntese de biomateriais, bioplásticos, biopolímeros, funcionalização de óleos vegetais, polímeros bioabsorvíveis, compósitos e implantação de novos produtos e processos 3D, incluindo a valorização dos recursos naturais da região amazônica (UFPA, 2021, *online*).

Outro destaque no campo da educação empreendedora, na UFPA, diz respeito a eventos, como “Semana Global do Empreendedorismo” (SGE), realizada pela Universitec, que ocorreu no dia 9 de novembro de 2018, das 9h às 18h, no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). O objetivo da ação foi “fortalecer e disseminar a cultura empreendedora, conectando, capacitando e inspirando as pessoas a empreender [...]”. A programação foi dividida em dois turnos: no primeiro turno, “[...] uma roda de conversa com empreendedores formados pela UFPA, como uma forma de demonstrar que os alunos podem vivenciar iniciativas empreendedoras antes mesmo de se formar”. No segundo turno, gestores do Sebrae, da Anprotec, do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT – Guamá) e da Universitec

⁴⁷ Disponível em: [https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12946-rankings-internacionais-do-ensino-superior-destacam-a-atuacao-da-ufpa#:~:text=A%20maior%20pontua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFPA,indicador%20de%20cita%C3%A7%C3%B5es%20e%20ensino.&text=Na%20edi%C3%A7%C3%A3o%20anterior%2C%20em%202021,ficou%20na%20131a%20posi%C3%A7%C3%A3o](https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12946-rankings-internacionais-do-ensino-superior-destacam-a-atuacao-da-ufpa#:~:text=A%20maior%20pontua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFPA,indicador%20de%20cita%C3%A7%C3%B5es%20e%20ensino.&text=Na%20edi%C3%A7%C3%A3o%20anterior%2C%20em%202021,ficou%20na%20131a%20posi%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 6 jan. 2022.

realizaram um debate com o tema “Educação Empreendedora: Conquistas e Desafios”. O se encerrou com a palestra “*Startups: Oportunidades e Negócios*” (UFPA, 2019, *online*)⁴⁸.

Por sua vez, o Parque Tecnológico de Tucuruí (Tecnolago), no Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia (NDAE) e no Campus Universitário de Tucuruí (CamTuc), do *campus* localizado no sudoeste do estado do Pará, promoveu o programa de capacitação “Empreendedorismo e inovação”, no período de 06 a 08 de fevereiro de 2018. O objetivo do evento foi “levar atitudes inovadoras e empreendedoras à Universidade, devido à urgência e demanda da região [...]”. No dia 26 do mesmo mês, também foi realizada a palestra “Empreendedorismo em dois tempos”, ministrada pela gerência do Sebrae, programada para a recepção dos Calouros 2018, naquele *campus*, a fim de apresentar tais conceitos aos alunos ingressantes.

Como resultado dessa programação, a Coordenadoria do Tecnolago propôs que as disciplinas que já integravam o currículo dos cursos participantes fossem adaptadas à nova metodologia e deveriam ser ofertadas no segundo semestre de 2018, enquanto “Empreendedorismo e inovação” passariam a ser ofertadas como disciplina optativa. Com a ação, prospectou-se que “[...] os docentes do CamTuc e NDAE, a partir do momento de capacitação, possam atuar juntos aos estudantes, incentivando neles as características do perfil empreendedor e os tornem mais atuantes na sociedade” (UFPA, 2018, *online*)⁴⁹.

Verifica-se, com isso, que o ensino do empreendedorismo já ocorre na UFPA, em ações isoladas, inclusive com reconhecimento em premiações por instituições reconhecidas nesse campo, o que evidencia que a Universidade está, aos poucos, aderindo à disseminação dessa aprendizagem em seu currículo.

3.4 Estrutura de apoio ao empreendedorismo

No que tange a esta área, a OCDE (2012) orienta que, para se tornar empreendedora, a universidade deve possuir, entre outros, os seguintes parâmetros:

[...] **oferecer oportunidades de vivência de empreendedorismo** aos funcionários e alunos; **fornecer aos indivíduos e grupos uma gama de serviços e oportunidades de apoio**, tais como suporte da fase de *pré-start-up* até a fase de crescimento do desenvolvimento de negócios, disponibilizar serviços de mentoria para estudantes e empresários graduados; ter incubadoras para fornecer gratuitamente ou instalações

⁴⁸ Disponível: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9236-ufpa-recebe-a-semana-global-do-empreendedorismo>. Acesso: 10 jan. 2022.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/7941-ufpa-e-sebrae-promovem-capitacao-voltada-ao-empreendedorismo-e-inovacao>. Acesso em: 6 jan. 2022.

subsidiadas, acesso a laboratórios, instalações de pesquisa e serviços de TI, coaching, mentoria, treinamento e acesso a financiamento (OCDE, 2012, p. 10, grifos nossos).

Sobre esse aspecto – identifica-se, na UFPA, de maneira predominante – o que se categorizou como estrutura de apoio ao empreendedorismo, que inclui o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), a Agência de Inovação Tecnológica – Universitec, e o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT-Guamá), que se constitui em um “espaço de inovação”.

De acordo com o PDI (2016-2026, p. 50), o PIEBT se constitui:

[...] em agente de disseminação do empreendedorismo e de promoção do uso de tecnologia em produtos, processos e serviços, disponibilizados no mercado, além disso, pode prospectar projetos de pesquisa com potencial para gerar produtos competitivos e incentivar a criação de novas empresas (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 50).

Esse programa foi criado pela Resolução nº 662, Anexo 1.7, do Conselho Superior Universitário (CONSUN), da UFPA, em 31 de março de 2009, estando diretamente subordinado à reitoria e se constitui em um órgão suplementar na estrutura da Administração Superior da Universidade, cuja finalidade é:

Gerenciar a Política de Inovação Tecnológica da UFPA; fomentar no âmbito da Universidade projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, voltados para os diversos setores da sociedade; **promover a disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da propriedade intelectual**, nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão; estimular a cooperação com entidades representativas da sociedade civil, empresas e órgãos públicos, dar apoio técnico na preparação de projetos cooperativos e em acordos entre a Universidade e seus parceiros; articular, incentivar e coordenar as ações das incubadoras de base tecnológica e aquelas referentes ao Parque de Ciência e Tecnologia da UFPA e de outros ambientes de apoio à inovação (UFPA, s.d., *online*).

O PIEBT tem suas ações coordenadas pela Universitec, a qual “tem como objetivo fundamental promover a proteção, aplicação e a difusão do conhecimento, bem como do empreendedorismo inovador em prol da competitividade e desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFPA, s.d., *online*). Logo, representa um ambiente que desenvolve ações de incentivo e apoio ao empreendedorismo na instituição. Conforme PDI (2016-20225, p. 50, grifos nossos):

O Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) foi criado em 1995, tratando-se de uma iniciativa pioneira na região Amazônica, com vistas a **atender demandas locais por serviços especializados na criação e no posicionamento de empresas de base tecnológica no mercado**, aproveitando-se o potencial dos recursos da biodiversidade. Por meio de programas de capacitação e treinamento para os empresários, **visando à formação do empresário-empendedor**, que conhece o mercado e seus concorrentes, o PIEBT atua de forma proativa e fundamentada em estratégias efetivas de satisfação de seus clientes,

posicionando e/ou reposicionando empresas de forma a maximizar o valor do seu negócio. Assim, esse programa **constitui-se em agente de disseminação do empreendedorismo** e de promoção do uso de tecnologia em produtos, processos e serviços, disponibilizados no mercado, além disso, pode prospectar projetos de pesquisa com potencial para gerar produtos competitivos e incentivar a criação de novas empresas.

Pelo seu histórico e pela estrutura universitária onde está localizado, o PIEBT se constitui como um programa estratégico e importante para a disseminação do empreendedorismo na região amazônica, especialmente no estado do Pará. Desse modo:

[...] tem atendido, principalmente, as empresas do **setor de cosmético e perfumaria**, mas também projetos nas **áreas de informática e da construção civil**. **Atividades que estimulam a cultura do empreendedorismo** também são desenvolvidas pela Incubadora. A área de **Propriedade Intelectual** trabalha com a proteção do conhecimento presente em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, por exemplo. Também é sua função divulgar a importância da propriedade intelectual. O setor de **Consultorias e Serviços Tecnológicos** tem como primeiro desafio atender e resolver gargalos tecnológicos de micro e pequenas empresas (UFPA-PDI, 2011-2015, p. 90, grifos nossos).

Como vantagens para os interessados em participar do processo de incubação de empresas, o programa destaca:

A minimização dos custos gerais de instalação e manutenção iniciais; maiores chances de enfrentar o mercado devido a uma capacitação técnica e gerencial mais adequada aos empresários; acesso à novas tecnologias; ambiente propício ao empreendedorismo; troca de experiências entre empresas; capacitação e acompanhamento empresarial; facilidade de acesso aos recursos das agências de fomento e financiamento; parcerias com alunos e pesquisadores da UFPA e de outras instituições; o respaldo da UFPA, maior instituição de Ensino e Pesquisa do Trópico Úmido; extensa rede de relacionamentos (UFPA, s.d., *online*).

Assim, visando à formação e apoio do empresário-empendedor, “o PIEBT atua de forma proativa e fundamentada em estratégias efetivas de satisfação de seus clientes, posicionando e/ou reposicionando empresas de forma a maximizar o valor do seu negócio” (UFPA, s.d, *online*).

Entre os serviços oferecidos pela incubadora da UFPA incluem-se suporte operacional (módulo individual de 12, 20 e 80 m², com energia, instalações hidrossanitárias, ramal telefônico interno e acesso à internet; infraestrutura física e serviços de uso compartilhado, tais quais recepção e mensageiro; auditório com capacidade para 40 pessoas; 02 salas de reunião; *showroom* permanente para exposição de produtos e serviços; vigilância eletrônica; limpeza das áreas comuns do prédio; copa; vestiários); suporte estratégico (acompanhamento e avaliação do plano de negócios, orientação na área de negócios, oportunidades de negócios: oferecidas através de apoio à participação em eventos mercadológicos, capacitação e consultoria); suporte tecnológico (facilidade ao acesso a laboratórios e pesquisadores da UFPA;

equipamentos audiovisuais; equipamentos de informática), além de auxílio no que for necessário em eventuais problemas dentro do processo⁵⁰.

Ademais, o programa de incubação de empresas apresenta projetos especiais tal qual o “Atendimento Empresarial – SEBRAE” com vistas a:

Promover ações que possibilitem o desenvolvimento das habilidades necessárias ao bom desempenho das iniciativas empreendedoras, visando ao nascimento, amadurecimento e consolidação de negócios, buscando embasá-los nas excelências gerencial e de produção, bem como na responsabilidade socioambiental (UFPA, s.d., *online*).

Nesse sentido, verifica-se que o principal foco do programa de incubação de empresas, da UFPA, está relacionado ao empreendedorismo com o propósito de preparar as pequenas empresas para se lançarem no mercado competitivo, de forma sólida, a partir das experiências e suportes fornecidos pela Universidade.

Considerando a doutrina neoliberal, ressalta-se que o empreendedorismo se situa dentro da reforma social e econômica onde se pretende que o indivíduo, ao invés de ter suas necessidades garantidas pelas políticas públicas do Estado, possa se tornar o responsável pela sua própria subsistência. Para isso, recorre-se à desproletarização, através do ideal de constituição de propriedade e do desejo do trabalhador em ser um produtor independente. Sob essa ótica, Dardot e Laval (2016, p. 129), explicam essa lógica, sinteticamente, fazendo uma analogia com um produtor familiar:

Com a horta, graças a autoprodução que poderá realizar, o assalariado será seu mestre, como um empreendedor que teria sobre os próprios ombros toda a responsabilidade pelo processo de produção. Tornando-se proprietário e produtor familiar, o indivíduo recuperará as virtudes de prudência, da seriedade e da responsabilidade tão indispensáveis à economia de mercado. Esta última necessita que as estruturas sociais lhe forneçam homens independentes, corajosos, honestos, trabalhadores, rigorosos, sem os quais ela só pode degenerar num hedonismo egoísta.

Fica evidente que, servindo à construção desse modelo social neoliberal, a universidade pública tem se transformado em um ambiente de formação do empreendedor em potencial existente em cada um. Dessa forma, a instituição estatal se converte em um espaço de implementação do plano *neoliberal para a sociedade*: o de atender a perspectiva mercadológica de profissionalização para as transformações do mercado de trabalho consequentes da atual fase do capitalismo (PAULANI, 2006; COSTA; 2009).

⁵⁰ UFPA – UNIVERSITEC. Disponível em: <https://universitec.ufpa.br/apresentacao-incubacao-de-empresas/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

A Universitec, por sua vez, tem como missão “ser referência internacional como plataforma de gestão da inovação e incentivo ao empreendedorismo da Amazônia” (UFPA, s.d., *online*) e um dos seus valores declarados no *site* da agência é a competitividade. A incubação de empresas é um dos serviços ofertados pela Universitec, o qual já apoiou mais de 50 empresas de diferentes ramos e graduou mais de 20, em todo seu período de atuação. Outros serviços ofertados são a coordenação de empreendimentos, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Quanto à sua organização, a Universitec é resultado da incorporação do PIEBT e do Serviço de Propriedade Intelectual, os quais existem na UFPA desde 1995 e de 1998, respectivamente. “A essa estrutura, agora organizada em coordenadorias, juntou-se a Coordenadoria de Consultorias e Serviços Tecnológicos, uma secretaria executiva, uma assessoria e um conselho. Em 2014, incorporou-se ainda à estrutura da Universitec a Coordenadoria de Empreendedorismo” (UFPA, s.d., *online*).

O objetivo fundamental da Universitec é “promover a proteção, a aplicação e a difusão do conhecimento, bem como o empreendedorismo inovador em prol da competitividade e do desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 117). Além disso, “a UFPA tem promovido a proteção, aplicação e a difusão do conhecimento, bem como o empreendedorismo inovador em prol da competitividade e desenvolvimento sustentável da Amazônia”, através da referida Agência (UFPA, 2018, p. 85).

Estruturalmente, a Universitec possui três coordenadorias: Coordenadoria de Consultorias e Serviços Tecnológicos, Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos, e Coordenadoria de Propriedade Intelectual, cujas competências estão descritas no Quadro 12, a seguir.

Quadro 12 - Competências das coordenadorias da Agência de Inovação Tecnológica - Universitec da UFPA

Coordenadoria	Competências
Coordenadoria de Consultorias e Serviços Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Prospectar, na iniciativa privada, potenciais investidores e formar parcerias para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos e processos na indústria, preferencialmente, local e regional; - Articular a prestação de serviços de consultoria tecnológica em geral; - Promover a interação do mercado com os diversos segmentos de pesquisa da Universidade, envolvidos em ações específicas; - Cadastrar, em colaboração com a Diretoria de Pesquisa da PROPESP, as pesquisas em andamento e conclusas na Universidade; - Divulgar amplamente suas atividades, interna e externamente à Universidade, criando focos de interesse; - Exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do órgão.

<p>Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Favorecer o aprimoramento de recursos humanos para as empresas incubadas contribuindo para a formação empreendedora e para a geração de emprego e renda na região; - Assessorar a elaboração de projetos para captação de recursos para as empresas incubadas, incentivando-as à inovação tecnológica; - Orientar as boas práticas de produção em consonância com as normas ambientais, promovendo e incentivando a agregação de valor tecnológico ao produto regional; - Promover a instituição de novas incubadoras de empresas e parques tecnológicos na região, estimulando a exportação das tecnologias desenvolvidas; - Criar e manter um sistema de informação sobre empresas incubadas e oportunidades de negócios; - Exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do órgão.
<p>Coordenadoria de Propriedade Intelectual</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar a política de propriedade intelectual atendendo às especificidades regionais e disseminar a cultura de proteção ao conhecimento na UFPA e na região; - Requerer e acompanhar os processos administrativos de proteção à propriedade intelectual junto aos órgãos competentes nacionais e internacionais; - Promover e gerenciar a formalização da transferência de tecnologia; - Avaliar e classificar os resultados de atividades e projetos de pesquisa e solicitação de inventores independentes para adoção da invenção pela UFPA; - Analisar e emitir parecer sobre contratos, convênios e outros instrumentos necessários à proteção, comercialização e transferência de tecnologia; - Exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do órgão.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em dados institucionais do *site* da Universitec, Agência de Inovação Tecnológica da UFPA⁵¹.

Ainda, destaca-se o PCT-Guamá, cujos espaços laboratoriais de P&D nele abrigados “objetiva estimular a pesquisa aplicada, o empreendedorismo inovador, a prestação de serviços e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento de produtos e serviços de maior valor agregado e fortemente competitivos” (UFPA, 2019, p. 51). Esse parque tecnológico se destaca por ser o primeiro e, ainda hoje, o único a entrar em operação na região amazônica. Foi criado no ano 2000 a partir de estudos e anteprojetos realizados pela UFPA com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O projeto se fortaleceu e foi endossado pelo poder executivo, resultando na parceria com o Governo do estado e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

A inauguração oficial do PCT – Guamá ocorreu em 2010 e foi construído em uma área de 72 mil metros quadrados, cedida pela UFPA e pela UFRA ao Governo do Pará. A gestão administrativa, financeira, física e ambiental do parque tecnológico está sob a responsabilidade da Fundação Guamá, vinculada ao Governo do estado, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Sectet) (PCT-Guamá, s.d., *online*). Durante

⁵¹ Disponível em: <https://universitec.ufpa.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

a primeira década de atuação, já residiram ou foram associados ao PCT-Guamá “cerca de 180 empreendimentos, entre *startups* nascentes e negócios consolidados” no PCT-Guamá (PCT-GUAMÁ, s.d., *online*) No Quadro 13 estão sistematizados os serviços prestados por cada um dos laboratórios.

Quadro 13 - Serviços prestados pelos laboratórios do PCT-Guamá

Laboratórios	Serviços prestados
Laboratório de Alta e Extra-Alta Tensão (UFPA)	Ensaio para certificação de componentes e dispositivos elétricos na média, alta e extra-alta tensão e treinamento de pessoal em equipamentos de alta tensão para as indústrias do setor elétrico brasileiro
Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia – Ceamazon (UFPA)	Diagnósticos em eficiência energética e qualidade da energia elétrica de edificações; processos e instalações industriais; sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; desenvolvimento de soluções mitigadoras para a melhoria da eficiência energética; auditorias energéticas; projetos de instalações elétricas inteligentes e eficientes; certificação de edificações para a eficiência energética e conforto ambiental; e técnicas de inteligência computacional aplicadas aos sistemas elétricos de geração, transmissão e distribuição.
Centro de Valorização de Compostos Bioativos da Amazônia (UFPA)	Controle de qualidade de compostos bioativos e aspectos bioquímicos e funcionais; determinação da atividade antioxidante; avaliação do perfil de ácidos graxos; determinação da composição centesimal e da qualidade microbiológica; engenharia de produtos naturais; análises termo-físicas; tecnologia e desenvolvimento de novos produtos; formulação e padronização de produtos; dentre outros.
Laboratório de Engenharia Biológica (UFPA)	Diagnósticos; produção de insumos e kits de diagnósticos; sequenciamento de ácidos nucleicos; bioinformática; produção de moléculas recombinantes; manutenção e produção de células e quantificação de expressão de genes.
Laboratório de Óleos da Amazônia (UFPA)	Análises físico-químicas completas de óleos vegetais e derivados (tais como: índices de iodo, de peróxidos, de acidez e de saponificação, além de análise de estabilidade oxidativa); análises de caracterização (perfil de ácidos graxos, teor de ésteres, quantificação de substâncias, perfis calorimétricos), estimativa da eficiência do processo de extração de espécies oleaginosas; secagem de produtos naturais e extratos; padronização de diferentes tipos de óleos e manteigas; testes catalíticos e processos químicos mais apropriados para óleos e derivados; estudo de novas composições de óleos vegetais para as indústrias do setor, estabilidade de matrizes graxas e desenvolvimento de novos produtos com insumos amazônicos, recuperação ou reaproveitamento de resíduos industriais, entre outros.
LASSE – Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, Automação e Eletrônica (UFPA)	Conta com as seguintes tecnologias para assessoria, desenvolvimento e pesquisa: Ambientes para desenvolvimento de software e firmware para PCs, smartphones, tablets, microprocessadores, DSPs e micro-controladores; equipamentos para projeto e avaliação de sistemas

	de telecomunicações com tecnologias como LTE, LTE-A, 5G, rede de sensores e telemetria; sistemas de tratamento e aquisição de dados (“loggers”, etc); ferramentas para desenvolvimento de sistemas eletrônicos, incluindo o projeto de placas de circuito impresso e micro-eletrônica; suporte computacional de alto desempenho por meio de cluster Beowulf para simulações avançadas; placas de avaliação para projetos com chips FPGA, DSPs, microcontroladores, circuitos analógicos, de RF e Internet das coisas (IoT); equipamentos e software para projeto, montagem, confecção e testes de placas de circuito impresso (tecnologia SMD, BGA etc.).
Laboratório da Qualidade do Leite (UFPA)	Rastreamento da produção leiteira paraense, conferindo-lhe controle e selo de qualidade. O laudo emitido pelo laboratório possibilita que os produtores negociem melhores preços e comercializem seus produtos em todo o Brasil.
Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade	Além das pesquisas, o Centro presta serviços mercadológicos nas áreas da saúde, fitoterápicos, cosméticos e dermocosméticos, bem como serviços tecnológicos para empresas que precisem ampliar suas pesquisas e colocar produtos de alto valor agregado, no mercado nacional e internacional.
Laboratório de Tecnologia Supercrítica (LABTECS)	Pesquisa, desenvolvimento, aplicação e avaliação da qualidade e do alto potencial dos produtos obtidos destinados à indústria, com o intuito de atender às necessidades do mercado através da tecnologia e inovação.
Núcleo de Controle Ambiental (NCA)	Atua na realização de serviços tecnológicos em engenharia envolvendo as seguintes áreas principais: hidráulica; áreas contaminadas; tratamento de águas de abastecimento doméstico e industrial; tratamento de águas residuárias e reuso de águas; resíduos sólidos; e sistemas prediais hidro-sanitários.
Laboratório de Infraestrutura de Transporte Ferroviário da Amazônia – AmazonFerr (Em implantação / UFPA)	Desenvolve pesquisa aplicada relacionada à análise de estruturas de ferrovias, pontes, túneis, trilhos, dormentes para vias férreas, componentes de pontes, rolamentos, dentre outros.
Laboratório de Instrumentação para Produtos Agroindustriais (Em implantação /Embrapa)	Oferece uma estrutura de análises laboratoriais de referência no suporte à pesquisa agrônômica e agroindustrial no Pará. Oferece serviços de análises de produtos da biodiversidade para a caracterização de alimentos e para a identificação de agrotóxicos. Presta assessorias a micro e pequenas empresas do setor de alimentos para o desenvolvimento de novos produtos e processos, dentre outros.
Laboratório de Referência em Fitossanidade e Manejo (Em implantação/Embrapa)	Capacitado para realizar diagnose de vírus, doenças bacterianas e fungos fitopatogênicos em plantas.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em dados do portfólio do PCT-Guamá⁵².

Com isso, identifica-se correspondência entre a área *Caminhos para empreendedores*, das orientações da OCDE (2012), e a estrutura de apoio ao empreendedorismo, instaladas na UFPA, seja por meio da prestação de serviços a pequenos empreendedores e ao mercado em

⁵² Disponível em: <http://pctguama.org.br/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

geral ou através de atividades de disseminação do empreendedorismo, dentro e fora da Universidade.

3.5 Parceria com a sociedade civil e organizações públicas e privadas

Essa área pode ser sintetizada com a orientação para que a universidade esteja comprometida com a colaboração e troca de conhecimento com a indústria, a sociedade e o setor público, sendo parte da política institucional (OCDE, 2012). Nesse aspecto, identificou-se ações que foram categorizadas como “parceria com sociedade civil e organizações públicas e privadas”. Nos planos institucionais da UFPA, destacam-se alguns trechos que estão alinhados a essa filosofia, conforme a seguir:

A UFPA precisa **estreitar o relacionamento com os empresários** com vistas a evidenciar a importância do conhecimento para o crescimento e sustentabilidade da empresa ao longo dos anos. Para isso, é necessário um **maior contato dos empresários com os pesquisadores** da UFPA **para que assim possam ser fortalecidos contratos e convênios** que irão gerar novas oportunidades de empregos, maior eficiência das empresas e maior formação e divulgação do conhecimento (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 29, grifos nossos).

A UFPA estreita suas relações com o meio empresarial principalmente por meio da atuação de sua Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC), que vem desenvolvendo trabalhos coordenados de incentivo à **interação com empresas para a realização de pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos de inovação tecnológica**, para atender às demandas regional, nacional e global com foco no desenvolvimento sustentável (grifos nossos)⁵³.

A parceria público-privada na administração pública se fortalece, no Brasil, a partir da década de 1990, com a inserção da doutrina neoliberal nas políticas públicas brasileiras, com a reforma do Estado. Ao longo desse período, muitas medidas de ajuste fiscal foram implementadas no âmbito das políticas públicas sociais, o que refletiu, também, na educação superior, resultando em redução do financiamento para as IFES. Dessa maneira, passou-se a estimular a diversificação de fontes de recursos universitárias para, assim, conseguirem outras formas de renda, além da estatal, que subsidiem sua manutenção e seu funcionamento (OLIVEIRA, 2000; SILVA, 2009; FERREIRA, 2010; ARAÚJO, 2015; CHAVES, 2005; OLIVEIRA, *et al.*, 2005; BORGES, 2010).

É o que tem ocorrido em universidades federais como a UFPA, que conseguiu ampliar o número de matrículas e expandir o seu *campus* de Altamira através de recursos angariados em parceria com o Consórcio da Usina de Belo Monte. Mas, ao aderir às parcerias com setores econômicos, a universidade renuncia a sua autonomia, haja vista ter de seguir regras contratuais

⁵³ Ibid., p. 49.

determinadas pela empresa financiadora do projeto, conforme demonstra Araújo (2015). Essa indução à parceria público-privada, provocada pelo plano de austeridade fiscal dos últimos governos, representa a privatização das universidades federais, de maneira *endógena* (RODRÍGUEZ; VIOR, 2015), com a internalização da lógica de mercado nas atividades acadêmicas do ensino superior, tais como a produtividade, empreendedorismo, e a competitividade entre as IFES.

De acordo com o que se evidencia na análise documental, a parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre a UFPA e setores públicos e privados, são intermediados por meio da Universitec (UFPA-PDI, 2016-2025; UFPA-AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N° 01/2021)⁵⁴. Essa Instrução Normativa (IN) considera, entre outros aspectos, objetivo estratégico, da UFPA, de ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais, conforme PDI 2016-2025. De acordo com o art. 3º, incisos I a IX, da IN n° 01 de 2021, são atribuições da Agência de Inovação Tecnológica:

orientar os coordenadores de projetos quanto às informações e documentações necessárias, auxiliar no processo de negociação com os agentes financiadores externos à UFPA; realizar, por parte da UFPA, a interlocução com as fundações de apoio, tanto no que concerne ao início do processo, quanto no referente à sua finalização, que se efetiva com a celebração do contrato ou convênio de PD&I; emitir parecer sobre as cláusulas de propriedade intelectual do instrumento jurídico; solicitar à administração superior, quando couber, emissão de análises e dos documentos pertinentes; solicitar a emissão de parecer jurídico em relação aos instrumentos jurídicos do processo, junto à procuradoria AGU/UFPA; solicitar ao coordenador do projeto providências em relação ao atendimento a eventuais pendências e ajustes apontados pelas diversas instâncias da UFPA envolvidas nos processos; divulgar os convênios firmados entre financiadores externos e a UFPA; elaborar indicadores e monitorar o impacto dos projetos de PD&I para a instituição, no afã de melhor expressar a importância da execução de projetos objeto desta instrução normativa.

De acordo com Ferreira (2010), os professores da UFPA são os principais produtores de iniciativas para a captação de receitas. Conforme análise documental, identificou-se a concessão de autonomia aos docentes e unidades da Universidade para realizarem essa tarefa de interação com os setores públicos e privados com fins de angariar financiadores (UFPA-PDI, 2016-2025). Ou seja, além das tarefas acadêmicas e de pesquisa científica, os docentes têm recebido a responsabilidade de buscar financiamento, junto ao mercado, para que projetos e programas possam ser desenvolvidos. Com esse processo, entende-se que os professores introduzem em suas práticas um perfil empreendedor, enquanto os servias atividades

⁵⁴ Disponível em: https://universitec.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/10/IN_01_2021_proad_universitec.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

acadêmicas e a pesquisa se tornam uma mercadoria (BRAVERMAN, 1987; LEHER, 2004; 2019). Todavia, para os teóricos defensores do modelo de universidade empreendedora, esse é o objetivo para o ensino superior atual (CLARK, 2006; ETZKOWITZ, 1998; GIBB; HANNON, 2006; OCDE, 2012; AUDY, 2006) e, se este for um propósito estratégico da UFPA, a Universidade está no caminho “certo”.

Para Leher (2019, p. 128):

[...] as chamadas parcerias público-privadas estão aumentando e, em virtude do financiamento, um fator importante na orientação das investigações, as pesquisas voltadas para o setor produtivo estão cada vez mais determinadas pelas necessidades da indústria privada e contam com o apoio dos governos. Essas “parcerias” são ideologicamente aceitas e promovidas, como foram os primeiros fechamentos dos campos na Inglaterra e os esquemas de privatização contemporâneos, como evolução natural e inevitável das instituições da sociedade. Os debates sobre a viabilidade cultural, política, tecnológica de soluções baseadas no mercado para os problemas ambientais e sociais são diretamente influenciados pela forma como a ciência interage com a ideologia dominante para moldar e reforçar decisões que afetam o mundo.

De acordo com o autor, a parceria público-privada *refuncionaliza* a universidade, uma vez que a produção do conhecimento passa a ser dirigida aos interesses do mercado, financiada pelo fundo público. Nessa relação, a universidade perde sua autonomia acadêmica e científica, tendo em vista a “privatização” dos objetivos de sua demanda. Enquanto isso, às necessidades sociais coletivas são preteridas e as soluções para os seus problemas, de toda ordem, são delineadas de acordo com o que convém à ideologia dominante, que, no atual contexto, representa o neoliberalismo.

Segundo a *site* institucional da Universitec, a Coordenadoria de Consultoria e Serviços Tecnológicos é a “unidade responsável por aproximar aquilo que é produzido em termos de pesquisa e inovação dentro da UFPA e o mercado [...]”. Desse modo, o objetivo principal dessa coordenadoria “[...] é de contribuir com a **transferência de conhecimento, gerado na Universidade**, na forma de respostas técnicas, prestação de serviços e novas tecnologias para a sociedade [...]”. A busca por parceria na Universidade deve contemplar as seguintes finalidades: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), licenciamento de tecnologias, uso de infraestrutura laboratorial, prestação de serviços, acordos de confidencialidade e sigilo, outras formas de interação. Ademais, o apoio da Agência “[...] para celebração de acordos, contratos e desenvolvimento de negócios inovadores [...]” pode se dar de diferentes formas: “[...] análise prévia da minuta do instrumento, sugestões sobre casos concretos, participação em reuniões com as partes, mediação entre a FADESP e a Administração Superior entre outros, sempre atendendo a demanda específica de cada pesquisador e das partes interessadas (UFPA, s.d., *online*, grifos nossos).

A transferência de conhecimento pela UFPA tem ganhado destaque nos *rankings* internacional, como o *World University Ranking 2022*, da Revista *Times Higher Education (THE)*⁵⁵. Nessa classificação:

A maior pontuação da UFPA em 2022 foi na área de transferência de conhecimento, indicador que tem crescido em pontuação ao longo dos anos, assim como o indicador de citações e ensino. A UFPA manteve um bom índice ainda na área de pesquisa e no panorama internacional⁵⁶.

As consultorias e serviços tecnológicos disponibilizados pela Univesitec, estão elencados no Quadro 14, a seguir, por área do conhecimento.

Quadro 14 - Consultorias e serviços tecnológicos disponibilizados pela UFPA, por área do conhecimento

Área de conhecimento	Consultorias e serviços
Agronomia e Veterinária	Sistemas agroflorestais e diversificação produtiva; pecuária; agriculturas amazônicas; manejo florestal, modelagem e acompanhamento das dinâmicas agrárias regional e extensão rural; ciência animal com forragicultura e pastagens; nutrição e alimentação de animais domésticos e silvestres; reprodução de animais; conservação, genética e melhoramento animal; aquicultura e sanidade animal.
Biologia, Medicina e Saúde	Evolução de seres vivos e ambiente; ecossistemas; biologia celular e molecular; genética; biometria; histologia e embriologia; imunologia; micologia; bacteriologia; parasitologia; virologia; hematologia; patologia; bioética; biossegurança; bioestatística; epidemiologia; doenças tropicais e infecciosas, farmacologia; nutrição; enfermagem; saúde pública; urgência e emergência; ciências médicas; odontologia; fisioterapia e terapia ocupacional.
Engenharias e Computação	Arquitetura e urbanismo; regularização fundiária urbana; plano diretor; estudos de viabilidade técnica ambiental; engenharia oceânica e naval; engenharia de transportes; engenharia civil; engenharia sanitária e ambiental; engenharia elétrica; engenharia da computação; engenharia química; fontes renováveis de energia; engenharia de alimentos; engenharia mecânica; engenharia de materiais; engenharia de minas e meio ambiente; engenharia florestal; engenharia de pesca.
Exatas e Naturais	Computação e sistema de informação (análise de sistemas, redes de computadores, sistema de banco de dados, desenvolvimento de aplicações e tecnologia internet); matemática (fundamentos, métodos matemáticos aplicados e matemática do ensino superior); estatística (sistemas de informação estatística; modelos estatísticos, pesquisas e diagnósticos); física (física dos materiais-materiais nanoestruturados, propriedades físicas dos produtos naturais da Amazônia, partículas e campos), química (orgânica e inorgânica, química dos produtos

⁵⁵ Ver mais detalhes do *ranking*: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/federal-university-para>.

⁵⁶ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12946-rankings-internacionais-do-ensino-superior-destacam-a-atuacao-da-ufpa>. Acesso em: 13 jan. 2022.

	naturais e de alimentos, controle químico de qualidade, toxicidade, síntese e caracterização de catalisadores); química industrial.
Geociências	Geologia geral; paleontologia; geomorfologia; sedimentologia, estratigrafia, geologia estrutural e histórica; petrologia; recursos energéticos; geotectônica; economia e exploração mineral; geologia de engenharia; hidrogeologia; geoquímica, geofísica; topografia; mecânica dos solos; águas subterrâneas; levantamento de recursos minerais e minerais pesados associados; novos materiais; métodos sísmicos; meteorologia; oceanografia (ecologia aquática, botânica costeira, ambiente fluvial, mecânica dos meios contínuos, hidrodinâmica costeira e estuarina, mergulho submarino, direitos do mar, poluição marinha, ecossistemas aquáticos amazônicos, gerenciamento costeiro).

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em dados institucionais do *site* da Universitec, Agência de Inovação Tecnológica da UFPA.

De modo geral, verifica-se que as áreas de conhecimento que disponibilizam consultorias e serviços, através da Universitec, compreendem, especialmente, aquelas que correspondem ao que a UFPA destaca sobre sua atuação para o desenvolvimento regional nos seus PDIs (2011-2015; 2016-2025) e em seus Relatórios de Gestão (2012-2019), conforme abordado no primeiro subtópico deste capítulo (3.1 Liderança e governança). Desse modo, identifica-se muitos serviços voltados para a extração florestal, mineral, agricultura, pecuária. Além disso, encontram-se atividades voltadas para pesquisas das ciências exatas, naturais e da saúde, bem como do campo da engenharia, que foi a área de maior destaque quando se realizou a revisão da literatura sobre empreendedorismo na universidade.

3.6 Internacionalização

Um dos aspectos empreendedores de uma universidade está relacionado à internacionalização. De acordo com a Capes (2017, p. 5):

A internacionalização pode ser entendida enquanto um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso.

Ou seja, a internacionalização é uma resposta proativa dos países à globalização, a partir de um conjunto de ações universitárias para se adaptarem ao mundo globalizado e duas demandas de universalização do conhecimento.

De acordo com XXX (p, 146), “a mobilidade de professores e de estudantes não é uma criação do final do século XX, nem uma invenção das atuais estruturas políticas da Europa”. O autor cita vários exemplos para demonstrar que esse tema já se apresenta no debate mundial há

algum tempo. Entre eles, são destacados: Tomás de Aquino (1225-1274), filósofo, teólogo e Doutor da Igreja, que estudou na Universidade de Nápoles, em Colônia e na Universidade de Paris, onde também foi professor; Petrarca (1304-1374), intelectual, poeta e humanista italiano, por muitos considerado o pai do Humanismo, que estudou nas Universidades de Montpellier e de Bolonha e viajou intensamente por toda a Europa; Galileu Galilei (1564-1642) que estudou nas Universidades de Pisa e de Florença e foi, posteriormente, nomeado para as cátedras de matemática em Pisa e em Pádua; René Descartes (1596-1650) que graduou-se em Direito, na Universidade de Poitiers, mas foi para a Alemanha, aos Países Baixos, e para a Suécia, entre outros.

Com isso, a mobilização acadêmica entre universidades e centros de saber pode ser considerada a primeira manifestação da internacionalização universitária. Primeiramente, surge com a necessidade de formação em que as instituições de origem possuíam lacunas e, portanto, não poderiam oferecer. Depois, passou a visar “uma genuína e equilibrada partilha de experiências e de conhecimentos, entre instituições que se equivalem e se respeitam” (XXX, p.)

A importância que este movimento assume nos nossos dias resulta da capacidade que tem sido demonstrada pelas instituições de, ao contrário do que acontecia no passado, transformar a iniciativa própria e isolada de alguns dos seus membros, dispersa pela natureza da sua origem mesmo se realizada em relativamente larga escala, num movimento consciente e intencional da universidade, em busca de inter-relações proveitosas e fecundas com suas congêneres e com outras culturas. Dessa forma, construindo seu destino pelo mundo e pela história, a universidade encontra mais espaço para sua universalidade, em benefício da sua afirmação e da concretização das suas restantes missões⁵⁷

Nesse cenário, além do entusiasmo para a formação de brasileiros no exterior, o Brasil se tornou um protagonista na recepção de jovens das nações menos desenvolvidas, especialmente da América Latina e dos restantes países lusófonos. Com isso, o somatório de ações individuais, principalmente de docentes em formação avançada no estrangeiro, deu espaço para medidas estratégicas das instituições, dada a nova consciência sobre “as potencialidades da internacionalização”⁵⁸

A conjuntura internacional favorável para a abertura do ensino superior brasileiro para o exterior se dá com o reconhecimento do Brasil como potência mundial, a partir da qual:

as universidades brasileiras veem à sua disposição não mais a simpática condescendência das suas congêneres do primeiro mundo para receber estudantes,

⁵⁷ Ibid., 149.

⁵⁸ Ibid., p. 168.

mas agora também abertura, interesse e mesmo apelo do exterior para o desenvolvimento de parcerias universitárias internacionais

Nesse contexto, mais recentemente, em 29 de outubro de 2008, foi fundado, em Brasília, o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), “uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter acadêmico, científico e cultural, composta por 88 instituições brasileiras de Educação Superior [...]”. Sua missão é “[...] promover relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições associadas e parceiros internacionais, por meio de programas, projetos e ações de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais [...]” (GCUB, *online*).

De acordo com Altbach (2002), é preciso compreender o conceito da globalização e da internacionalização para, assim, dar sentido às formas variadas e complexas como elas atingem o ensino superior. Explicando o conceito de globalização, o autor esclarece que, em termos gerais:

se refere às tendências no ensino superior que têm implicações internacionais. Estas incluem o ensino superior em massa; um mercado global para estudantes, professores e pessoal altamente instruído; e o alcance global do novas tecnologias baseadas na Internet, entre outras (ALTBACH, 2022, p. 6, tradução nossa).

Por sua vez, a internacionalização se refere:

às políticas e iniciativas específicas de países e instituições ou sistemas acadêmicos individuais para lidar com as tendências globais. Exemplos de internacionalização incluem políticas relacionadas ao recrutamento de estudantes estrangeiros, colaboração com instituições ou sistemas acadêmicos em outros países, e o estabelecimento de campi de filiais no exterior (tradução nossa)⁵⁹.

Desse modo, a internacionalização do ensino superior é produto da globalização na educação. Pelo que se entende de Altbach (2002), diante das tendências globais para a educação superior, as IFES adotam práticas institucionais para se adequarem a essas tendências e, assim, articularem-se no contexto mundial com instituições estrangeiras, projetando-se internacionalmente e se vinculando a redes acadêmicas diversas. Todavia, o autor registra que as profundas desigualdades sustentam muitas das inclinações atuais da globalização para o ensino superior e, segundo ele, isso deve ser compreendido como parte desse processo. Isso significa que:

Alguns países dominam sistemas científicos globais, as novas tecnologias pertencem principalmente a corporações multinacionais ou instituições acadêmicas nas principais nações industrializadas ocidentais, e o domínio do inglês cria vantagens para os países que usam o inglês como meio de instrução e pesquisa. Tudo isso

⁵⁹ Ibid., p. 6.

significa que os países em desenvolvimento se encontram dependentes das grandes superpotências acadêmicas (tradução nossa)⁶⁰.

Ou seja, os países mais desenvolvidos industrial e tecnologicamente e que priorizam os investimentos em ciência e tecnologia conseguem se tornar mais atrativos para o destino de docentes e alunos mais bem qualificados, além de possuírem melhores possibilidades de estabelecer relações com instituições que possuem o mesmo potencial. No caso brasileiro, sabe-se que o investimento em pesquisa e desenvolvimento não está entre a primazia dos investimentos do Governo Federal (LEHER, 2019), o que já indica a posição do Brasil, no contexto global, no que tange ao tema da internacionalização do ensino superior: de *dependente das grandes superpotências acadêmicas* (ALTBACH, 2002).

Nesse contexto, cria-se um ambiente mundial de competitividade entre IES e as universidades são pressionadas a se adequarem às novas tendências. Com isso, o objetivo passa a ser o maior alcance global tanto quanto possível e, para isso, precisam se tornar mais atraentes a estudantes e pesquisadores estrangeiros e construir vínculos com universidades mais bem avaliadas de outros países. Disso, compreende-se a capacidade empreendedora de cada universidade, de saber utilizar o que tem de melhor em seu quadro institucional e acadêmico para conseguir se posicionar de maneira competitiva, estabelecendo parcerias estratégicas para captação de estudantes e pesquisadores que possam agregar valor, em todos os sentidos. De acordo com Altbach (2002, p. 7):

Isto frequentemente significa ensinar em inglês além da língua nacional, desenvolver os meios para comercializar programas de ensino superior efetivamente, tratar a propriedade intelectual como uma mercadoria e adotar estratégias de corporações voltadas para o lucro (tradução nossa).

Na concepção da OCDE, a internacionalização visa que a instituição contribua com a internacionalização do conhecimento, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para a OCDE, uma universidade empreendedora, no quesito internacionalização, deve:

apoiar a mobilidade internacional através de esquemas de intercâmbio, bolsas de estudo, estágios no estrangeiro e a utilização de outros programas de mobilidade mais amplos. Os incentivos e recompensas devem também estar em lugar para a mobilidade internacional, [...]. As universidades devem empenhar-se explicitamente em atrair pessoal internacional e empreendedor [...] As Universidades podem ter mecanismos específicos de recrutamento internacional, e um doutoramento dedicado programas/recursos que são organizados por um escritório central. O recrutamento deve ser focalizado para garantir que corresponde às necessidades da instituição. [...] as universidades devem ter um ambiente de ensino e aprendizagem adaptado a um ambiente mais global audiência. Isto deve incluir atividades em sala de aula com uma dimensão universal, estudando no estrangeiro, intercâmbios internacionais e

⁶⁰ Ibid., p. 7.

estágios; [...] as universidades devem ter ligações com outras redes internacionais, polos universitários de inovação e parcerias bilaterais com outras instituições. Podem também existir estruturas de apoio em lugar para gerir estas redes de relacionamento. Isto pode resultar num número crescente de graus conjuntos/duplos e parcerias. As universidades devem utilizar as suas redes, parcerias e ex-alunos internacionais para alimentar as agendas de ensino, aprendizagem e investigação (OCDE, 2012, p. 14-15, tradução nossa).

Com isso, a universidade estaria criando condições para se tornar mais competitiva, diante da concorrência global na esfera do conhecimento, ao mesmo tempo em que criaria oportunidades para atrair pessoas altamente qualificadas, de outros países, através de programas de intercâmbio, bolsas de estudos, entre outros, para contribuir com os objetivos da instituição. Para, Green & Baer (2000, p. 48, tradução nossa), a internacionalização é uma marca das universidades empreendedoras, porque estas “vendem ou exportam seus programas educacionais e serviços atraindo cidadãos de outros países, a engajar-se em colaborações, assistência ao desenvolvimento, e oferecer cursos de treinamento por meio de ensino a distância, e-learning ou recrutamento direto de alunos”

Uma tendência que tem crescido nesse cenário é o ensino superior transnacional, por meio da instalação de filiais de sistemas educacionais em outros países e programas de graduação em colaboração com universidades no exterior. Além disso, destaca-se as tecnologias de ensino à distância que, frequentemente, são utilizadas para ministrar parte ou a totalidade do programa educacional (ALTBACH, 2002; AZEVEDO, 2015).

No Brasil, existe um mercado crescente e lucrativo, no campo educacional, de aquisições de IES privadas por outras estrangeiras que é resultado do processo de internacionalização do ensino superior. Apesar da aparência positiva da internacionalização, do ponto de vista da interculturalidade e da troca de conhecimentos e experiências para aplicação das melhores práticas internacionais, há implicações para os países em desenvolvimento, cujo risco está associado ao que se denomina como “fuga de cérebros”. Na Índia, por exemplo, a maioria dos estudantes que vão para o Estados Unidos não voltam para casa (ALTBACH, 2002), e, no caso do Brasil, essa também tem sido uma preocupação que tem aumentado nos últimos anos, como consequência dos ataques dos governos recentes às universidades públicas, federais, cujo resultado é a redução de repasses financeiros para financiar as atividades universitárias. Além disso, por falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento, profissionais altamente qualificados não conseguem uma colocação à altura no mercado de trabalho e nem nas universidades, pois estas estão sendo, cada vez mais, precarizadas e não conseguem manter e/ou absorver essas pessoas em seu quadro institucional. Logo, com a

internacionalização, há grande risco de perder pesquisadores com excelentes currículos para o exterior, mas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do país.

De acordo com Carneiro *et. al.*, (2020) “o Brasil é um dos países com Diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação com a maior taxa de migrantes altamente qualificados (28,9% do total de migrantes brasileiros) morando nos países da OCDE”⁶¹. Uma das principais políticas públicas de iniciativa do Governo Federal de fomento à internacionalização foi o programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011 e encerrado em 2017, que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa previa:

a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior (BRASIL, s.d., *online*)⁶².

Todavia, entende-se que, antes de internacionalizar a educação superior, o Brasil precisa de um projeto de nacionalização do conhecimento, de desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da valorização da universidade pública, da estruturação de centros de pesquisas, criando condições econômica, política e social para fixar, no país, estudantes e pesquisadores de alta qualificação, e desenvolver a ciência brasileira. Entretanto, o que se vê é o risco de fechamento de universidades federais em virtude de cortes orçamentários por parte do Governo Federal, como tem anunciado a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁶³. Enquanto isso, o país se mantém apenas como um exportador de *commodities* e importador de tecnologias de ponta, apesar do potencial de pesquisa existente nas universidades públicas (SANTANA, 2018; LEHER, 2019).

Considerando o modelo de universidade empreendedora, na área da internacionalização, a OCDE (2012) orienta que as IES apoiem a cooperação e a mobilidade internacional por meio de programas de intercâmbio, bolsas de estudo, estágios no exterior e o uso de outros programas de mobilidade mais amplo. Nesse sentido, identificou-se alguns aspectos relacionados a esse

⁶¹ A autora utiliza o termo diáspora para se referir à migração de pessoas altamente qualificadas.

⁶² Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 15 jan. 2022.

⁶³ Artigo publicado no jornal O Globo pela Reitora Denise Pires de Carvalho e o Vice-Reitor Carlos Frederico Leão Rocha. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/universidade-fica-inviavel.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

parâmetro, na UFPA, os quais foram sistematizados sob as seguintes categorias: reconhecimento internacional, cooperação internacional, e apoio à mobilidade internacional.

O reconhecimento internacional faz parte da visão institucional da UFPA, conforme o PDI (2016-2025, p. 33), cuja perspectiva da Universidade é “**ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente** pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade” (grifos nossos). Para alcançar esse a meta, a Universidade possui a Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER), que é:

[...] uma unidade da Administração Superior da UFPA, instituída com o objetivo de “**promover a cooperação entre a UFPA e as diversas instituições internacionais de ensino, pesquisa e fomento à educação, na área científica e cultural**”, atuando fortemente no incentivo e consolidação de parcerias com universidades estrangeiras, no fomento ao conhecimento e compreensão de outras culturas e realidades, na colaboração com o ensino de idiomas, assim como na mobilidade de alunos, professores e administradores da UFPA (UFPA-PDI, 2016-2025, grifos nossos).

Ainda, de acordo com o mesmo documento, a UFPA, é a “única universidade federal no Brasil com uma Pró-Reitoria exclusiva para atender a essas temáticas [...]” e “[...] tem visto nos últimos anos um crescente protagonismo nesse sentido, que a tem levado à obtenção de prêmios, assim como a estar entre as 30 primeiras universidades em *ranking* nacional no item internacionalização”⁶⁴. Com isso, verifica-se que a Universidade tem empreendido esforços para o seu reconhecimento internacional, bem como para o fomento a parcerias com instituições de ensino superior estrangeiras.

Em seu *site* institucional, a Prointer descreve como sua missão:

Intensificar a Internacionalização da UFPA, ampliando e articulando parcerias com instituições internacionais de ensino superior ou de fomento à cooperação científica e cultural, em benefício da comunidade universitária e do desenvolvimento científico (UFPA-PROINTER, s.d., *online*)⁶⁵.

A UFPA tem recebido diversos prêmios, inclusive internacionais, na área de pesquisa, produção do conhecimento, inovação, entre outras, o que demonstra o reconhecimento de suas ações por diferentes instituições estrangeiras. Algumas premiações relevantes recebidas pela Universidade estão relacionadas no Quadro 15, a seguir.

Quadro 15 - Premiações internacionais recebidas pela UFPA

Área	Prêmio	Descrição
------	--------	-----------

⁶⁴ Ibid., p. 52.

⁶⁵ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13235-ufpa-realiza-mais-uma-edicao-da-feira-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 6 jan. 2021.

<p>Pesquisa <i>Mutual Autism in Random Walks</i> (Autismo mútuo em caminhadas aleatórias)</p>	<p>Pesquisador Inovador Internacional do Ano: Pesquisador Inovador do Ano em Física Estatística e Computacional"</p>	<p>A pesquisa utiliza a Física aplicada à Medicina para construção de novas ferramentas para auxiliar no diagnóstico de transtornos invasivos do neurodesenvolvimento, especialmente o transtorno do espectro autista</p>
<p>Artigo "Tratamentos silviculturais pós-colheita em clareiras de exploração florestal: efeitos a médio prazo de espécies comerciais sob condução do plantio e condução da regeneração natural"</p>	<p>Linha de Ecologia e Manejo de Florestas Tropicais do <i>RULA Awards</i>.</p>	<p>O estudo é uma colaboração de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal da Amazônia (UFRA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (UFPA, s.d., <i>online</i>). Tem como objetivo investigar o efeito, a médio prazo, de tratamentos silviculturais de pós-colheita na sobrevivência, no crescimento e na estrutura das espécies comerciais, tanto as plantadas quanto as de regeneração natural, ambas conduzidas em clareiras provenientes de exploração florestal de impacto reduzido. Estes tratamentos poderão auxiliar em uma mais rápida produção madeireira associada com a conservação de espécies comerciais⁶⁶.</p>
<p>UFPA como uma das Instituições de Ensino Superior mais comprometidas com o desenvolvimento sustentável no mundo</p>	<p><i>Times Higher Education Impact Ranking 2020</i></p>	<p>O <i>ranking</i> avalia a contribuição das universidades de todos os continentes para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pactuados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na classificação divulgada, a UFPA alcançou a posição geral 201-301, de um total de 766 instituições participantes, e a 9ª posição entre as 30 instituições brasileiras avaliadas⁶⁷.</p>
<p>Artigo <i>Adopting DevOps in the real world: A theory, a model, and a case study</i> (Adotando DevOps no mundo real: uma teoria, um modelo e um caso de estudo)</p>	<p>Eleito o melhor artigo de 2019 por revista internacional de <i>software</i> (revista <i>Journal of Systems and Software</i>)</p>	<p>O artigo foi selecionado, entre mais de 1200 inscritos, como o melhor artigo do ano de 2019 de uma das mais prestigiadas revistas de engenharia de software do mundo. O trabalho investiga como várias empresas do mundo estão adotando <i>DevOps</i> - um novo paradigma de desenvolvimento de software em que equipes, que eram antes divididas entre desenvolvedores (o "<i>Dev</i>") e o time de infraestrutura (do inglês, <i>operator</i>, o "<i>Ops</i>"), agora estão fundidas em uma única responsabilidade⁶⁸.</p>
<p>Projeto da Amana Katu, do Time Enactus/UFPA</p>	<p><i>Enactus' World Water Race</i> e no <i>Ford Mobility Innovation Challenge</i> (competições mundiais que unem</p>	<p>O projeto consiste na construção e instalação de cisternas de baixo custo para comunidades sem acesso à água potável. Além de beneficiar comunidades da região, que recebem as cisternas gratuitamente, o projeto capacita jovens de baixa renda do Movimento República</p>

⁶⁶ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11576-estudo-sobre-tratamentos-para-a-regeneracao-natural-de-florestas-recebe-premio-internacional>. Acesso em: 14 jan. 2022.

⁶⁷ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11538-ranking-reconhece-a-ufpa-como-umas-das-instituicoes-com-maior-impacto-no-desenvolvimento-sustentavel-no-mundo>. Acesso em 14 jan.

⁶⁸ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11484-artigo-de-professor-da-ufpa-e-eleito-o-melhor-de-2019-por-revista-internacional-de-software>. Acesso em: 17 jan. 2022.

	empreendedorismo e sustentabilidade.)	de Emaús para construção e comercialização do produto ⁶⁹ .
UFPA está entre as melhores universidades das Economias Emergentes	<i>Times Higher Education (THE) Emerging Economies Rankings (Ranking Economias Emergentes)</i>	Este é o quarto ano em que a instituição entra na lista, ficando no grupo de instituições na posição 501+, entre as 698 universidades selecionadas ⁷⁰ .
UFPA está entre uma das melhores universidades e Ensino Superior do mundo	<i>Ranking Times Higher Education</i>	Segundo o <i>ranking</i> , divulgado no dia 27 de setembro de 2018, a UFPA é uma das 36 instituições brasileiras que foram classificadas entre as 1.250 melhores do planeta e a única da Região Norte a entrar na lista. Naquele ano, entre as brasileiras, a UFPA estava na 21ª posição e, internacionalmente, entre a 1.001ª e 1250ª posições. No <i>ranking</i> anterior, a Federal Paraense não chegou a entrar na lista.

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em informações obtidas no *site* institucional da UFPA.

O apoio à mobilidade internacional tem sido um dos focos da UFPA para a sua internacionalização. No PDI (2016-2025, p. 52-53) consta que:

A PROINTER coordena programas com vistas a incrementar o processo de internacionalização. Os principais programas são o Programa Erasmus Mundus, Programa Erasmus+, Programa Santander Universidades e programas financiados pelo Governo Federal (Idiomas sem Fronteira, CAPES, CNPq).

O Santander Universidades – Programa Ibero-Americanas Santander é voltado para estudantes brasileiros de graduação e tem como objetivo promover a mobilidade internacional de um semestre para estudantes brasileiros de graduação em renomadas universidades ibero-americanas conveniadas ao Programa Santander e à UFPA, possibilitando novas experiências e contato com diferentes culturas estrangeiras. O programa foi criado em 2011 para universitários de 49 instituições brasileiras. Atualmente, já está na sua décima edição, cuja última ofertou inscrições em 2020. A UFPA faz parte do programa desde 2011 e enviou, para o exterior, um total de **71 estudantes selecionados** e diversos cursos de graduação como Engenharia Civil, Odontologia, Biomedicina, Comunicação Social - Jornalismo, Letras - Francês, Geografia, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Cinema e Audiovisual, Letras – Inglês, Artes Visuais, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia da Computação, Ciências Econômicas, Pedagogia, Serviço Social, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda,

⁶⁹ Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9190-iniciativa-do-time-enactus-ufpa-ganha-dois-premios-internacionais>. Acesso em: 17 jan. 2022.

⁷⁰ Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13093-ufpa-esta-entre-as-melhores-universidades-das-economias-emergentes#:~:text=No%20THE%20World%20University%20Ranking,de%2099%20pa%C3%ADses%20e%20territ%C3%B3rios..> Acesso em 17 jan. 2022.

Turismo, Farmácia, Administração, Educação Física e dos mais diversos *campi* como Bragança, Ananindeua, Castanhal e Belém⁷¹.

Por sua vez, o Programa Erasmus Mundus é um programa comunitário de cooperação e de mobilidade, na área do ensino superior, financiado pela União Europeia (UE). Visa reforçar a qualidade e a capacidade de competição e de cooperação internacional das universidades europeias, bem como promover a compreensão intercultural, mediante a cooperação com países terceiros (países fora da UE e da Europa). No total, a UFPA já selecionou **91 estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado** para participar do programa. O programa foi lançado em 1987 e se tornou uma das iniciativas mais bem-sucedidas e mais conhecidas da União Europeia. Através do Erasmus Mundus, cerca de 2,3 milhões de estudantes participaram de intercâmbios entre 1987 e 2001, o qual serviu de modelo para programas de mobilidade em outros setores do ensino, da formação e do trabalho dos jovens.

No Erasmus Mundus, cada parceria era composta por um consórcio de, no mínimo, cinco IES europeias oriundas de, pelo menos, três Estados-Membros da UE e por, pelo menos, uma IES oriunda de cada um dos países parceiros, incluídos numa dada área geográfica. As redes formadas no Brasil eram compostas por universidades europeias e brasileiras, coordenadas por uma universidade europeia. Cada consórcio possuía um *site* para a realização de candidaturas, cuja escolha era feita pela IES de acolhimento (UFPA-PROINTER).

Em 2014, surgiu um novo programa, denominado Erasmus+ (Erasmus Plus), que engloba várias áreas de atividade – educação, formação, juventude e esporte – com encerramento em 2021. No Erasmus+, não havia mais a necessidade de consórcio (próprio do Erasmus Mundus). O acordo bilateral era feito entre 2 universidades – uma europeia e outra de países fora da UE e da Europa. A IES europeia é quem deveria submeter a proposta para a comissão europeia e, uma vez aprovada, ela coordenava o programa e o financiamento. As candidaturas não eram realizadas em *site* e a universidade de origem deveria escolher os candidatos. Até o ano de 2021, **3 alunos (mestrado e doutorado)** da UFPA haviam participado do programa (UFPA-PROINTER).

A UFPA faz parte dos seguintes consórcios Erasmus Mundus: Redes da Universidade do Porto (Portugal); Rede da Universidade de Coimbra (Portugal); Redes de Universidade de Munique (Alemanha); Rede da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Rede da Universidade de Turim (Itália); Rede da Central e Supélec (França) (UFPA-PDI 2016-2025). A participação da UFPA nesse programa gerou frutos e a Universidade Devido foi convidada,

⁷¹ Disponível em: <http://www.prointer.ufpa.br/index.php?lang=pt-br>. Acesso em: 17 jan. 2022.

em dezembro de 2010, a participar do Instituto de Estudos Brasil Europa (IBE) e ser a instituição líder no Norte.

De acordo com o *site* institucional da Prointer, a UFPA possui, em 2011, em termos de mobilidade “in” (para o Brasil), um total de 7 processos registrados, dos quais 4,57% eram financiados pelo Programa de Consórcios em Educação Superior entre Brasil e Estados Unidos (CAPES/FIPSE). Em 2014, foram anotados 55 processos de mobilidade; deste 47,85% eram sustentados pelo Programa Bolsas Brasil PAEC OEA-GCUB (PAEC), resultado da cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DCE/MRE), e apenas 7,13% pelo CAPES/FIPSE, demonstrando uma redução em relação ao período anterior. Já em 2018, as mobilidades “in” totalizaram 106, em que 50,47% foram subsidiadas, também, pelo PAEC. Desse modo, houve um crescimento quanto à mobilidade internacional na Universidade, o que tende a crescer, visto o engajamento da instituição no que se refere ao tema.

Sobre a mobilidade “out” (para outros países), em 2011 eram 22 processos registrados na Prointer, e 11% foram financiadas pelo Santander Universidades; em 2014, somavam 214, dos quais 138,64% foram custeadas com ajuda do Programa Ciências Sem Fronteira (CSF). Enquanto isso, em 2018, houve uma queda na saída de estudante para o exterior, totalizando 35; desse montante, 11,31% foram subsidiadas pela CAPES e 7,20% pelo Santander Universidades. Observa-se que tanto na mobilidade “in” como na “out” houve uma diminuição no financiamento pelo CAPES/FIPSE, o que pode ser reflexo da redução dos recursos destinados a bolsas de várias espécies para as IFES como desdobramento da política de ajuste fiscal que tem afetado as universidades federais nos últimos anos.

No que tange à cooperação internacional, a UFPA mantém acordos com 21 países: Alemanha, Angola, Argentina, Bélgica, Cabo Verde, Chile, China, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana Francesa, País de Gales, Itália, Japão, Jamaica, Moçambique, Portugal, República Tcheca. Entre os programas voltadas a esse tema, o Relatório Gestão (2019) destaca dois: Programas internos de fomento à cooperação internacional: Programa de Apoio à Cooperação Internacional (PACI), que dispõe recursos para pesquisadores e grupos de pesquisa realizarem reuniões com grupos do exterior para elaboração de propostas de cooperação; e Programa de Apoio à Produção Acadêmica (PIAPA), que viabiliza a participação de docentes e estudantes de pós-graduação em eventos científicos internacionais (UFPA, 2019).

Até 2018, a UFPA registrou na Prointer um total de 281 acordos de cooperação internacional. Desses, 65% (184) são em parceria com países europeus, o que reflete os resultados dos programas Erasmus Mundus e Erasmus+, e 38 (13%) junto a países da América do Sul, bem como 38 (13%) com nações da América do Norte. Por sua vez, a região da América Central e o continente asiático são os que a UFPA possui menos parcerias, representando, cada um, a soma de 2% (4) acordos de cooperação internacional. Com isso, verifica-se que a Universidade está, gradativamente, conseguindo se articular com instituições estrangeiras e estabelecer parceria para a viabilização da mobilidade acadêmica de seus estudantes e professores, assim como para receber alunos e pesquisadores de outros países, o que sinalizada que a Universidade tem aderido a essa tendência global e que, também, caracteriza a universidade empreendedora, segundo a OCDE (2012).

3.7 Indicadores de desempenho relacionados a atividades empreendedoras

A aferição dos indicadores de uma universidade empreendedora compreendem a coleta de evidências do efeito das atividades em sua agenda empresarial; avaliação do nível de engajamento com ensino e aprendizagem empresarial em todas as faculdades e departamentos; medição do impacto da educação para o empreendedorismo em diferentes fases da educação; estabelecimento de critérios de sucesso definidos em relação à troca de conhecimentos (incluindo número de *spins offs*, patentes, novas ideias de pesquisa e novos relacionamentos) (OCDE, 2012). Ou seja, a universidade deve definir metas e indicadores sobre tais aspectos e acompanhar seu desempenho a fim de verificar em que medida tem conseguido atuar de maneira empreendedora. Nesse contexto, um conceito importante que se apresenta é o da propriedade intelectual, visto a internacionalização que abriu as fronteiras mundiais para a troca de conhecimento no ensino superior.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) – *World Intellectual Property Organization* (WIPO), instituída pela Convenção de Estocolmo, em 14 de julho de 1967, da qual o Brasil faz parte desde 1975 e possui sede local desde 2009 – define propriedade intelectual os direitos relativos:

às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal; e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (OMPI, 2002, p. 4).

Desse modo, a propriedade intelectual se refere a tudo o que envolve a atividade inventiva. E tem com finalidade dar segurança aos inventores e estimular a criação de produtos, conhecimento, marcas, entre outros, bem como o empreendedorismo (ABPI, s.d., *online*).

No Brasil, a legislação que regula, atualmente, a propriedade intelectual é a Lei 9.279 de 1996, estabelece o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal ligada ao Ministério da Economia, como o órgão responsável pela concessão dos direitos de propriedade intelectual. Ainda, o INPI, é uma das bases públicas de verificação da existência de pedidos de patentes semelhantes com vistas a levantar a novidade/diferenciação da invenção/criação (BRASIL, 1996c). A regulamentação ampliou a possibilidade do patenteamento nas áreas científicas, abrangendo inovações das ciências de biológicas, da saúde e agrárias, diferentemente da lei antiga, de 1971, que não concedia patentes em áreas como a farmacêutica ou a de produtos químicos.

Com a promulgação da Lei 9.279/1996 que regulamenta os direitos de propriedade industrial e intelectual no país, o número de solicitações de patentes realizadas pelas universidades brasileiras aumentou sensivelmente. Essa lei eliminou restrições ao patenteamento, estendido agora a todos os campos tecnológicos, inclusive da química e da biologia, sendo excepcionada, no entanto, a proteção de parte ou todo de seres vivos e materiais biológicos encontrados na natureza ou dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo (CASTRO, SOUZA, 2012, p.127).

Somado a essa norma, o Decreto 2.553 de 1998 (BRASIL, 1998) regulamentou, a título de incentivo, a premiação de parcela do valor das vantagens auferidas pelo órgão ou entidade com a exploração da patente ou do registro. Isso significa a possibilidade de ganhos econômicos pelos pesquisadores ou qualquer servidor da Administração Pública direta, indireta e fundacional, pelo desenvolvimento de invenção, aperfeiçoamento ou modelo de utilidade e desenho industrial (art. 3º). Esse estímulo evidencia o fomento à inovação empreendedora de professores e técnicos administrativos das universidades, que vai ao encontro da perspectiva de universidade empreendedora.

Além da ampliação do leque de invenções patenteáveis, a legislação de propriedade intelectual passou a incorporar a possibilidade de participação dos pesquisadores universitários nos ganhos econômicos decorrentes da exploração dos resultados de suas pesquisas realizadas no ambiente de trabalho protegidas por direito de propriedade intelectual, sendo assegurado como forma de incentivo “premiação de parcela do valor das vantagens auferidas pelo órgão ou entidade com a exploração da patente ou registro” (PÓVOA, 2006, p. 7).

De acordo com o PDI (2016-2026) da UFPA, são perspectivas dos resultados institucionais, os seguintes indicadores: no ano base de 2020, no objetivo estratégico “valorizar a diversidade nos processos formativos”, projetou-se que 60% dos projetos pedagógicos de

cursos de graduação adotassem a inovação e flexibilização curricular, sendo que em 2025 a meta é de 100%. Nesse sentido, a UFPA pretende, até o fim do atual PDI, inserir a inovação e a flexibilização curricular em todos os seus cursos. Esse indicador não existia no PDI anterior (2011-2015).

Quanto ao desenvolvimento sustentável, verificou-se que no objetivo estratégico para “propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável” a perspectiva da UFPA inclui meta, com os respectivos indicadores, para: Produção científica global, um total de 4.240, em 2015; 6.360, em 2020; e 8.480, em 2025. Em 2019, de acordo com o Relatório de Gestão, a Universidade produziu 4.994 artigos, 222 livros e 1837 capítulos de livros.

Ainda no mesmo objetivo estratégico de desenvolvimento sustentável, o PDI (2016-2025) informa que, a meta “Número de Patentes”, a perspectiva é de 32 registros, em 2015; 70, em 2020; e 95, em 2025. Na UFPA, a proteção da propriedade intelectual é um dos serviços incentivados pela Univesitec, que dispõe de uma coordenadoria exclusiva para orientação quanto aos pedidos de registros de patentes, programas de computador, marcas, desenhos industriais, e direitos autorais. A propriedade intelectual da Universidade inclui 33 registros de patentes nacionais, 8 patentes internacionais (Japão, Estados Unidos, Europa, África do Sul, ARIPO), além de 9 pedidos de patentes internacionais (Japão, Estados Unidos). A Figura 2 ilustra a evolução no número de patentes, da UFPA, depositadas e concedidas, no Brasil e no exterior, no período de 2001 a 2019.

Figura 2 - Evolução de pedidos de patentes depositadas e concedidas, no Brasil e no exterior, no período de 2001 a 2019, na UFPA

Total de pedidos de patentes depositados no Brasil, de 2001 a 2019	204	Total de patentes concedidas no exterior	15
Total de pedidos de patentes depositados no exterior, de 2001 a 2019	31	Total de pedidos de patentes registrados em 2019	31
Total de patentes concedidas no Brasil	10	Total de pedidos de Registros de Programa de Computador em 2019	16

Fonte: UFPA - Relatório de Gestão (2019).

Verifica-se que o número de pedidos de patentes depositados no Brasil (204) é significativamente superior quando comparado ao quantitativo depositado no exterior (31). Todavia, o total de patentes concedidas no exterior apresenta um somatório um pouco maior (15) em relação ao que foi concedido à UFPA, no Brasil (10). Uma explicação plausível para esse fato pode estar relacionada ao tempo que o INPI leva para finalizar o processo de registro de patente, que pode demorar mais de uma década (ABPI, *online*). Além disso, até o fechamento do Relatório de Gestão (2019), a Universidade possuía 31 registros de patentes, mas, como já informado, a Universitec já contabiliza 33, somente nacionais, que devem ter sido conseguidas nos dois últimos anos.

No que tange ao objetivo estratégico “intensificar as relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas”, a UFPA projetou 20 convênios, em 2015; 50, em 2020; e 100, em 2025. Segundo o Relatório de Gestão (2019), a Universidade possuía 766 convênios ativos, sendo 678 com empresas privadas, 20 com instituições públicas municipais, 25 com públicas estaduais, 43 com públicas federais. Logo, a meta já foi superada e tende a crescer nos próximos anos.

Quanto à estratégia institucional para “ampliar e consolidar as relações internacionais”, a meta estabelecida pela Universidade no PDI (2016-2025) foi de ter o seguinte desempenho em relação ao “Número de países alcançados por iniciativas de cooperação da UFPA”: 18, em 2015; 28, em 2020; e 35, em 2025. Em 2019, a instituição conseguiu desenvolver 31 acordos internacionais. Ao todo, 100 acordos internacionais estão em vigência, com países de diferentes continentes: América do Norte (14), Europa (61), América do Sul (16), África (5), América Central (3), Ásia (1). Os novos acordos firmados em 2019 são os seguintes: Portugal (7), França (5), Espanha (4), Romênia (3), Chile (2), EUA (2), Itália (2), México (2), Peru (2), Alemanha (1), Áustria (1), Guiana Francesa (1), Grécia (1), Inglaterra (1), Moçambique (1), Suécia (1), Suíça (1). As áreas de conhecimento mais contempladas nos novos acordos são: Ciências Humanas e Sociais (40%), Ciências Sociais (12%), Aplicadas Ciências Biológicas (12%), Ciências Exatas e Naturais (12%). Outros campos da ciência são: Tecnologias e Engenharias (9%), Ciências da Saúde, Educação, Meio Ambiente, com 3% cada uma, e demais áreas não especificadas totalizam 9% (UFPA, 2019)

Sobre os indicadores que tratam do objetivo estratégico denominado “ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais”, a meta da UFPA, para o PDI (2016-2025), é de um aumento de 30% no crescimento de recursos captados, em 2020, e

50%, em 2025. Em 2019, segundo o Relatório de Gestão, a Universidade obteve um total de 7.320.161,00 (sete milhões, trezentos e vinte mil, cento e sessenta e um reais) em recursos de Emendas Parlamentares que serviram para financiar 79 projetos de extensão. No ano de 2018, esse número foi de 49 projetos financiados pelo mesmo tipo de recurso. Em análise ao desempenho alcançado, a Universidade compreende que “esses números demonstram o aprimoramento institucional como elemento mediador entre as fontes externas de financiamento e as demandas culturais, sociais e de desenvolvimento territorial, oriundas de grupos organizados da comunidade e da própria UFPA” (UFPA, 2019, p. 58).

Diante dos indicadores e desempenhos evidenciados nos documentos analisados, verifica-se que a UFPA possui metas relativas a elementos que estão caracterizados como parâmetros de uma universidade empreendedoras e que medem o impacto de suas ações nesse âmbito, quais sejam: inovação e flexibilização curricular (*Desenvolvimento de empreendedorismo no ensino e aprendizagem*), produção científica, número de patentes, cooperação internacional (*a Universidade Empreendedora como instituição internacionalizada*), convênios com organizações públicas e privadas, e captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais (*Capacidade Organizacional, Pessoas e Incentivos*) (OCDE, 2019).

Com isso, pode-se considerar que a UFPA apresenta indicadores que avaliam seu desempenho em aspectos que se alinham a alguns elementos que caracterizam esse novo modelo de universidade, pois as ideologias e políticas públicas com vistas a fortalecer a centralidade do mercado a impulsionam nessa direção. As projeções das metas identificadas estão em consonância com os objetivos estratégicos da UFPA que, ainda que sutilmente, contemplam ações definidoras do empreendedorismo que a OCDE (2012) e a literatura orientam para as universidades contemporâneas, tendo em vista as transformações mundiais e os novos modelos de gestão governamental que se apresentam (OSBORNE; GAEBLER, 1995).

Desse modo, se não se pode afirmar que a UFPA é uma universidade, na sua essência, empreendedora, já é possível evidenciar aspectos importantes em suas atividades que dão sentido ao perfil empreendedor. Nesse sentido, infere-se que as correlação de forças políticas internas entre os sindicatos e movimentos internos que lutam em prol da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade e os seguimentos que se alinham à política neoliberal para a implementação na íntegra de seus projetos, venha impedindo o desmonte total da Universidade do ensino, da pesquisa e da extensão com vistas ao desenvolvimento social, aspecto esse que não foram aprofundados neste estudo, mas que merece pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar possíveis evidências da concepção de universidade empreendedora na UFPA, com base em parâmetros da OCDE (2012). Para a compreensão desse novo modelo universitário, considerou-se o contexto das políticas públicas do Estado neoliberal que, para salvaguardar o sistema capitalista em crise, formulam ideias, regulações e implementam ações que aproximam a universidade do desenvolvimento econômico, nos moldes neoliberais, e a distancia do desenvolvimento social, levando-as a assumirem a face de *Organização Social* (CHAUI, 1999). Nesse sentido, buscou-se relacionar Reforma do Estado neoliberal, reorganização produtiva e desregulamentação trabalhista, e políticas públicas educacionais recentes para a educação superior, partindo do princípio de que as mudanças implementadas nesses campos são resultantes da doutrina neoliberal adotada, no Brasil, com destaque para a reconfiguração do papel das universidades públicas, fazendo surgir novos modelos universitários, tal como o empreendedor, o que redefine a função social universitária.

Analisando esse cenário, pode-se entender o demasiado discurso em favor da disseminação do empreendedorismo, que se constitui, atualmente, como uma ideologia neoliberal que responsabiliza os indivíduos pela própria subsistência, ou seja pelo *autoemprego*. Do mesmo modo, compreende-se que a inserção dessa categoria de mercado nos objetivos estratégicos da universidade contemporânea, como sugere a literatura sobre o tema, ocorre após a ascensão da doutrina neoliberal no contexto mundial, assim como na política econômica brasileira, mais especificamente no início da década de 1990, o que refletiu na diminuição do financiamento estatal para as IES públicas. A partir disso, verificam-se políticas públicas educacionais para o ensino superior alinhadas à lógica mercadológica e empreendedora, cujo destaque brasileiro mais recente é o Future-se.

O estudo teórico sobre os conceitos de empreendedorismo foi importante para conhecer a evolução dos sentidos do termo. Como ficou demonstrado, o empreendedorismo estava, em sua gênese, associado à esfera econômica, sendo que a característica de assumir risco é relacionada ao termo apenas no século XII, cujo principal autor destacado no período é Richard Cantillon, escritor e economista, que é reconhecido como o primeiro a diferenciar o empreendedor do capitalista (DORNELAS, 2001). Outros atributos foram sendo incorporadas ao conceito e novas campos científicos passaram a se interessar pelo tema, como é o caso das ciências humanas, particularmente a vertente comportamentalista, que estuda o comportamento do empreendedor, e a escola dos traços da personalidade, a qual entende que o empreendedor

cria seu próprio negócio como uma alternativa por não conseguir se adaptar ao ambiente de trabalho anterior.

De modo geral, assumir risco, aproveitar oportunidades, criar empreendimentos e gerenciar negócios são elementos relacionados ao empreendedorismo por alguns autores (DORNELAS, 2001; FILION, 1999). Para outros, a inovação é o principal diferenciador do empreendedor e do administrador, haja vista que, para estes o empreendedorismo envolve a criação de algo especial a um produto ou processo já existente, que resulta em uma nova forma de consumo (SHUMPETER, 1997; DRUCKER, 1987). Filion (1999) apresenta uma abordagem mais ousada: propõe a criação de uma teoria do empreendedorismo que ele chama de *empreendedologia*, cuja ciência reuniria o corpo *empreendedologistas*, de várias disciplinas, para estudar os empreendedores, enquanto o empreendedorismo continuaria no campo da pesquisa aplicada, produzindo resultados aplicáveis. Com isso, verifica-se a mudança conceitual do termo de acordo com o contexto histórico e as transformações sociais, políticas, e econômicas de cada período.

Atualmente, no Brasil, o empreendedorismo está associado a, praticamente, qualquer iniciativa de negócio próprio, seja a venda dos famosos bolos de pote, por exemplo, ou a criação de um *software* no campo da saúde, da indústria, etc., demonstrando a adaptação do termo ao contexto de crise global do capital. Assim, com o espraiamento mundial da doutrina neoliberal, particularmente via desregulamentação e reestruturação trabalhista, entende-se que o empreendedorismo passa a ser uma resposta ao rastro de mazelas socioeconômicas e tem sido colocado como a “solução” aos problemas da sociedade. Com isso, o termo recebeu novos sentidos, principalmente de *autocapacitação*, *autoemprego*, que torna os cidadãos responsáveis por seu sucesso ou fracasso, independentemente do contexto e da ausência de políticas públicas do Estado, e coopta a consciência de classe dos indivíduos pela ilusão do sonho capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016; ANTUNES, 2020, COSTA, 2009; TAVARES, 2018).

Seguindo esse raciocínio, buscou-se analisar as condições socioeconômicas que fortalecem o empreendedorismo no Brasil. A esse respeito, a pesquisa teórica demonstra que a histórica subordinação econômica do país é um dos principais fatores que, na atualidade, induzem a massa trabalhadora para o setor de serviços e, principalmente, para a informalidade. Somado a isso, o aumento do índice de desemprego tem obrigado os cidadãos a buscar por alternativas de renda, cooperando para a elevação de atividades empreendedoras, além de colocar o país entre os que possuem as maiores taxas de empreendedores. Entretanto, de acordo com o relatório executivo do GEM (2019), quase 90% das pessoas que empreendem, no Brasil,

o fazem por uma questão de necessidade e por não conseguirem se inserir ou voltar ao mercado de trabalho formal.

Sabendo que as transformações socioeconômicas refletem em toda a esfera social, o fenômeno do empreendedorismo tem se propagado no âmbito da Administração Pública, especialmente a partir das reformas estatais e do discurso de eficiência, produtividade e competitividade, que passaram a reger a atuação governamental. Nesse contexto, surge a ideia de que a universidade do século XXI precisa ser empreendedora, adaptada às mudanças globais, e uma nova concepção de IES vem sendo construída. Dessa maneira, ao introduzir uma categoria essencialmente mercadológica nas atividades administrativas e acadêmicas das universidades, particularmente as públicas, submete-se essas instituições à lógica privatista e mercantilista de sua função social, embora, muitas vezes, se proclame o desenvolvimento regional ou socioeconômico como justificativa de *reestruturação* universitária.

Para analisar esse processo, fez-se necessário discorrer sobre a universidade brasileira no contexto de reforma do Estado neoliberal, o qual evidenciou que as IES sempre representaram um espaço que esteve em constante disputa entre o interesse público e o privado. A luta por uma universidade democrática, socialmente referenciada e de qualidade esteve e está presente, ainda hoje, nas pautas das reivindicações estudantis, de docentes, e de outros movimentos da sociedade civil. Apesar das resistências, a heteronomia tem adentrado as universidades por meio de políticas públicas educacionais que fragilizam a autonomia universitária, determinando as pesquisas e os currículos, entre outros, principalmente pelo discurso de autossuficiência financeira.

Nos períodos mais recentes, verifica-se a instituição de programas e legislações, por parte do Governo Federal, que têm, cada vez mais, aproximado a universidade do mercado. Entre as políticas públicas mais enfatizadas pela literatura estão os Programas de Financiamento Estudantil, que tem subsidiado a expansão do ensino superior privado mercantil. Enquanto isso, as universidades públicas federais vivenciam a precarização de seu financiamento e a sua indução à captação de recursos por iniciativa própria.

Para regulamentar o processo de ida das universidades ao mercado, duas legislações estratégicas foram aprovadas: a Lei nº 10.973 de 2004, que incentiva a inovação e a pesquisa científica e tecnológica, pela lei da IIPCT (BRASIL, 2004a) e a Lei nº 11.079 de 2004 (BRASIL, 2004b), conhecida como a lei das PPPs. A primeira fomenta a transferência de tecnologia das universidades para as empresas, facilita a utilização de recursos das IFES por estas, viabiliza a alocação de recursos públicos para projetos considerados inovadores, e prevê

a gratificação de pesquisadores participantes da produção de conhecimentos utilizados pelo setor empresarial. A segunda complementa a primeira, no que tange à educação superior, pois busca atrair financiamento privado para as IES em troca de serviços acadêmicos e científicos, e tem se tornado uma fonte de renda para as universidades federais. Além dessas políticas públicas, não se pode esquecer do Future-se, programa que institui a universidade empreendedora. De acordo com o estudo teórico, a nova reforma universitária representa a *privatização endógena* ou, ainda, a *refuncionalização* da universidade pública. O programa é construído a partir de três eixos: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, empreendedorismo e internacionalização.

Conforme as relações contextuais estabelecidas ao longo deste trabalho, compreende-se que a inovação tecnológica integra o novo padrão de desenvolvimento, com propósitos determinados pelo setor produtivo; por outro lado, o conceito de empreendedorismo tem se ressignificado e se propagado por toda a esfera social e, portanto, no ensino superior, sob a ideia de ser a “solução” para o desenvolvimento regional e do país, embora seja mais frequente em países subdesenvolvidos; e, não menos importante, a internacionalização – ao mesmo tempo em que possibilita a troca de conhecimentos entre instituições mundiais – coloca em risco o quadro nacional de especialistas altamente qualificados, visto a iminência de “fuga de cérebros” para países mais atrativos no campo científico, econômico e político. Ademais, inovação, empreendedorismo e internacionalização são características que direcionam a atuação de uma universidade empreendedora, segundo a OCDE (2012).

Estando diante desse contexto, buscou-se analisar em documentos institucionais da UFPA, especialmente os PDIs (2011-2015) e (2016-2025), além de Relatórios de Gestão (2012-2019), para identificar possíveis evidências de parâmetros de universidade empreendedora na instituição. Esses documentos foram selecionados partindo do princípio de que, conforme explica a literatura sobre o tema, o compromisso da universidade com o empreendedorismo deve ser expresso pela sua institucionalização, desde os objetivos estratégicos até a atuação rotineira nas unidades administrativas e acadêmicas. Assim, implementou-se um trabalho de leitura atenta dos dados coletados para identificação, em nível macro, de características empreendedoras, na UFPA, que se aproximam das orientações da OCDE (2012) para a transformação da universidade em empreendedora.

Como resultados da pesquisa, identificou-se que o desenvolvimento regional e socioeconômico, que faz parte da *terceira missão* da universidade, na atualidade, faz parte dos objetivos estratégicos da UFPA. Nesse sentido, em consonância com o PNDR, a Universidade

tem buscado ampliar sua interiorização, cuja medida se fundamenta no desenvolvimento da Amazônia, subsidiando a geração de emprego e renda para a população local, conforme expressa os documentos institucionais. Todavia, entende-se, da análise documental, que o modelo de desenvolvimento estimulado diz respeito à produção agrícola, à extração florestal, e outras formas de exploração dos recursos naturais amazônicos, aliadas à conservação ambiental, o que envolve dois problemas: primeiro, a subutilização da capacidade científica e de produção do conhecimento, pois contribui para a perpetuação da base produtiva ligada à exploração de recursos naturais e exportação de *commodities*, pela falta de um projeto autônomo de desenvolvimento nacional; segundo, não se evidencia na estratégia institucional a preocupação em “responder aos grandes desafios sociais: determinantes do subdesenvolvimento e da pobreza; desigualdade social; tecnologia e soberania nacional etc” (LEHER, 2021, p. 5).

No que tange a educação empreendedora, o segundo parâmetro de universidade empreendedora nas orientações da OCDE (2012), encontrou-se poucas evidências nos dados analisados. Entretanto, conforme foi demonstrado, essa flexibilização curricular pode ser percebida nas faculdades e grupos de pesquisas, por exemplo, onde algumas iniciativas já alcançaram reconhecimento internacional, através de premiações voltadas para a temática. Assim, o ensino do *autoempreendedorismo* na educação superior dissemina a ilusão de que os que não têm domínio sobre os meios de produção podem se tornar capitalistas empreendedores (TAVARES, 2018; LEHER, 2020). Desse modo, pesquisas mais específicas e aprofundadas sobre o tema são necessárias, na UFPA, para identificar em que medida, de que forma e em quais cursos a educação empreendedora está presente nas matrizes curriculares da Universidade.

Outro aspecto a ser analisado em investigações futuras refere-se às estruturas, da UFPA, de apoio ao empreendedorismo, em que se destaca a Univesitec, a qual – além de se relacionar com o incentivo à educação empreendedora, por meio de cursos, eventos, projetos e outras atividades acadêmicas – também se alinha à área denominada pela OCDE (2012) como *Caminhos para empreendedores*, justamente pelo papel que exerce na disseminação da cultura empreendedora na instituição e na região amazônica. Como foi evidenciado, a Agência tem como visão de futuro ser referência internacional no incentivo ao empreendedorismo da Amazônia, através de sua Coordenadoria de Empreendedorismo, em atuação desde 2014. Entre as ações da unidade, incluem-se o *Workshop* “Empreendedorismo: curta essa ideia”, o ciclo de palestras “Empreendedorismo: conheça e inspire-se” e uma grade de cursos, palestras e

oficinas, além de competições de ideias inovadoras como o “Desafio Universitário de Ideias Inovadoras – Inove+” e de apoio ao desenvolvimento de ideias no StartupLab Universitec, em parceria com o PIEBT.

O PIEBT, por sua vez, é um dos principais programas da Universitec, o qual representa uma estrutura de apoio a projetos empreendedores de pequenos empresários que tenham interesse em se lançar o mercado competitivo, mas não possuem os conhecimentos necessários à condução do negócio. Nesse âmbito, são oferecidos serviços diversos que compõem a estrutura física da Universidade: energia, instalações hidrossanitárias, ramal telefônico interno, serviços de consultoria, acesso à internet, vigilância eletrônica, limpeza de áreas comuns, salas de reunião, *showroom*, auditório, equipamentos audiovisuais e de informática, suporte estratégico e auxílio em eventos, se necessário. Ou seja, embora o Future-se tenha sido rejeitado pela gestão universitária e pela comunidade acadêmica⁷², o empreendedorismo, que é um dos eixos estruturantes desse programa, já está presente em alguns departamentos específicos da UFPA e, acredita-se, tende a se expandir institucionalmente.

Do mesmo modo, destaca-se a importância do PCT-Guamá nos dados analisados. O parque tecnológico está instalado dentro da UFPA, voltado ao empreendedorismo inovador, com gestão administrativa, financeira, física e ambiental sob responsabilidade da Fundação Guamá, e é vinculado ao Governo do estado e à Sectet. O foco do espaço é a prestação de serviços por vários laboratórios a pequenos empreendedores e ao mercado regional. No relatório do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) (2020), realizado pelo instituto Endeavor Brasil e A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Belém é reconhecida como a 14ª cidade mais inovadora do país, com uma pontuação de 7,24, e está entre as três cidades fora do eixo sul-sudeste com boas colocações no índice temático, juntamente com Campina Grande e Recife. De acordo com a referida pesquisa, o fator determinante para esse resultado é a presença do PCT-Guamá, considerado como “um esforço para aprimorar os insumos necessários para fomentar atividades inovadoras em seus setores produtivos”⁷³. No tema cultura empreendedora, Belém foi classificada como a 19ª cidade (com pontuação de 6,86), num *ranking* que analisou as 100 cidades mais populosas do Brasil, em 2020.

A parceria público-privada também se demonstrou relevante nos dados analisados nesta investigação. Conforme informado pelos PDIs (2011-2015 e 2016-2025) e pelos Relatórios de Gestão (2012 – 2019), a Universidade tem como um de seus objetivos estratégicos a ampliação

⁷² Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/10745-conselho-universitario-da-ufpa-rejeita-por-unanimidade-proposta-do-future-se-do-mec>. Acesso em 30 jan. 2022.

⁷³ Endeavor; Enap, 2020, p. 26. Disponível em: <https://ice.enap.gov.br/>. Acesso em 20 jan. 2025.

da captação de recursos através de parcerias com organizações públicas e privadas. Essa medida, como os próprios documentos relacionam, se deve à redução de financiamento do Governo Federal para as IFES. Desse modo, para continuar cumprindo seus compromissos com ensino, pesquisa e extensão, a UFPA explicita que essa tem sido uma necessidade crescente e explica que os recursos são direcionados de acordo com o objeto de instrumento que os formalizam e contribuem para o pagamento de bolsas para estudantes, aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, e melhoria de infraestrutura de salas de aula, entre outros.

Através do PCT-Guamá e das parcerias público-privadas, e da Universitec – por meio da Coordenadoria de Consultoria e Serviços Tecnológicos – a UFPA tem se destacado na transferência de conhecimento, característica empreendedora da universidade do século XXI (OCDE, 2012). Essa evidência se verifica nos dados analisados e em premiações recebidas pela instituição, como o *World University Ranking 2022*, da Revista *Times Higher Education* (THE), em que a UFPA vem se destacando ao longo dos anos. Os serviços prestados nessa área são, principalmente, voltados para a extração florestal, mineral, bem como a agricultura, a pecuária. Outrossim, a transferência de conhecimento é, especialmente, no campo das ciências exatas, naturais e da saúde, bem como na engenharia, enfatizando-se que esta é a área de maior destaque na revisão da literatura, realizada para esta pesquisa, sobre empreendedorismo na universidade.

A internacionalização também foi evidenciada nos objetivos estratégicos da UFPA. Este é um dos parâmetros da universidade empreendedora (OCDE, 2012), cuja tendência tem sido recepcionada com grande empenho na instituição. Nesse sentido, a Universidade instituiu a Prointer, uma Pró-Reitoria exclusiva para tratar desse assunto. Uma evidência do desempenho da Universidade nesse quesito pode ser averiguada pelas premiações internacionais recebidas nos últimos anos, as quais incluem títulos sobre pesquisas inovadoras, desenvolvimento sustentável, melhor artigo científico, empreendedorismo e sustentabilidade, e destaque entre as melhores universidades de ensino superior do mundo. Além disso, desde 2011 a UFPA faz parte do programa Santander Universidades, pelo qual enviou 71 estudantes de graduação para a mobilidade internacional. Com o Programa Erasmus Mundus, por sua vez, a Universidade selecionou 91 estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado para participarem da internacionalização em países da União Europeia.

Acrescenta-se, ainda, o programa Erasmus+ (Erasmus Plus), uma reformulação do Erasmus Mundus, que até o ano de 2021, enviou 3 alunos (mestrado e doutorado) da UFPA, também, para a União Europeia. Dados da Prointer demonstram que a internacionalização, na

instituição, está em crescimento, visto as mobilidades “in” e “out”, cujos maiores índices foram 106, em 2018, e 214, em 2014, respectivamente. Em 2018, a mobilidade “out” teve apenas 35 processos registrados na Prointer, o que pode ser reflexo do fim do programa Ciências Sem Fronteira (CSF), o principal financiador das mobilidades “out” realizadas em 2014 pela UFPA.

Em termos de parâmetros que subsidiam a medição do impacto de uma universidade empreendedora, identificou-se, nos documentos analisados, indicadores de avaliação de desempenho sobre a propriedade intelectual da UFPA. O cuidado com a proteção da propriedade intelectual brasileira surge no contexto da internacionalização do conhecimento, um efeito da globalização e das novas tendências mundiais para o ensino superior.

Nesse aspecto, as patentes são o indicador mais importante observado nos dados coletados e verificados a partir de consultas no *site* da Universitec. De acordo com a Agência, a UFPA possui 33 registros de patentes nacionais, 8 patentes internacionais (Japão, Estados Unidos, Europa, África do Sul, ARIPO), além de 9 pedidos de patentes internacionais (Japão, Estados Unidos). Ainda, evidencia-se que, em 2019, o quantitativo de pedidos de patentes depositados no Brasil (204) é significativamente maior ao depositado no exterior (31), entretanto, o total de patentes concedidas no exterior apresenta um somatório um pouco maior (15) em relação ao que foi concedido, no Brasil, para a UFPA (10). Isto pode estar relacionado à demora na análise do processo pelo INPI, que pode demorar mais de uma década.

Em face do exposto, apesar de se considerar que a UFPA não apresenta elementos suficientes para classificá-la como uma universidade empreendedora, levando em consideração a literatura e os parâmetros conceituais da ODCE (2012), não se pode dizer que não há evidências de empreendedorismo nos objetivos estratégicos e nas atividades institucionais da Universidade, a qual, inclusive, já reúne alguns reconhecimentos em torno desse tema, através de renomadas premiações nacionais e internacionais. Outrossim, ainda que possam ser considerados discretos, entende-se que os resultados obtidos nessa investigação demonstram que a UFPA está, gradualmente, aderindo à essa concepção neoliberal de ensino superior e tende a se sobrelevar, à medida que se prolongarem o projeto econômico de ajuste fiscal dos futuros governos, os quais – nas últimas décadas – tem racionalizado o financiamento para a educação superior pública federal e induzido sua aproximação ao mercado produtivo.

Importante registrar que, apesar de se tratar de um tema que não é recente na literatura, no campo da Educação, particularmente no ensino superior, não se encontram com facilidade discussões em teses e dissertação com um aprofundamento crítico sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que envolvem a reconfiguração da universidade sob a categoria

universidade empreendedora, o que representou, em certa medida, uma limitação para este estudo. Dispor-se ao esforço de exercitar essa reflexão no âmbito das políticas públicas para a educação superior foi um desafio, haja vista a necessidade de buscar compreender conceitos fundamentais das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso do empreendedorismo, do Direito do Trabalho, em que se situam as modernizações trabalhista, entre outros, e relacioná-los com as políticas públicas para as universidades e, assim, explicar os meandros da universidade empreendedora de acordo com os objetivos propostos.

Com isso, a pesquisa se desenvolveu num constante processo de idas e vindas na construção do conhecimento sobre o tema, conforme as dúvidas foram surgindo e sendo esclarecidas, à medida em que a leitura teórica possibilitou estabelecer relações entre as condições contextuais e materiais do cenário brasileiro. Dialogar com os pares foi importante para suscitar questionamentos relevantes que pudessem contribuir para o alcance do objetivo proposto. E a seleção adequada do referencial bibliográfico foi essencial para subsidiar a definição e o entendimento das categorias de análise.

Um grupo desses teóricos são específicos da área da Administração e da Economia – em regra liberais – os quais não estão no rol da literatura basilar da Educação. Estabelecer a relação de suas teses com as que compõe o acervo dos autores que discutem educação superior, Reforma do Estado, função social da universidade, entre outros temas na linha de políticas públicas para a educação superior, que permeiam essa investigação, foi um trabalho desafiador do qual não se poderia fugir nesta pesquisa. Desse modo, pode-se afirmar que houve um salto qualitativo no percurso deste estudo, considerando o início do projeto e as transformações investigativas que foram sendo implementadas conforme a descoberta do campo científico e temático foi exigindo.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa sobre o empreendedorismo na UFPA não se esgota com o estudo dos documentos evidenciados no terceiro capítulo. Desse modo, verifica-se algumas possibilidades a serem consideradas em estudos futuros para analisar a consecução do modelo de universidade empreendedora na UFPA, tais como: a essência da contribuição da Universidade no desenvolvimento regional sustentável, seu objetivo, meios de execução e resultados alcançados; a organização e implementação dos programas de mobilidade internacional, seus objetivos, resultados, e como a UFPA se insere no contexto de internacionalização da produção do conhecimento e da competitividade acadêmica, científica e tecnológica mundial; a contribuição das estruturas de apoio ao empreendedorismo (incubadora de empresa e parque tecnológico) na disseminação do empreendedorismo; análise dos PPCs

dos cursos para verificar a presença ou não de disciplinas e atividades pedagógicas voltadas para o empreendedorismo, entre outros.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Senado aprova inclusão de empreendedorismo e inovação no ensino básico e superior. **Senado Notícias**, Brasília, 30 set. 2021, 20h09. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/30/senado-aprova-inclusao-de-empreendedorismo-e-inovacao-no-ensino-basico-e-superior>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- ALMEIDA, Mansueto. Política industrial e crescimento. **Radar**, nº. 17, p. 47-56, dez. 2011.
- ALMEIDA, Kamilla Karinne de Oliveira. **A funcionalidade do empreendedorismo para o sistema do capital na contemporaneidade**. 2016, p. 146. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas. Maceió: UFAL, 2016.
- ALTBACH, P. et al. Paying the professoriate: a global comparison of compensation and contracts. London: Routledge, 2012. *In*: THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio. Universidades internacionalizadas ou Universidade de Classe Mundial? Problematizações e tendências a partir do contexto latino-americano. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 53, p. 81-102, jan./abr. 2020.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999, 203 p.
- AMARAL, Nelson Cardoso. PE 241/55: A “morte” do PNE (20142024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (orgs). **Políticas de financiamento na educação superior num contexto de crise**. São Paulo: Mercado de Letras, 2017. p. 47-69.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2020. 335 p.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – Anprotec. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/>. Acesso em: 2 out. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO – ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural DOS (AS) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- ARAÚJO, Rhoberta Santana. **O PDRS Xingu e a política de expansão da UFPA no contexto de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o caso do campus de Altamira**. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação UFPA, Belém, 2015.

ARAÚJO, Rhoberta Santana; Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; KATO. O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. *Revista Eletrônica de Educação*, v.14, 1-21, e4543137, jan./dez. 2020.

AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.) **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. *In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (org.) Inovação e empreendedorismo na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 56-69.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup. RIESup**, Campinas, v.1 n.1, p. 86-102, jul./set. 2015.

BANCO MUNDIAL. **The International Bank for Reconstruction and Development. Managing development: the governance dimension**. 1991. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/03/07/000090341_20060307104630/Rendered/PDF/34899.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2017: governance and the law**. Washington. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BARCELOS, Régis Leonardo Gusmão. **Entre a prática científica e a lógica: estudos sobre as orientações de pesquisadores da UFRGS**. 2012, 211p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

BARCELOS, Régis Leonardo Gusmão. **Estudo sobre a possibilidade de emergência de novas lógicas institucionais no campo acadêmico brasileiro**. 2017, 179p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BERCOVICI, Gilberto. MP da Liberdade Econômica é Cavalo de Troia para trabalhadores. **Sinttel-es.org.br**, Espírito Santo, 17h42, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://sinttel-es.org.br/noticia/mp-da-liberdade-economica-e-cavalo-de-troia-para-trabalhadores/>. Acesso em: 16 out. 2019.

BICALHO, Tiara Andrade Oliveira. **Transformações empreendedoras no sistema universitário brasileiro: estudo de caso da UFMG**. 2011, 237p. Dissertação (Mestrado em Administração).

BORGES, Maria Creusa de Araújo. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBP AE** – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010.

BRASIL. **Programa Ciência Sem Fronteira**. Disponível em:
<http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Brasília: Planalto, 1995b. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1995c. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte [...]. Brasília: Planalto, 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19317.htm. Acesso em: 3 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996**. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Brasília: Planalto, 1996b. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2026&ano=1996&ato=855cXWq5EMJpWT946>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Planalto, 1996c. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/legislacao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 30 mi. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.553, de 16 de abril de 1998**. Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Planalto, 1998. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2553&ano=1998&ato=0ebcXQ610dNpWT606>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19841.htm#:~:text=LEI%20No%209.841%2C%20DE%205%20DE%20OUTUBRO%20DE%201999.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Microempresa,e%20179%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2004a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 3 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Planalto, 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 3 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.** Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital [...]. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.** Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo [...]. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112618.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.243 de 2016, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação [...]. Brasília: Planalto, 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 1 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas [...]. Brasília: Planalto, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, [...]. Brasília: Planalto, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Planalto, 2017c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Planalto, 2017d.

Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=03B1BAD0AED80B38DE71CE020A368683.proposicoesWebExterno1?codteor=1627992&filename=Avulso+-PL+9163/2017. Acesso em 18 jan. 2022.

BRASIL. **Guia da Política de Governança Pública**. Brasil: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>. Acesso em 2 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado [...]. Brasília: Planalto, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em 21 jun. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores (PNI), 2019**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações, 2019b. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Termo-de-Referencia-PNI-20-05_2019_v07_Pos-CP.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: Planalto, 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. **Projeto de lei nº 3.076, de 02 de junho de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 2, p. 1, 3 jan. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.944, de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9007089&ts=1640120746807&disposition=inline>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 379 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *In.*: **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Orgs.). - 7 ed. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A internacionalização na universidade brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes**. Brasília: CAPES/Diretoria de Relações Internacionais, 2017.

CARMO, João Paulo do. **Fatores críticos de sucesso das Incubadoras de Empresas do Espírito Santo**. 2017, 154p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2017.

CARNEIRO, Ana Maria *et al.* Diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação: panorama, iniciativas auto-organizadas e políticas de engajamento. **Ideias**, Campinas, São Paulo, v.11, p. 1-29, 2020.

CARVALHO, Denise Pires; ROCHA, Carlos Frederico Leão. UFRJ em crise: Universidade fica inviável. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 mai. 2021, 00h00. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/universidade-fica-inviavel.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CASTRO, Biancca Scarpeline de, SOUZA, Gustavo Costa de. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 125-140.

CHAUI, Marilena. Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p. 5-15, dez. 2003

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **As feições da privatização do público na Educação Superior brasileira**: o caso da UFPA. 2005. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (orgs). **Políticas de financiamento na educação superior num contexto de crise**. São Paulo: Mercado de Letras, 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; Olgaíses Cabral; MAUÉS, MEDEIROS, Luciene de. UFPA: Um modelo de universidade multicampi para a Amazônia. *In: A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, P. 275-289, 2006.

CLARK, Burton R. **Em busca da universidade empreendedora**. *In: MOROSINI, Marília (org.) A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 28-41 p.

COSTA, Camila Furlan da. **A Universidade Pública e o padrão dependente de educação superior: uma análise da articulação entre as políticas de ampliação do acesso e de incentivo à inovação**. 2018, 266p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, mai/ago. 2009, p. 171-186.

COSTA JÚNIOR, João Florêncio da. **Um estudo sobre as barreiras no processo de internacionalização das mpresas incubadas em Natal/RN**. 2018, 142p. Dissertação (Metrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, abr. 2003, p. 37-61.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1 Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 413 p.

D'AVILA, Jones Costa. **Fatores que influenciam o desenvolvimento de inovação sob a luz da teoria da Tríplice Hélice**. 2016, 157p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Política de Desenvolvimento Produtivo**: Nova Política Industrial do Governo. 2008. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notaTec67PoliticaDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura Editores, 2003, 290 p.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Sextante. 2011. 320 p.

DOMINGUES, Leonardo. **A produção tecnológica em Incubadoras de Empresas**. 2010, 167p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 299 p.

DRUCKER, Peter Ferdinand (1909). **Inovação e Espírito empreendedoras (entrepreneurship)**: práticas e princípios. Tradução de Carlos Malferrari. 2º Ed. São Paulo: Pioneira, 1987. 378 p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação Superior, pública e privada. *In*: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 304 p.

ENGELMAN, Raquel. **Contribuição das Incubadoras Tecnológicas na internacionalização das empresas incubadas**. 2010, 115p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ETZKOWITZ, Henry. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university–industry linkages. **Research Policy**, v. 27, 1998, p. 823–833.

FADESP – Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. Disponível em: <https://portalfadesp.org.br/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975. 116 p.

FERREIRA, Luciana Rodrigues. **O público e o privado nas universidades públicas**: análise da fundação de apoio privada FADESP no gerenciamento dos recursos para a UFPA (2004 a 2008). 2010, 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFPA, Belém, 2010.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Bruna Zuqui. **Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica no estado do Espírito Santo: situação atual, perspectivas e futuras**. 2018, 13p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In*: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana G. de (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p. 18-35.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sandra Aparecida. A gestão da educação como setor público não-estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. (org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39-58.

GREEN, Madeleine; Baer, Michael. What does Globalization mean for Teaching and Learning? **CHET Transformation Debates**, jul. 2000. Disponível em: <http://joevans.pbworks.com/f/GreenBaerGlobalizationTeachingLearning.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. Relatório Executivo da Pesquisa (2010-2019). Disponível em: <https://ibqp.org.br/gem/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GIBB, Allan; HANNON, Paul. Towards the Entrepreneurial University? **International Journal of Entrepreneurship Education**, v. 4, 2006, p. 73-110.

GIOLO, Jaime; LEHER, Robert; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. 223 p.

GOMES; Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Renê José Rodrigues (Org.). **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013, 167p.

GRAVIERS, Ana Luci Lima de Menezes Des. **Análise dos resultados do Programa Empreende Bahia: o caso do apoio às Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica do Estado da Bahia**. 2014, p. 183. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2014.

GCUB – GRUPO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Sobre o GCUB**. Disponível em: <https://www.gcub.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

HISRICH, Robert. D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. *Entrepreneurship*. Apud DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 299 p.

HONARDAY, J. A. Research about living entrepreneurs (1982); MEREDITH G. G.; NELSON, R. E. *et. Al.* The practice the entrepreneurship. Geneva, International Labour Office, 1982. In: FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua, 2012-2020)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 3 mai. 2020.

KIRZNER, I. *Competition and Entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago, 1973. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 299 p.

LACERDA, Andréa Roma Silva. **Parque Tecnológico de Fármacos e Biociências de Pernambuco: uma Análise da Importância da UFPE na Indução e na Implantação**. 2015, 132p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2015.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *campi*. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, out. 2004.

LEHER, Roberto. Universidade no cenário brasileiro atual - Entrevista com Roberto Leher [S.I.; s.n], 2017. 1 vídeo (14:31 minutos). Publicado pelo canal Pensar a Educação Pensar o Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVuWFF6fpo8>. Acesso em: 23 out. 2021.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1 Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p.

LEHER, Roberto. O future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Robert; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. p. 107-149.

LIMA, Priscila Tásia Jacinto de. **Empreendedorismo interno em Instituições Públicas Federais de Ensino Superior: um estudo sobre as iniciativas institucionais**. 2018, 76p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2018.

LIMA, Sérgio Henrique de Oliveira. **Cooperação de pesquisa e inovação entre universidade e indústria no Brasil na perspectiva de gestores acadêmicos de pesquisa**. 2015, 215p. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2015.

LOPES, Vaneide Ferreira. **Inserção da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no processo de inovação e desenvolvimento local: intenção e prática.** 2012, 159p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2012.

MARQUES, Thayza Wanessa Rodrigues. **Empreendedorismo Universitário pela Dinâmica da Ação Empreendedora no Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco.** 2016, 119p. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2016.

MANCIO, Marcelo Gaio. **Educação empreendedora no ensino superior: proposta de um programa adequado ao contexto brasileiro.** 2018, 1000p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

MCCORMICK, Roger. A experiência das parcerias público-privadas no Reino Unido. **Jus.com.br**, jun. 2004. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5362>. Acesso em: 7 mar. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MILIS, Renato Ramos. **Sobre o significado da criação e expansão das empresas juniores na universidade brasileira.** 2016, 187p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016).

NUNES, Ione Cristina Vieira; BRAGA, Lucelma Silva. A reforma da educação superior no Brasil: da herança neoliberal de FHC ao legado de Lula. **Revista Desafios**, v. 03, n. 01, 2016.

OCDE. **A Guiding Framework for Entrepreneurial Universities.** OECD and the European Commission, 2012. Available from: <https://www.oecd.org>. Cited: 27 maio 2020.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG).** 2000. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira de *et al.* A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 323-348, jul./dez. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. 2002, 25p. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

OSBORNE, David; GAEBLER, **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público.** Tradução: Sérgio Fernando Guarisch Bath; Ewandro Magalhães Junior. 5ª Ed. Brasília: MH Comunicações, 1995, 424 p.

OTANI, Nilo. **Universidade empreendedora: a relação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Sapiens Parque.** 2008, 216p. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2008.

PCT-GUAMÁ – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - GUAMÁ. Disponível em: <http://pctguama.org.br/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

PATTON, M. Qualitative evaluation methods. Londres: Sage Publications, 1986. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999, 203 p.

PORTUGAL. Alvará de 05 de janeiro de 1975. Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil. **Historiacolonial.arquivonacional.gov.br**, 21 jun. 2018, 14h58. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&catid=145&Itemid=286. Acesso em 22 out. 2020.

PORTUGAL, Rodrigo. História da Política Regional no Brasil. In: XXIII Encontro Regional de Economia, 2018, Fortaleza. **Anais do XXIII Encontro Regional de Economia**, 2018.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020, 130 p.

PÓVOA, Luciano Martins Costa *et al.* Depósitos de patentes de universidades brasileiras (1979-2004). In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, 2006, Cedeplar. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/bookchap/cdpdiam06/006.htm>. Acesso em: 17 jan. 2022.

QUADROS, Paulo Roberto Novais Soares de. **As Incubadoras de empresas: gênese, desenvolvimento, declínio e perspectivas futuras no contexto político-institucional de inovação tecnológica no Estado da Bahia (1993-2010)**. 2010, p. 210. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das Universidades Federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (org.). **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. São Paulo: Mercado de letras, 2017. p. 23-45.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A gestão universitária: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011**. 2013, 290p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFPA, Belém, 2013.

RODRIGUES, Alziro. A inovação estratégica no contexto competitivo das universidades. In.: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.) **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 221-230.

RODRIGUES, Isabella Stroppa. **A realidade da universidade empreendedora: uma visão a partir da Tripla Hélice no caso UFJF**. 2016, 90p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal do Fluminense. Niterói: UFF, 2016.

RODRÍGUES, Laura R.; VIOR, Susana E. Cambios en el sistema universitario argentino (2003-2013). ¿inclusión? ¿privatización? *In*: Peroni, Vera Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 237-255.

RUIZ, Sofia Maria de Araújo; MARTENS Cristina Dai Prá. Universidade Empreendedora: proposição de modelo teórico. **Desenvolvimento em Questão**. v. 17 n. 48 (2019): (jul./set.).

SALERNO; DAHER **POLÍTICA Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal (PITCE): Balanço e Perspectivas**. 2006. Disponível em: https://enfpt.org.br/acervo/documentos-do-pt/outros-documentos/politica_industrial_tecno_comercio_exterior.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021.

SALLES, Ana Beatriz Tomás. **Capitalismo no Brasil: o ambiente institucional para o empreendedorismo no início do século XXI**. 2008, 257p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

SANTANA, Ana Paula. De volta ao passado colonial: a desindustrialização do país. **Anuário Estatístico do ILAESE 2019**, p. 63-73.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Universidade de Brasília: Editora UnB, 2012, 237 p.

SANTOS, Bruna Luiza. **Universidade empreendedora: propostas para o desenvolvimento do empreendedorismo acadêmico na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014, 165p. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2014.

SANTOS, Elaine Garcia dos. **Orientação Empreendedora em uma Universidade Pública: um estudo de Ações Universitárias para o Desenvolvimento Territorial**. 2018, 102p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de pelotas. Pelotas: UFP, 2018.

SAY, J. B. England ant the English people. 2. ed. Sherwood, 1816. *In*: FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 239 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Science and ideology. *The American Economic Review*, v. 39, n. 2, p. 345-359, 1949. *Apud*: DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 299 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. History of economic analysis. 1ª ed. Oxford University Press, 1954. *Apud*: FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 15 fev. 2021.

SEBRAE PARÁ – SERVIÇO BRASILEIRO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pa?codUf=15>. Acesso em 15 fev. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. *In*: MOROSINI, Marília (org.) **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 275-289 p.

SILVA, João Batista do Carmo. **Financiamento da Educação Superior no Pará: uma análise dos cursos de contrato na Universidade Federal do Pará no período de 2000 a 2008**. 213 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFPA, Belém, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI: educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco. Revista de Educación**, n. 23, jun. 2013, p. 119-156.

SOUSA, Darcon. **Políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no Brasil: Uma análise da implementação do PRIME pelo Parque Tecnológico da Paraíba**. 2013, 311p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2013.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107-121.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio. Universidades internacionalizadas ou Universidade de Classe Mundial? Problematizações e tendências a partir do contexto latino-americano. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 53, p. 81-102, jan./abr. 2020.

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas, 2017, 70 p. Disponível em: https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/noticias/arquivos/dossie_cesit_-_contribuicao_critica_a_reforma_trabalhista.2017.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA – PDI (2011-2015; 2016-2025)**. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/pdi-da-ufpa>. Acesso em: 5 ago. fev. 2020.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatórios de Gestão (2012-2019)**. Disponível em: <https://www.proplan.ufpa.br/index.php/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 5 fev. 2020.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Docentes da UFPA são premiadas na categoria Ensino Superior do Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora. **Portal.ufpa.br**, Belém, 13 set. 2021, 14h53. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/12946-rankings-internacionais-do-ensino-superior-destacam-a-atuacao-da-ufpa#:~:text=A%20maior%20pontua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFPA,indicador%20de>

%20cita%C3%A7%C3%B5es%20e%20ensino.&text=Na%20edi%C3%A7%C3%A3o%20anterior%2C%20em%202021,ficou%20na%20131a%20posi%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 6 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA e Sebrae promovem capacitação voltada ao empreendedorismo e inovação. **Portal.ufpa.br**, 05 fev. 2018, 14h09. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/7941-ufpa-e-sebrae-promovem-capacitacao-voltada-ao-empreendedorismo-e-inovacao>. Acesso em: 6 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSITEC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Disponível: <https://universitec.ufpa.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSITEC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Instrução Normativa Conjunta nº 01/2021**. Institui o fluxo dos processos de celebração de Contratos e Convênios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em modalidade tripartite. Disponível em: https://universitec.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/10/IN_01_2021_proad_universitec.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Rankings internacionais do ensino superior destacam a atuação da UFPA. **Portal.ufpa.br**, Belém, 15 dez. 2021, 13h51. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12946-rankings-internacionais-do-ensino-superior-destacam-a-atuacao-da-ufpa>. Acesso em: 13 jan. 2022.

UFPA – PROINTER – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ Disponível em: <http://www.prointer.ufpa.br/index.php?lang=pt-br>. Acesso em: 17 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA realiza mais uma edição da Feira da Agricultura Familiar nesta terça-feira, 14. **Portal.ufpa.br**, Belém, 13 dez. 2021, 12h33. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13235-ufpa-realiza-mais-uma-edicao-da-feira-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 6 jan. 2021.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA recebe a Semana Global do Empreendedorismo. **Portal.ufpa.br**, Belém, 03 nov. 2018, 18h00. Disponível: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9236-ufpa-recebe-a-semana-global-do-empreendedorismo>. Acesso: 10 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA e Sebrae promovem capacitação voltada ao empreendedorismo e inovação. **Portal.ufpa.br**, Belém, 05 fev. 2018, 14h09. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/7941-ufpa-e-sebrae-promovem-capacitacao-voltada-ao-empreendedorismo-e-inovacao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Artigo de professor da UFPA é eleito o melhor de 2019 por revista internacional de software. **Portal.ufpa.br**, Belém, 06 abr. 2020, 17h14. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11484-artigo-de-professor-da-ufpa-e-eleito-o-melhor-de-2019-por-revista-internacional-de-software>. Acesso em: 17 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Histórico e estrutura**. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/universidade>. Acesso em 29 jan. 2022.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA em Números 2021. Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 29 jan. 2022.

VÉRIN, HÉLÈNE. (1982). *Entrepreneurs, entreprise: histoire d'une idée* (Vol. 2). Paris, IDF: Presses Universitaires de France. *In*: FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.